



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XI — N.º 136

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 9 DE AGOSTO DE 1938

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Comissões Permanentes Diretora

Apolonio Galles — Presidente.
Vivaldo Lima — 1.º Secretário.
Freitas Cavalcanti — 2.º Secretário.
Carlos Lindenberg — 3.º Secretário.
Reginaldo Cavalcanti — 4.º Secretário.
Neves da Rocha — 1.º Suplente.
Prisco dos Santos — 2.º Suplente.

Comissão de Finanças

Alvaro Adolfo — Presidente.
Cezar Vergueiro — Vice-Presidente.
Ary Vianna.
Alberto Pasqualini (1).
Onofre Gomes.
Paulo Fernandes (2).
Victorino Freire (3).
Mathias Olympio.
Mourão Vieira.
Fausto Cabral.
Daniel Krieger.
Juracy Magalhães (4).
Othon Mäder.
Julio Leite.
Novaes Filho.
Domingos Velasco.
Lino de Mattos.

Suplentes

Mendonça Clark.
Lima Guimarães.
(1) Substituído pelo Sr. Primio Beck.
(2) Substituído pelo Sr. Gaspar Velloso.
(3) Substituído pelo Sr. Pedro Ludovico.
(4) Substituído pelo Sr. João Arruda.
Secretário — Renato Charmont.
Reuniões — As Sextas-feira, às 10 horas e 30 minutos.

Comissão de Constituição e Justiça

Cunha Mello — Presidente.
Argemiro de Figueiredo — Vice-Presidente (1).
Gilberto Marinho.
Benedicto Valladares.
Gaspar Velloso.
Ruy Carneiro.
Lourival Fontes.
Lima Guimarães.
Daniel Krieger.
Atilio Vivacqua.
Moura Andrade.

(1) Substituído temporariamente por Rui Palmeira.
Secretário — Mécio dos Santos Andrade.
Reuniões — Terças-feiras, às 14 horas.

Comissão de Economia

Juracy Magalhães — Presidente (1).
Julio Leite — Vice-Presidente.
Sá Tinoco.
Remy Archer (3).
Lima Teixeira.
Carlos Sabola (2).
Tarcisio Miranda.

(1) Substituído temporariamente por Ovidio Teixeira.
(2) Substituído por Fernandes Távora.
(3) Substituído temporariamente pelo Sr. Sebastião Archer.
Secretário — Aroldo Moreira.
Reuniões — Terças-feira, às 16 horas.

Comissão de Educação e Cultura

1 — Lourival Fontes — Presidente.
2 — Jarbas Maranhão — Vice-Presidente.
3 — Ezechias da Rocha.
4 — Gilberto Marinho.
5 — Mem de Sá.
6 — Mourão Vieira.
7 — Reginaldo Fernandes.
Secretário — Francisco Soares Arruda.
Reuniões — Quintas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Legislação Social

Lima Teixeira — Presidente.
Ruy Carneiro — Vice-Presidente.
Sebastião Archer. (2)
Primio Beck.
Lino de Mattos.
João Arruda.
Paulo Fernandes (1).
(2) Substituído temporariamente por Francisco Gallotti.
(2) Substituído temporariamente por Remy Archer.
Secretário — Pedro de Carvalho.
Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Redação

1 — Ezechias da Rocha — Presidente.
2 — Gaspar Velloso — Vice-Presidente.
3 — João Villasbôas (1).
4 — Ruy Carneiro.
5 — Mourão Vieira (2).

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Argemiro de Figueiredo Martins.
(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Saulo Ramos.
(3) Substituído temporariamente pelo Sr. Paulo Fernandes.

Reuniões — Terças-feira, às 15 horas.

Secretária — Cecília de Rezende

Comissão de Relações Exteriores

Georgino Avelino — Presidente.
João Villasbôas — Vice-Presidente.
Gilberto Marinho.
Benedicto Valladares.
Lourival Fontes.
Gomes de Oliveira.
Rui Palmeira.
Bernardes Filho.
Moura Andrade.
Secretário — J. B. Castelo Branco.
Reuniões: quartas-feiras, às 16 hs.

Comissão de Saúde Pública

Sylvio Curvo — Presidente.
Pedro Ludovico — Vice-Presidente.
Mendonça Clark.
Saulo Ramos.
Fausto Cabral.
Secretária — Nathércia Sá Leitão.
Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

Onofre Gomes — Presidente.
Calado de Castro — Vice-Presidente.
Ary Vianna.
Francisco Gallotti (2).
Alencastro Guimarães.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
LEOPOLDO CESAR DE MIRANDA LIMA

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 10,00
Ano Cr\$ 20,00Semestre Cr\$ 20,00
Ano Cr\$ 40,00

Exterior

Exterior

Ano Cr\$ 130,00

Ano Cr\$ 100,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Comissão Mista de Revisão da
Consolidação das Leis do
Trabalho.

Senadores

Lima Teixeira — Presidente
Ruy Carneiro.
Filinto Müller.
Francisco Gallotti.
Saulo Ramos.
Argemiro de Figueiredo.
Othon Mäder.

Kerginaldo Cavalcanti.

Júlio Leite.

Deputados

Ernani Sátiro — Vice-Presidente.
Aarão Steinbruch — Relator Geral.
Tasso Dutra.
Jefferson Aguiar.
Cunha Mello — Presidente.
Moury Fernandes.
Licurgo Leite.
Sylvio Sanson.
Lourival de Almeida.
Raimundo Brito.

Comissões de Inquérito

Comissão de Inquérito para
apurar fatos relativos à li-
beração da Química Bayer
Limitada.

Alvaro Adolpho — Vice-Presidente.

Pedro Ludovico.

Fausto Cabral.

Argemiro de Figueiredo.

Kerginaldo Cavalcanti

Ezequias da Rocha.

Secretário — Mécio dos Santos An-
drade.Reuniões às quintas-feiras, às 16
horas.

De Mudança da Capital

Colmbra Bueno — Presidente.

Paulo Fernandes — Vice-Presidente.
Atílio Vivacqua — Relator.

Alberto Pasqualini.

Lino de Mattos.

Secretário — Sebastião Veiga.

Reuniões — Quintas-feira.

Comissão Especial de Estudos
da Valorização dos Rios To-
cantins e Parnaíba.

Mathias Olympio — Presidente.

Domingos Velasco — Vice-Presidente

Mendonça Clark — Relator.

Remy Archer.

Parsifal Barroso.

Colmbra Bueno.

Ezequias da Rocha.

Secretário — José Soares de Ol-
veira.Reuniões — Sextas-feira, às 20
horas.

Sylvio Curvo.

Maynard Gomes.

(2) Substituído temporariamente pe-

lo Sr. Paulo Fernandes.

Secretário — Romilda Duarte.

Reuniões — Quintas-feira, às 16

horas.

Comissão de Serviço Público
Civil

Prisco dos Santos — Presidente.

Gilberto Marinho — Vice-Presidente
Ary Vianna.

Caetano de Castro.

Mem de Sá.

Mathias Olympio.

Sá Tinoco.

Secretário — Julieta Ribeiro dos
Santos.

Reuniões — Quintas-feiras.

Comissão de Transportes
e Comunicações e Obras
Públicas

1 — Novaes Filho — Presidente.

2 — Neves da Rocha — Vice-Pre-
sidente.

3 — Francisco Gallotti.

4 — Gaspar Velloso.

5 — Colmbra Bueno.

Secretário — Francisco Soares Ar-
ruda.Reuniões — Quintas-feiras, às 16
horas.

Comissões Especiais

De Revisão do Código
de Processo Civil

João Villasbôas — Presidente.

Georgino Avelino — Vice-Presidente

Atílio Vivacqua — Relator.

Filinto Müller.

Secretário — José da Silva Lisboa

Reuniões — Quintas-feiras.

ATA DA 105.ª SESSÃO DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3.ª LEGISLATURA, EM 8 DE AGOSTO DE 1956

PRESIDÊNCIA DO SR. APOLO NIO SALLES.

SUMARIO

DISCURSOS PROFERIDOS

Senador Leônidas Mello — O aproveitamento econômico da bacia do
rio Paraíba.

Senador Domingos Velasco — Situação econômica e financeira do país.

Senadores João Villasbôas, Filinto Müller e Juracy Magalhães —

Discussão do Requerimento n.º 446, de 1956, de inserção nos Anais de dis-
curso do Sr. Presidente da República.Senador Kerginaldo Cavalcanti — Considerações sobre o novo salário
mínimo.Senador Colmbra Bueno — Especulações imobiliárias na área da nova
capital em Goiás.

MATÉRIAS VOTADAS.

Projeto de Lei da Câmara n.º 47, de 1955, que institui o salário mínimo
para o trabalhador e sua família. (Rejeitado)Projeto de Lei do Senado n.º 62, de 1954, que concede anistia fiscal aos
devedores da Fazenda Nacional da taxa de ocupação de terrenos de ma-
rinha e seus acrescidos, desde o ano de 1921 até o corrente exercício, in-
clusive. (Aprovado)Requerimento n.º 446, de 1956, do Sr. Filinto Müller, solicitando a
inserção nos Anais do discurso proferido pelo Senhor Presidente da Repú-
blica no dia 31 de julho findo. (Aprovado)

MATÉRIA ADIADA

Projeto de Lei da Câmara n.º 85, de 1955, que modifica o art. 238 e
seus parágrafos, título III, seção V, e revoga o art. 244 e seus parágrafos
do Decreto-lei n.º 5.452, de 1-5-43 (Consolidação das Leis do Trabalho).
(Audiência da Comissão de Constituição e Justiça).

Comparecimento: 49 Srs. Senadores.

AS 14 HORAS E 30 MINUTOS
ACHAM-SE PRESENTES OS SE-
NHOES SENADORES:

Vivaldo Lima — Mourão Vieira
— Cunha Mello — Alvaro Adolpho
— Mathias Olympio — Leonidas Mello
— Onofre Gomes — Fausto Cabral —
Fernandes Távora — Kerginaldo Ca-
valcanti — Ruy Carneiro — João Ar-
ruda — Apolônio Salles — Novais Fi-
lho — Ezechias da Rocha — Rui Pal-
meira — Lourival Fontes — Neves da
Rocha — Juracy Magalhães — Lima Tei-
xeira — Attilio Vivacqua — Ari Viana
— Sá Tinoco — Tarcísio Miranda —
Alencastro Guimarães — Caiado de
Castro — Benedito Valadares — Lima
Guimarães — Domingos Vetasco —
Coimbra Bueno — Pedro Ludovico —
Sylvio Curvo — João Villasboas —
Filinto Müller — Othon Mäder —
Francisco Galloti — Primio Beck —
Daniel Krieger — Mem de Sá — (39.)

O SR. PRESIDENTE:

— A lista de presença acusa o com-
parecimento de 39 Srs. Senadores. Ha-
vendo número legal, está aberta a
sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Sylvio Curvo, servindo
de 2.º Secretário, procede à leitura
da ata da sessão anterior, ue, posta
em discussão, é sem debate apro-
vada.

O Sr. 4.º Secretário, servindo
de 1.º, lê o seguinte.

Parecer n. 705, de 1956

Da Comissão de Finanças —
sobre o Projeto de Lei da Câmara
n.º 4, de 1956, ue dispõe sobre a
criação do Ministério da Econo-
mia.

Relators Srs. Senador Alvaro Adol-
pho.

1. Tendo o Senado, antes de en-
cerrada a discussão do projeto, deli-
berado fôsse ouvido sobre o mesmo
o Conselho Nacional de Economia,
votou a proposição a esta Comissão
para que se pronuncie sobre as emen-
das do plenário. Já agora esse pronun-
ciamento terá de ser feito à luz do
longo parecer daquele órgão constitu-
cional de consulta, em que a matéria
foi examinada sob vários ângulos, e
das sugestões que o mesmo oferece.

2. Antes de examinarmos a emenda
do eminente Senador Filinto Müller,
que cria o Ministério de Minas e Ener-
gia, devemos referirmos ao laudo do
Conselho Nacional de Economia e às
alterações e emendas que sugere.

Da análise a que procedeu o Con-
selho sobre os objetivos do projeto e os
pressupostos dêsse através do exame
da intervenção do Estado na ordem
econômica, pelos meios adequados e os
órgãos de execução da ação estatal,
não conclui pela conveniência da cria-
ção do Ministério da Economia. Deixa
à opção do Congresso. Se este deci-
dir que o novo Ministério tenha so-
mente funções relativas à indústria e
ao comércio, tendo em vista o que
toma como produção secundária, *strictu*
sensu, o título mais apropriado será o
de Indústria e Comércio. No caso,
porém, em que optasse pela ampliação
da competência do novo órgão para
abranger as funções de controle do
crédito e dos bancos de Estado, além
do seguro privado e a capitalização,
o rótulo que mais se aproximaria dessa

competência seria o de Ministério da
Economia. Isto depois de ter reconhe-
cido o parecer da impossibilidade do
órgão a ser criado pelo artigo 1.º do
projeto ter competência para regular
o crédito, nas atuais circunstâncias de
nossa organização administrativa. É
o que se vê do seguinte trecho daquele
laudo:

"Dessa forma, se atribuirmos,
primordialmente ao novo Ministé-
rio a função de agir, mediante o
instrumental de medidas diretas, na
produção secundária, temos de
constatar a impossibilidade de o
novo órgão ter a competência tam-
bém para regular o crédito, tal
como prevê o art. 1.º do projeto.

Acrescenta o parecer:

"As restrições que ora se fa-
zem à manipulação do crédito como
finalidade do novo Ministério se
referem, é claro, ao fator crédito,
em sua acepção geral, indireta,
macro-econômica, de política geral
de crédito e não, é claro, em signi-
ficação instrumental, executivo, di-
reto, que, dêsse, ele poderia lan-
çar mão, quando orientasse a ad-
ministração de crédito dos Ban-
cos, que ficarem em sua órbita,
já, se vê, na conformidade da po-
lítica geral monetária do Estado,
a ser ditada pelas autoridades da
Moeda e do Crédito".

Mal esconde o Conselho a preocupa-
ção de conciliar duas teses que se con-
tradizem, sem se decidir por nenhuma,
mesmo tempo que deixa claro que a
política do crédito e da moeda tem de
ficar sob uma direção única, no caso
o Ministério da Fazenda, a cujos qua-
dros pertence a Superintendência da
Moeda e do Crédito. Como se poderia
conciliar o novo Ministério tivesse por
um dos seus objetivos regular o cré-
dito bancário paralelamente à compe-
tência do Ministério da Fazenda, neste
caso verdadeiro Ministério da Econo-
mia Nacional, que regula e controla
através do sistema bancário do país,
subordinado este à ação central da Su-
perintendência da Moeda e do Crédito,
de cuja constelação fazem parte o
Banco do Brasil, como banco de Es-
tado, e suas carteiras de Câmbio, de
Exportação e Importação, Caixa de
Mobilização Bancária e Fiscalização
Bancária? Dado que não se poderia
compreender um Ministério da Econo-
mia não tivesse uma política creditícia,
ou antes não dispuzesse dos meios de
execução dessa política, o simples ró-
tulo de Ministério da Economia não
daria nenhuma autoridade ou importân-
cia ao novo órgão criado.

Adiante observa o Conselho:

"A desvantagem da subordina-
ção da política de crédito a um
novo Ministério, dissociando-o do
Ministério da Fazenda, decorre do
fato de serem o crédito e a ação
tributária estreitamente interdependen-
tes, na concepção da política
monetária. A despeito da falta de
um Banco Central, o grande pro-
gresso ocorrido na administração
econômica do país foi o de possi-
bilitar a conjugação da atividade
do Tesouro Nacional, através de
um órgão comum de orientação,
que é o Conselho da Superintendên-
cia da Moeda e do Crédito. Com
exceção do Banco Nacional de
Desenvolvimento, todos os bancos
oficiais recebem depósitos do pú-
blico, operam com o comércio, têm
a faculdade de redesconto, e, por-

tanto, se acham na renda das insti-
tuições de crédito que integram o
sistema regulador dos meios de
pagamento.

Esta observação do parecer do Con-
selho vem em abono ao que havíamos
dito em nosso primeiro parecer quanto
à inconveniência de se incluir o cré-
dito as atribuições do Ministério a ser
criado, por ficarem pertencendo a dois
Ministérios as mesmas atribuições,
quando, pela entrosagem da política
da moeda e do crédito, não se pode-
ria isolar uma da outra, para deixar
entregues a direções diferentes, com
risco de consequência desastrosas para
a economia brasileira.

Uma invasão de competência seria
inconveniente e de riscos evidentes,
repetimos, entre órgãos que precisam
ter delimitadas com precisão e clareza
as suas respectivas atribuições, para
evitar que uma política de crédito pos-
sa prejudicar a orientação do governo
na defesa ou no saneamento da moeda,
quando o mecanismo do controle do
crédito esteja entregue a outro Minis-
tério. Uma expansão exagerada do
crédito poderia levar à agravamento da
crise inflacionária e conduzir à maior
desvalorização da moeda, o que pode-
ria ocorrer quando a disciplina do
crédito estivesse entregue à direção di-
ferente daquela que tem a responsabi-
lidade de controle dos meios de paga-
mento.

Em tais circunstâncias, mantemos o
nosso ponto de vista anterior, quando
justificamos a emenda substitutiva
1-C.

Entretanto, aceitamos a sugestão do
Conselho Nacional de Economia de
modificar a redação do artigo primeiro
do projeto, desdobrando-o em dois
outros artigos, em face das razões de
ordem técnica, e mesmo doutrinária do
parecer, mais consentâneas com os
princípios informativos da ciência da
administração e de economia pública,
na discriminação de competência e nos
objetivos de novo órgão.

As demais emendas obedecem à
orientação da emenda n.º 1-C, que cria
o Ministério da Indústria e Comércio
em vez do da Economia, para que se
harmonizem o disposto do artigo pri-
meiro com os demais do projeto.

A criação do Ministério de Minas
e Energia, a que se refere a emenda
do nobre Senador Filinto Müller, ha-
via sido prevista no projeto de reforma
administrativa enviado ao Congresso
pelo Presidente Getúlio Vargas em
1953. Havia que atender ao desenvol-
vimento da ação do Estado no que
tange aos problemas fundamentais da
produção mineral e de energia, que
vêm adquirindo cada vez mais impor-
tância para a economia e o futuro do
país.

Por outro lado, criaram-se novos ór-
gãos reguladores da ação do Governo
destinados à solução dêsse problemas
em vários Ministérios ou vinculados
diretamente à Presidência da Repúbli-
ca, como o Conselho Nacional do Pe-
tróleo, a Companhia Siderúrgica Na-
cional, a Companhia do Vale do Rio
Doce, o Conselho de Águas e Energia
Elétrica, a Companhia do Vale do
São Francisco, a Comissão do Carvão
e depois a Petrobras, assinalando
maior expansão da intervenção esta-
tal nesse domínio e, do mesmo passo,
a necessidade da unidade de direção
em setor de tanta magnitude para a
administração pública.

Daí justificar-se plenamente a cria-
ção do novo Ministério. Entendemos,
porém, oferecer subemenda à emenda
n.º 3, para incluir a energia nuclear no
raio das atribuições do órgão a criar,
o que se justifica obviamente.

Nestas condições, a Comissão de
Finanças opina favoravelmente à
emenda n.º 3, nos termos da subemenda
adiante formulada, bem assim à de n.º
4, apresentando, ainda as emendas n.ºs
5-C a 8-C e subemendos às emendas
n.ºs 1-C e 3. Propõe, ainda, seja ouvi-
da a douta Comissão de Economia
sobre as emendas desta Comissão e de
plenário, notadamente sobre a criação
do Ministério de Minas e Energia.

EMENDA n.º 5-C

Ao artigo 2.º do projeto, onde se diz:
"É criado o cargo de Ministro de Es-
tado da Economia", diga-se:

Art. 2.º — É criado o cargo de
Ministro de Estado da Indústria e
do Comércio.

EMENDA n.º 6-C

Ao artigo 3.º do projeto, onde se diz:
"O Ministro da Economia, diga-se:

Art. 3.º — O Ministro da Indústria
e do Comércio.

EMENDA n.º 7-C

Aos artigos 4.º, 5.º e 7.º do projeto
onde se diz:

"Ministro da Economia",
diga-se:
Ministério da Indústria e do Co-
mércio ...

EMENDA n.º 8-C

Ao art. 4.º, suprima-se o item d

SUBEMENDA À EMENDA n.º 1-C

Substitua-se o art. 1.º do Projeto pelo
seguinte:

Art. 1.º É criado o Ministério da
Indústria e do Comércio, que terá as
seguintes atribuições:

1) — Promover:

- a) Desenvolvimento da indústria e
do comércio interno e internacional;
- b) O Equilíbrio entre a Produção e
o Consumo, mediante o incremento da
livre concorrência;
- c) Incremento da exportação, inclu-
sive, mediante a diversificação, padro-
nização e expansão do consumo, nos
mercados internacionais, dos produtos
nacionais;
- d) O desenvolvimento e a seguran-
ça das aplicações da poupança privada
em títulos de sociedades industriais e
comerciais;
- e) O incremento da produtividade
da Indústria e do Comércio, inclusive
através de pesquisas de custos de pro-
dução e distribuição;
- f) A adaptação da atividade produ-
tiva nacional à Conjuntura Nacional
e Internacional, mediante pesquisas de
mercado.

2) — Controlar e orientar a admí- nistração:

- a) Das Empresas industriais do Es-
tado;
- b) Das sociedades comerciais ou
industriais em que o Estado detenha
a maioria das ações ou que sejam por
ele subvencionadas;
- c) Das entidades autárquicas que
têm como objetivo a assistência técni-
ca à produção e o seu equilíbrio com
o consumo.

3) — Prestar assistência técnica ao Comércio e à Indústria, visando a racionalização dos processos de produção.

SUBEMENDA À EMENDA Nº 3 DE

PLENÁRIO

a) Onde se diz:

"Art. — É criado o Ministério de Minas e Energia que terá a seu cargo o estudo e despacho de todos os assuntos relativos à produção mineral e de energia elétrica".

"Diga-se:

Art. — É criado o Ministério de Minas e Energia, que terá a seu cargo o estudo e despacho de todos os assuntos relativos à produção mineral e à energia.

b) Inclua-se entre os órgãos incorporados ao Ministério de Minas e Energia o Conselho Nacional de Pesquisas.

Sala das Comissões, em 27 de julho de 1956 — Álvaro Adolfo, Presidente e Relator — César Serquiere — Novaes Filho — Othon Mäder — Mathias Olympio — Daniel Krieger — Júlio Leite — Paulo Fernandes — Ary Vianna.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Remy Archer. — Victorino Freire. — Georgino Avelino. — Reginaldo Fernandes. — Jarbas Maranhão. — Freitas Cavalcanti. — Júlio Leite. — Maynard Gomes. — Paulo Fernandes. — Gilberto Marinho. — (10)

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.

Sobre a mesa uma comunicação do nobre Senador Lino de Mattos.

É lido o seguinte

OFÍCIO

Senhor Presidente:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que irei ausentar-me do Brasil, durante alguns dias, em viagem à Argentina.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1956. — Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa fica inteirada.

Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Leonidas Mello, primeiro orador inscrito.

O SR. LEONIDAS MELLO:

Senhor Presidente, Senhores Senhores Senadores:

Em data recente, o ilustre deputado conterrâneo Sr. Hugo Napoleão, dirigiu a S. Ex.^a o Senhor Presidente da República, minucioso memorial onde abordou a importância que para o Nordeste, e especialmente para os Estados do Piauí e Maranhão, o aproveitamento econômico do vale do rio Parnaíba, e solicitou de S. Ex.^a a nomeação de uma comissão técnica para estudar e planejar os serviços e meios necessários àquele objetivo.

Inteiramente oportuno, Senhor Presidente e Senhores Senadores, foi o memorial do eminente deputado. Oportuno, porque apresentado numa hora em que não apenas o Governo e o Congresso, mas todos os bons brasileiros, estão plenamente capacitados da necessidade de um urgente e intenso trabalho, de um esforço inadiável, pelo levantamento econômico da Nação; oportuno, porque apresentado no momento em que a União realiza, no estrangeiro, vul-

tosa operação de crédito destinada a investimentos de caráter econômico; oportuno, porque estamos a elaborar o Orçamento para o próximo exercício cujas verbas, estou certo, obedecerão ao critério dos reais interesses econômicos do País; e oportuno, sobretudo, porque, como afirma o Chefe da Nação em sua mensagem ao Congresso, o amparo ao desenvolvimento do Norte e do Nordeste constitui ponto fundamental no seu programa de Governo. Graças a Deus, Senhor Presidente, decorrente de circunstâncias e fatores novos, alguns de ordem imperativa, uma compreensão mais justa e mais patriótica, nesses últimos dez anos, vem fazendo que a atenção dos Governos da União se volte também para o Norte e para o Nordeste, até então desfavorecidos, estou a dizer, praticamente omitidos na distribuição das rendas nacionais, excetuado apenas o quadriênio do grande e saudoso Presidente Epitácio Pessoa, impercível na memória de todos os brasileiros e, para sempre venerado, cultuado na memória dos nordestinos.

Senhor Presidente, Senhores Senadores — É realmente constrangedor ao espírito do nordestino vir sentindo, através de tão longo tempo, a diferença no tratamento dispensado pelos Governos da União aos brasileiros do Sul e aos brasileiros do Norte. Tão grande diferença, Senhor Presidente, que sob o ponto de vista cultural e econômico, a Nação está dividida em duas partes perfeitamente distintas e opostas: Uma, ao Sul, desfrutando alto padrão de civilização; de desenvolvimento agrícola-industrial; de prosperidade econômica; de conforto. Outra, ao Norte, em extremo atraso, estagnada na sua evolução econômica; pobre, desassistida, sofredora, injustiçada, diminuída ao peso do abandono e do desprezo a que tem sido relegada. Entretanto, Senhor Presidente e Senhores Senadores, há no coração do nordestino, já tantas vezes manifestado e posto à prova, o mesmo acendrado amor à esta grande Pátria; o mesmo culto às suas tradições e às suas glórias; o mesmo civismo; a mesma disposição de lutar e morrer pelo Brasil.

Sei bem, Senhor Presidente e Senhores Senadores, que, dadas as suas condições geográficas, o Nordeste não poderia ter nem acompanhar o ritmo do desenvolvimento do Sul. Outra, porém, viesse sendo a assistência dispensada àquela região e aquele povo e não haveria hoje tão grande desnível, tão grandes contrastes, tão grandes que chegam a dar a impressão de que Norte e Sul são países diferentes, são Pátrias diversas.

O Sr. Mathias Olympio — Relamente as condições geográficas do Norte e do Sul são diversas.

O SR. LEONIDAS DE MELLO — Exatamente; mas não é essa a causa única do subdesenvolvimento econômico do Norte.

Não se diga Senhor Presidente, que o subdesenvolvimento do Nordeste é consequência única do fenômeno das secas. Conheço bem os horrores das secas a que pessoalmente tenho assistido e não nego que representam fator preponderante entre as causas da nossa penúria econômica. Mas, Senhor Presidente, a seca é um fenômeno periódico e a miséria econômica nordestina é permanente.

O Sr. Cunha Mello — Permite Vossa Excelência um aparte? (Assentimento do orador) Não se refira apenas ao nordeste, mas ao norte em geral, caro colega.

O SR. LEONIDAS DE MELLO — Exatamente. Agradeço a colaboração honrosa e preciosa de V. Ex.^a.

A grande verdade é que, até agora, com seca ou sem seca, com chuva ou sem chuva a miséria e a pobreza sempre existiram no nordeste. As

chuvas apenas a diminuem, apenas matam a fome e a sede. Um devoto do estudo das nossas questões econômicas, em recente publicação, referindo-se ao nordeste, disse, com simplicidade e exatidão e com um grande poder de síntese que a diferença de quando não chove para quando chove é apenas a diferença que há entre a miséria absoluta e a miséria relativa.

O Sr. Mourão Vieira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LEONIDAS DE MELLO — Com todo o prazer.

O Sr. Mourão Vieira — A prova de que V. Ex.^a afirma, de que a seca não é preponderantemente o motivo do êxodo pelo nordestino; é o que sucede na Amazônia. Lá não há secas; há inundações, que têm servido também de pretexto para o abandono de toda a região.

O SR. LEONIDAS DE MELLO — É preciso demais o aparte do eminente colega: ora é a seca, ora é o excesso de chuva, e o Nordeste continua no seu eterno atraso, na sua eterna pobreza, no seu eterno abandono.

O Sr. Cunha Mello — Permite Vossa Excelência um contra-aparte? (Assentimento do orador) No extremo norte, não é o excesso de chuvas que traz as inundações, mas a abundância de águas provenientes do degelo da Cordilheira dos Andes.

O SR. LEONIDAS DE MELLO — Exatamente.

O Sr. Mathias Olympio — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LEONIDAS DE MELLO — Pois não.

O Sr. Mathias Olympio — Para se verificar a injustiça do que somos vítimas, basta examinar o Orçamento da União.

O SR. LEONIDAS DE MELLO — Exatamente.

O Sr. Mathias Olympio — De Pernambuco ao extremo norte, contribuímos com 20% da Receita geral do país; na distribuição das verbas orçamentárias, entretanto cabem-nos apenas, 15%. A União fica com a diferença de 5%.

O SR. LEONIDAS DE MELLO — Não há fato mais eloquente e expressivo e que melhor defina o abandono do Nordeste do que o citado no aparte do ilustre colega piauiense, Senador Mathias Olympio.

Enquanto não houver assistência eficiente e permanente do Governo da União ao povo é a região nordestina, será sempre assim, haverá sempre miséria.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Senadores, não podia deixar de ser assim. No nordeste, pelo menos no meu Estado, cerca de 70% da população ativa, que trabalha e que produz, se dedica à lavoura e à pecuária, notadamente à pequena lavoura. Não há indústrias, não há atividades outras. E a lavoura, Senhor Presidente, é a lavoura rotineira, desajudada sob todos os aspectos, materialmente, financeiramente, tecnicamente, realizada apenas com o machado destruidor e a enxada primitiva, movidos pelo músculo humano. Ainda quando os invernos, bons se sucedem o agricultor nordestino não auferir do seu trabalho rendimento compensador que permita poupança, diminuta que seja. Compare-se essa lavoura com a agricultura do Sul, que se desenvolve sob as vistas do Governo, ajudada financeiramente, dotada de modernos instrumentos agrícolas, assistida tecnicamente e logo encontraremos uma das causas do desnível econômico entre o Sul e o Norte.

O Sr. Mourão Vieira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LEONIDAS DE MELLO — Pois não, com prazer.

O Sr. Mourão Vieira — Li, nos jornais de ontem e de hoje, a notícia de um saldo provável de 38 milhões de

dólares. Seria o caso de incluir o brilhante e inteligente discurso de V. Ex.^a um apelo dos representantes do Norte e Nordeste, em conjunto para que parte desse saldo fosse destinado à compra de tratores e máquinas agrícolas para aquelas regiões onde a terra ainda é trabalhada enxada e a cabo de machado.

O SR. LEONIDAS DE MELLO — Recebo com muita honra, muito agrado e respeito o aparte de V. Ex.^a lência. Sempre achei que as bancadas do Nordeste e Norte deviam estar reunidas na defesa dos interesses daquelas regiões. Assim, antes de tudo, seríamos patriotas e trabalharíamos pela grandeza da pátria. Não era exatamente, Sr. Presidente, meu principal propósito, nestas ligeiras palavras, analisar as causas, os motivos do desnível econômico entre o Norte e o Sul, da situação privilegiada do Sul e do abandono do Norte. Com isso, entretanto, Sr. Presidente, sei que novo período de promissoras perspectivas se inicia para aquela região. Norte e Nordeste, já não podem ser vistos apenas, sob o prisma de seus fatores geográficos e climáticos. Como bem argumenta em seu substancioso memorial o nobre deputado Hugo Napoleão, a "investida avassaladora de conhecimentos científicos e técnicos supera hoje os fatores anteriores fazendo surgir outras condições de riquezas." De fato, Senhor Presidente, os resultados de estudos e pesquisas realizados vieram a mostrar que há no Norte e no Nordeste uma mensa potencialidade econômica; vieram a mostrar que o nosso Nordeste e o nosso Norte podem também contribuir, largamente para o soerguimento de Nação, para a grandeza da Pátria. Essa nova visão do Norte e do Nordeste, essa verificação das suas possibilidades econômicas, já conduzirão o Governo da União, com o aplauso de todos os brasileiros, a dos grandes empreendimentos: a Companhia Hidroelétrica do São Francisco e a Valorização da Amazônia, cujos efeitos já se estão manifestando altamente benéficos à região.

O Sr. Mourão Vieira — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. LEONIDAS DE MELLO — Com muito prazer.

O Sr. Mourão Vieira — No que toca à Valorização da Amazônia, convém lembrar que o Governo Federal, este ano, ainda não entregou as quotas de janeiro. Assim, esse empreendimento será um fracasso se o Executivo Federal não tomar iniciativa mais direta sobre os problemas da região.

O SR. LEONIDAS DE MELLO — Perfeitamente.

O Sr. Cunha Mello — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. LEONIDAS DE MELLO — Com muito prazer.

O Sr. Cunha Mello — Até agora a Valorização da Amazônia tem sido calamitoso sucesso.

O SR. LEONIDAS DE MELLO — Conheço bem o caso e suas dificuldades. Formulo votos no sentido de essa entidade corresponda aos objetivos para que foi criada, para felicidade daquela gente.

O Sr. Cunha Mello — Quer V. Excelência citar notável serviço do atual Governo no extremo Norte? Mencione a incrementação, a atuação da exploração do petróleo em nova Olinda.

O SR. LEONIDAS MELLO — Exatamente. E' o que acabo de dizer. Circunstâncias novas, fatores novos, alguns de ordem imperativa, levaram o Governo da União a olhar para o Norte. Temos aí o caso citado por V. Ex.^a, da exploração do petróleo brasileiro, que jorra nas terras amazônicas e existe em todo o Nordeste.

O Sr. Cunha Mello — Permite-me o nobre colega que eu conclua meu

arte. Com a política muito ativa da exploração do subsolo nordestino, Sul e Norte desfrutarão do mesmo nível de prosperidade, contribuindo para o engrandecimento do Brasil.

O Sr. Mourão Vieira — Como no princípio do século foi proveitosa para o País a exploração da Borracha.

O SR. LEONIDAS MELO — Perfeitamente.

O Sr. Novais Filho — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. LEONIDAS MELO — Com muita honra.

O Sr. Novais Filho — Estou ouvindo o discurso de V. Exa. com verdadeiro encantamento, sobretudo pela revelação de tribuna que nos está proporcionando. Ainda não tivera em a satisfação de ouvir o prezado colega.

O SR. LEONIDAS MELO — Agradeço muito a bondade de V. Exa. Não sou tribuna mas apenas um nordestino, que ama a Pátria e a região em que nasceu.

O Sr. Novais Filho — O nobre colega realmente, encarece a atenção dos Poderes competentes para problemas inadiáveis, de amparo e assistência à região do Norte, a qual pelas próprias condições ecológicas, oferece certas fontes de produção imprescindíveis à economia do Brasil e do mundo.

O SR. LEONIDAS MELO — Agradeço a preciosa colaboração do nobre Senhor Presidente, desejo, ainda colega.

uma vez, destacar (e digo ainda uma vez porque já o nobre deputado Hugo Napoleão o fez em seu memorial e o ilustre Senador Mendonça Clark em discurso proferido nesta Casa) ainda uma vez destacar que o Piauí não foi diretamente favorecido por nenhum dos dois notáveis empreendimentos. A rede de energia do São Francisco lá morrer em Território cearense; e não estando o Piauí compreendido na região Amazônica não poderá participar dos investimentos que lhe estão destinados.

Continuarei assim, Senhor Presidente, o Piauí isolado entre as duas regiões beneficiadas, vivendo os sofrimentos da sua pobreza e das suas dificuldades, quando, entretanto, é o deral, pois que dos Estados da União, Estado que mais precisa da ajuda, é o de menor receita e um dos menos, senão o mesmo contemplado na distribuição das verbas orçamentárias.

O Sr. Alvaro Adolpho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LEONIDAS MELO — Pois não.

O Sr. Alvaro Adolpho — Realmente, o Piauí goza da situação intermediária de duas grandes regiões; talvez, por isso mesmo, disponha de imensas possibilidades. Tendo por eixo o Rio Parnaíba que permitirá ligações com o Tocantins, estabelecer-se a uma espécie de ponte entre o Nordeste seco e a Amazônia verde.

O SR. LEONIDAS MELO — Exatamente. A situação descrita pelo meu eminente colega, Senador Alvaro Adolpho é a que desejamos e estamos solicitando do Chefe da Nação.

Esperamos que S. Exa. lance as vistas para o problema da valorização da bacia do Rio Parnaíba.

Dizia eu, Sr. Presidente, que o Piauí, dentre os demais Estados da Federação, é o que mais precisa da sua ajuda, porque é o de menor receita, sendo, portanto, o menos contemplado quando da distribuição das verbas orçamentárias.

O Sr. Novais Filho — Tem V. Exa. toda razão ao proclamar esta verdade, a qual dou integral solida-

riedade. Realmente, o Piauí é o Estado menos assistido pelo poder central.

O SR. LEONIDAS MELO — Agradeço sensibilizado o honroso aparte de V. Exa.

O Sr. Mathias Olympio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LEONIDAS MELO — Com todo o prazer.

O Sr. Mathias Olympio — O Piauí não recebe nem as divisas correspondentes às suas exportações. Dos 20% com que contribui nem 5% lhes são distribuída.

O SR. LEONIDAS MELO — Valiosa contribuição traz o nobre e eminente colega, Senador Mathias Olympio, às minhas palavras, ao informar que das divisas que fornece à Nação o nosso Estado nem 5% lhes são destinadas.

Dizia eu, Sr. Presidente, que o Piauí é um Estado pobre.

Note-se bem, Senhor Presidente, que eu digo ser o Piauí o Estado de menor receita mas não digo de menores possibilidades econômicas. Ao contrário disso, há no meu Estado grandes riquezas inexploradas, adormecidas, aguardando a ação dos homens e dos Governos. Lá estão, à vista, bilhões e bilhões de palmeiras babaçu. Lá estão extensos canaviais e tucunzeiros e plantas outrás da flora piauiense, esperando a extração racional e científica dos seus produtos, extremamente valorizados, obtidos até agora por processos rotineiros, em proporção muito aquém da que poderiam atingir, porém, já representando valores ponderáveis na nossa Exportação.

O Sr. Novais Filho — Muito bem; muito bem.

O SR. LEONIDAS MELO — Lá estão, no subsolo piauiense, o petróleo, o carvão mineral, minérios atômicos e jazidas diamantíferas.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LEONIDAS MELO — Com todo o prazer.

O Sr. Lima Teixeira — Com grande satisfação vejo V. Exa., ilustre representante do Piauí, defender seu Estado. Realmente não se lhe tem feito justiça; não se lhe tem dado o que merece. E V. Exa., como seu legítimo representante reivindica nesta hora direitos que assistem a todos nós. Ainda ontem, numa reunião a que tive oportunidade de comparecer, juntamente com outros Senhores Senadores e vários representantes do Norte e do Nordeste, afirmou-se que o Estado do Piauí tem sido desamparado. Declaro ainda a V. Exa. que, pertencendo à representação da Bahia, estou sempre com os olhos voltados para o Nordeste, especialmente para o Piauí, ao qual me ligam afetivos e de família. Assim, prontifico-me a ajudar, V. Exa. nessa tarefa reivindicatória e justa em favor do seu Estado. Aliás, creio que o brilhante discurso de V. Exa. levará o Sr. Presidente Juscelino Kubitschek — que demonstrou em Campina Grande, seu grande interesse pelo Nordeste a atender ao veemente apelo — agora feito.

O SR. LEONIDAS MELO — Ouço, com honra e muita alegria, o aparte do ilustre colega. Representa S. Exa. nesta Casa uma das grandes forças políticas da Nação, o Partido Trabalhista Brasileiro, ao qual rendo minhas homenagens, neste instante. Espero dele, como do Senador Lima Teixeira colaboração para que o Norte e o Nordeste se integrem efetivamente na Pátria brasileira, não apenas pelos sentimentos cívicos, mas também, pela sua participação no progresso, na civilização e na cultura da comunidade.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. LEONIDAS MELO — Com muita satisfação.

O Sr. Lima Teixeira — Agradeço a V. Exa. as homenagens que, rende ao meu Partido. Comprometo-me, neste instante, em nome do P. T. B. que tem, por sem dúvida, colaborado, na defesa das causas justas a ajudar o nobre colega em suas reivindicações, que nada mais representam do que direitos do próprio Nordeste.

O SR. LEONIDAS MELO — Muito me honra o parte de V. Exa. Lá estão terras fértilíssimas. E ao lado disso, Senhor Presidente e Senhores Senadores, o majestoso rio Parnaíba, banhando o Estado de extremo sul a extremo norte, navegável em quase toda a sua extensão, marchando para o Atlântico, preciosa via de comunicação que nos cabe preservar sob pena de perdê-la.

O Sr. Novais Filho — Muito bem.

O SR. LEONIDAS MELO — Sob pena de perdê-la porque, por múltiplas causas, vem o grande rio, ano a ano, perdendo em profundidade e em volume das suas águas. Daí, Senhor Presidente, a urgência nas medidas solicitadas no memorial do nobre deputado Senhor Hugo Napoleão.

A regularização do regime fluvial do Parnaíba; um eficiente serviço de drenagem; o amparo à sua navegação; a conservação de suas margens; serviços de irrigação e agricultura; a instalação de colônias agrícolas, tudo isso dará um vasto plano de realizações a ser estudado e examinado pelas comissões técnicas solicitadas por aquele ilustre parlamentar e que reclama, cada vez mais, a atenção dos Governos do País.

O Sr. Lima Teixeira — Muito bem.

O SR. LEONIDAS MELO — Senhor Presidente, Senhores Senadores. O Senhor General Gayoso e Almeida, brilhante oficial do nosso Exército e atual Governador do Piauí, que é um estudioso dos problemas piauienses, em trabalho publicado em 1948 escreveu sobre o rio Parnaíba as linhas que se seguem e que aqui transcrevo porque, ricas de beleza literária, traduzem também o pensamento do homem que hoje está à frente dos destinos do Piauí. Escreveu o ilustre General:

"O vale do rio Parnaíba, que abrange todo o território piauiense e a sexta parte da superfície maranhense, representa um extraordinário potencial de riqueza. A sua indústria extrativa a quele outra do País. Está acima da borracha, do pinho, do mate. O homem ali revelou a natureza. Ele, só ele, sem nenhum auxílio externo, arrancou daquelas trevas o que a natureza avaramente retinha. Ele, só ele, produziu com a sua foice a cereja e com o seu machado o coque e o babaçu. Não copiou modelos. Nem o índio lhe serviu de guia, como no mate e no guaraná. Ele, só ele, criou pelo esforço, pela faculdade organizadora, a exploração e o comércio desses gêneros, próprios da flora, das condições mesológicas. O Governo não o socorreu com empréstimos, institutos ou que-lando da moderna economia. Ele, só ele, sem a técnica e o braço estrangeiro, vem, todos os anos, contribuindo para a prosperidade nacional. O equipamento oriundo dos fundos públicos federais aberra pela flagrante disparidade ao se medi-lo com outros Estados da Federação".

E acrescenta o ilustre militar, como um brado de revolta do seu patriotismo e do seu amor à terra-brço:

"O piauiense não deve sofrer preterições. A boa política índia que se lhe dispense outro tratamento, que se lhe respeite o valor. É preciso acolhê-lo ao amplo regaço da Federação".

O Sr. Mourão Vieira — Permite V. Exa. mais um aparte?

O SR. LEONIDAS MELO — Com todo o prazer.

O Sr. Mourão Vieira — Ainda hoje, no "Diário de Notícias", em coluna que trata de assuntos econômicos das regiões brasileiras, tive o prazer de deparar com uma estatística segundo a qual os quatro Estados de menor emigração para os grandes centros, são exatamente o Amazonas, o Pará, o Maranhão e o Piauí. Significando tal fato a existência de força vital nessas unidades, é necessário que o Governo federal lhes proporcione meios de fixar seus habitantes, já por si contrários à emigração.

O SR. LEONIDAS MELO — Muito obrigado ao nobre colega pelo aparte.

Senhor Presidente, Senhores Senadores, concluo minhas ligeiras considerações.

Confio, e confio com todos as forças de uma robusta convicção, em que o Piauí, dadas as suas possibilidades e dado o valor de sua gente, ocupará em breves anos uma bem melhor posição no quadro da Federação brasileira. Senhor Presidente, é com maior satisfação que comunico ao Senado haver S. Exa. o Senhor Presidente da República, tomado no maior apelo o memorial do ilustre deputado Senhor Hugo Napoleão, dando-lhe deferimento e, sem demoras, nomeado a Comissão Técnica que deverá elaborar, e já está elaborando, o trabalho de planejamento a ser apresentado ao Governo. S. Exa. o Senhor Presidente da República, confirma assim os seus patrióticos propósitos em relação ao Nordeste e atende aos mais justos anseios do povo piauiense. Mas, Sr. Presidente o que essencialmente, desejo desta Tribuna, Senhor Presidente, com as considerações que acabo de fazer, dirigir à S. Exa. o apelo do povo piauiense para que, uma vez concluídos os trabalhos da Comissão nomeada, S. Exa., com a mesma solicitude, autorize o início dos Serviços dentro do critério Técnico que vier a ser traçado e das possibilidades financeiras da União.

Senhor Presidente, ao encerrar estas palavras devo mandar a S. Exa. o Senhor Presidente Juscelino Kubitschek a mais alta expressão do reconhecimento piauiense pela atenção que acaba de dispensar aos nossos problemas e, também, a mais alta expressão das nossas esperanças, da nossa fé, e, sobretudo, da nossa confiança em que no Governo de S. Exa. o Piauí não será injustificado na distribuição das medidas de amparo ao nordeste brasileiro. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Domingos Velasco.

O SR. DOMINGOS VELASCO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, na recente viagem que fiz ao meu Estado, tive oportunidade de conversar com os dirigentes de todos os Partidos, da Oposição, do Governo, com as organizações de classe, com patrões e operários, para lhes informar da preocupação que o Senado tem tido com as dificuldades econômicas-financeiras por que passamos.

Realmente, temos ouvido, os discursos mais brilhantes, sobre a conjuntura econômico-financeira do Brasil. Ai estão as orações dos Senadores Alencastro Guimarães, Novais Filho, Kerginaldo Cavalcanti, e, ainda, na última sessão, do Senador Mem de Sá.

Aliás, a informação tornava-se precisa, porque o sofrimento do povo está atingindo um grau insuportável. O constante aumento do custo da vida, a descrença nas medidas governamentais levam os que vivem do

próprio trabalho, sobretudo os homens da classe média, a situação desesperadora.

Ora, sabemos que, quando a classe média de uma sociedade desespera, essa sociedade entra em crise revolucionária.

Há alguns anos, na mensagem que enviei ao povo brasileiro e aqui lida pelo então Presidente do Senado, Senador Marcondes Filho, S. S. o Papa Pio XII frisava a importância de uma classe média fortalecida e próspera, porque é ela, realmente, que mantém o equilíbrio social.

Entre nós, a classe média é justamente a que mais sofre as consequências da situação que atravessamos, e por isso mesmo nos sentimos em crise revolucionária. Motivos que, em outra oportunidade, passariam despercebidos, provocam violentas reações populares; porque, em cada um dos homens do povo há o sentimento de revolta e desespero pelo que se passa no país.

Bem sei, Sr. Presidente, que a formulação teórica dos nossos problemas está magistralmente feita, já tendo sido apresentada pelos candidatos à presidência da República, pelos manifestos dos Partidos, por todos nós, que ocupamos posição nos órgãos de governo; bem sei que tais questões são complexas e que devemos passar da teoria para a ação.

Há medidas da competência do Executivo Federal, e seria injusto desconhecer os esforços do atual Governo e dos anteriores, no sentido de diminuir a inflação, um dos piores males que estamos sofrendo. Devemos reconhecer que nenhum governo emite pela vontade de emitir, porém movido tão só, por forças incoercíveis que os levam ao ponto em que já nos encontramos.

Sei dos esforços do Sr. Presidente da República no sentido de cortar os gastos dentro do próprio Orçamento e declarar que todas as medidas que o pleitear, tendentes ao equilíbrio orçamentário, terão o meu entusiástico apoio.

Mas Sr. Presidente, não só a política orçamentária compromete o Governo Federal; também a política cambial e a política de crédito.

A respeito de nossa política cambial, o nobre Senador Alencastro Guimarães tem-nos dado, nesta Casa — sobretudo a mim — magníficas lições com pleno conhecimento de causa.

Do Governo Federal depende a política de crédito.

Ainda hoje, li a informação de que o Sr. Ministro da Fazenda pretende fortalecer os bancos particulares, a fim de melhor atenderem aos produtores do interior.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar os timpanos) — Lembro ao nobre orador que faltam dois minutos para o término da hora do expediente.

O SR. NOVAES FILHO (Pela ordem) — Sr. Presidente, requiero V. Ex.^a consulte a Casa sobre se concede a prorrogação regimental da hora do expediente, para que continuemos a ouvir o nobre Senador por Goiás.

O SR. PRESIDENTE — O Senado acaba de ouvir o requerimento formulado pelo nobre Senador Novaes Filho.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Domingos Velasco.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Sr. Presidente, muito agradecido ao ilustre representante de Pernambuco e ao Senado por permitir em completar minha oração.

Com respeito à política de crédito, sabemos que erros graves têm sido cometidos. Se analisarmos a estrutura do crédito — para usarmos a lin-

guagem dos economistas — seu mecanismo, no interior do país há alguns anos, verificaremos aquela realidade de então.

O produtor, fazendeiro, criador ou lavrador, encontrava no comerciante o ser financiador. Tudo quanto necessitava, no que hoje chamamos de entre-saíra, era-lhe fornecido pelo comerciante do lugar. Este, por sua vez, só liquidava os débitos com as casas atacadistas do Rio e de São Paulo, anualmente, depois de vendida a safra. Era o sistema de crédito vigente, na região. Mau ou bom, trouxe prosperidade, por ser estável.

Em seguida, pelo próprio desenvolvimento da economia, a questão do crédito passou das mãos do comerciante para os Bancos particulares, pois os primeiros já não tinham poder financeiro suficiente para atender aos pedidos. Os estabelecimentos bancários foram, aos poucos, lançando suas redes por todo o país e então, o crédito sofreu certas modificações que ainda hoje persistem.

Era o produtor que pedia ao comerciante as mercadorias necessárias, mas esse já estava preso às duplicatas que devia pagar, em prazo certo. Então, comerciante e produtor compasseciam ao bancos particulares, onde conseguiam o numerário necessário ao financiamento da entre-saíra.

Naqueles velhos tempos, porém, pouco influia a política de crédito do Governo Federal.

Lembro-me bem de que em meu Estado, na velha cidade de Goiás, havia apenas um correspondente; depois, exclusivamente uma agência na cidade de Ipameri. Assim, a política de crédito do Governo Federal não tinha repercussão maior na economia do interior. Quando digo interior, refiro-me ao meu Estado.

Hoje, contudo, com a rede bancária, os bancos, não podendo suportar, por si mesmos o financiamento da produção no interior, foram obrigados a recorrer à Carteira de Redesconto do Banco do Brasil. Ai, então, no mesmo dia e hora o Banco do Brasil modifica sua política de crédito, a consequência, se faz sentir em todo o interior do país.

Sr. Presidente, não é possível mais que a política de crédito do Banco do Brasil seja feita por simples decisão dos técnicos da Superintendência da Moeda e do Crédito, sem audiência mais profunda e estreita das classes produtoras nacionais.

Esta é, todavia, uma das funções do Governo Federal. Mas não apenas este precisa comprimir suas despesas para um equilíbrio orçamentário; os Governos dos Estados devem proceder de modo idêntico, do contrário, será inútil a política de economia do Executivo. Existem outras medidas que dependem dos governos municipais, sobretudo a política fiscal.

Nesta rara, em que o custo de vida se torna quase intolerável para as populações urbanas do interior do país, verificamos que, muitas vezes, o próprio poder municipal concorre para o encarecimento dos gêneros de primeira necessidade.

Não raro, uma saca de arroz, levada para o centro urbano, está sujeita ao pagamento de taxa fiscal que quase lhe duplica o valor, quando o mais simples raciocínio nos levaria — a nós como a qualquer legislador municipal — a ver que melhor fora suprimir as taxas do fisco sobre gêneros de primeira necessidade, ainda que eles viessem para dentro das cidades. Isso faria baixar os preços nos meios mais populcosos.

Assim, Sr. Presidente, já providências que cabem ao Governo Federal, outras que devem ser tomadas

Pelos Governos dos Estados e outras até pelo Poder Municipal.

O Governador Cordeiro de Farias, em entrevista recente, declarou que, dos setecentos mil habitantes da cidade do Recife, duzentos e cinquenta mil, pelo menos, saem diariamente de casa sem saber o que vão comer. A percentagem é mais ou menos a mesma nas grandes cidades e capitais do país.

O problema, a meu ver, não pode ser resolvido simplesmente pelo Governo Federal, porque muitas incidências, como as dos Governos Estaduais e dos Poderes Municipais, só terão bom êxito, se apoiados e compreendidos pelo povo.

Nenhum país, na nossa situação, sai de suas dificuldades senão por intermédio da organização do povo, da opinião pública, no sentido de compreender a gravidade dos problemas que afetam a economia e, por diversas maneiras, ajudar os governos a superarem as dificuldades presentes.

Acredito que um grande movimento popular será a única força capaz de ajudar o Governo da União, aos governos estaduais e os municípios, a enfrentarem as dificuldades atuais. Nenhuma nação — repito conseguiu superar conjunturas difíceis como a que vive o Brasil, sem a mobilização popular.

Depois da vitória dos aliados — quando o Partido Socialista concorreu com o Trabalhista às eleições — o governo eleito pelo povo inglês, em 1945, foi dirigido por esse homem eminente que é Clement Attlee, isto depois de se mobilizar a opinião popular, através do programa de austeridade britânica, imaginado por Sir Stafford Cripps.

Pois bem, foi com esse apoio popular, com a adesão do povo ao programa do governo trabalhista que a Inglaterra pôde safar-se das dificuldades do pós-guerra.

Que os homens de todos os partidos, ajudados pela opinião pública, organizem um movimento popular no sentido de auxiliar os governos, a ultrapassarem essas dificuldades não vejo caminho melhor. Sómente a massa educada, preparada para essas conjunturas, pode atender a certos apelos transmitidos pelo rádio e lançados por muitos governantes.

Não basta a supressão ou diminuição dos gastos públicos em obras adiáveis. É preciso que cada cidadão, em seu próprio lar, na sua vida privada também seja parcimonioso. A única força capaz de impedir a especulação dos intermediários, que pululam nas horas de crise, ainda é o povo organizado. Este é que pode sabotar os produtos majorados injustificadamente: que tem capacidade de fiscalizar o honesto emprego dos dinheiros públicos e de ajudar os governantes nas providências que lhes passem despercebidas cooperando na luta contra o encarecimento da vida e participando estreitamente, com sua sabedoria e experiência das administrações.

É o próprio povo, através dessas diversas modalidades de cooperação que pode fortalecer as instituições constitucionais e levar a confiança aos que estão no Governo da União, dos Estados e Municípios.

Foi Sr. Presidente, com esta idéia, com este propósito, — que não é de hoje porque já amadurecido — que falei às classes produtoras do meu Estado, trabalhadores e patrões e conversei com líderes e dirigentes dos diversos partidos de Goiás, para transmitir-lhes a informação de que, no Senado, já há o pensamento, latente em uns e manifesto em outros, de estudar e examinar as questões que mais afetam ao povo, para

lhes dar solução. Ainda que este movimento não logre bom êxito terá o valor da esperança lançada no meio do desespero o significado de uma janela aberta no quarto escuro em que estamos vivendo!

Transmiti aos meus conterrâneos o que tenho ouvido dos debates do Senado e das conversas nas Comissões.

Creio que pode partir desta Casa — e aqui já surgiram outros como o da defesa do monopólio estatal do petróleo — o movimento de recuperação nacional. Saindo na iniciativa do Senado, de homens com a autoridade e a experiência de seus nobres membros repercutirá, por certo, em todo o País.

Precisamos, da compreensão do povo; subir até ele para lhe dizer das dificuldades, que talvez desconheça que assoberbam os governos da União, dos Estados e dos Municípios e, dele, receber aquela inspiração, muitas vezes superior, do homem da rua.

Sr. Presidente estas sugestões, por mim manifestadas a vários colegas, nesta Casa, quis trazê-las à tribuna repetindo o que já disse no meu Estado. Vinculei-as inicialmente em Goiás, porque tinha de começar pelo princípio, isto é, pela minha terra.

Goiás tem vivido no abandono, como há pouco dizia do Piauí o Senador Leonidas de Mello. Conseguiu, entretanto, passar do 19.º lugar para o 9.º no cômputo da riqueza nacional. É o 10.º estado em rendas, orçamentárias, e o segundo, lugar no aumento crescente da população, que hoje atinge 1.700.000 habitantes ou mesmo 2.000.000, segundo alguns apesar de inteiramente isolado do litoral.

Enquanto o Piauí possui a riqueza do Parnaíba o trecho do Tocantins que percorre o nosso território é praticamente inavaliável, na maior parte do ano. Toda a nossa produção é transportada sobre rodas de caminhões ou trilhos de ferro. Jomos o último ou penúltimo Estado em número de quilômetros de linhas férreas. Temos 495 km de estradas de ferro, apenas, 190 km de rodovias federais, menos do que nós, somente o Amazonas e Pará que, entretanto, dispõem de magnífica rede fluvial.

Assim, o esforço do povo goiano é de dez vezes maior do que o dos nossos compatriotas que habitam os Estados litorâneos, pois do 19.º lugar que ocupava, no cômputo da riqueza nacional, passou para o 9.º.

Teria de falar nestas coisas que hoje transito ao Senado inicialmente na minha terra na Câmara Municipal de Anápolis, orgulho do povo goiano. Devia dirigir-me primeiro aos dirigentes dos partidos do meu Estado todos a altura dos problemas que afetam o país, para dizer de público, pela imprensa e pelo rádio que, no Senado da República, também nos preocupamos e cada vez mais, com os problemas que afligem o povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente. (Muito bem; muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 47 de 1955, que institui o salário mínimo para o trabalhador e sua família, tendo pareceres ns. 622 e 623, de 1956 das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e de Legislação Social, pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão. (Pausa).

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está rejeitado.

É o seguinte o projeto rejeitado, que vai ao Arquivo:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 47 — 1955

(1.369-D-50, na Câmara)

*Institui o Salário Mínimo para o Trabalhador e sua Família, e dá outras providências.***O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1.º Salário mínimo é a remuneração mínima devida e paga pelo empregador a todo trabalhador, inclusive o rural, capaz de satisfazer, conforme a época e condições de cada região, às necessidades normais do empregado e de sua família, relativas à alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte, além de contribuição obrigatória do trabalhador para a previdência social.

Parágrafo único. A unidade de tempo é o dia normal de serviço não havendo distinção de sexo ou nacionalidade.

Art. 2.º O salário mínimo a que se refere o artigo anterior será constituído:

- a) de uma cota estabelecida de forma a possibilitar a subsistência do trabalhador, considerado isoladamente;
- b) de uma cota familiar capaz de atender às necessidades dos dependentes do trabalhador.

Art. 3.º A cota básica do salário mínimo será calculada na base do mês de 25 (vinte e cinco) dias ou de 200 (duzentas) horas.

Art. 4.º A remuneração do dia de descanso semanal será ordenada em lei própria.

Art. 5.º A cota básica de aprendiz, menor de 18 (dezoito) anos, sujeito à formação profissional metódica no ofício a que se dedica, será a metade da correspondente ao trabalhador adulto em geral.

Art. 6.º Será assegurado salário igual ao do trabalhador maior de 18 (dezoito) anos, sujeito à formação profissional, que realizar, em uma mesma empresa, trabalho com produtividade e perfeição técnica ao do trabalhador adulto, inexistindo diferença de tempo de serviço superior a 2 (dois) anos.

Art. 7.º O trabalhador ocupado em serviço insalubre terá a cota básica acrescida até o máximo de 60% (sessenta por cento), segundo o grau de insalubridade desses serviços.

Parágrafo único. O Serviço Nacional do Salário, ouvidos os órgãos competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, submeterá à aprovação do respectivo Ministro o quadro das atividades insalubres que, por sua própria natureza ou método de trabalho forem suscetíveis de determinar intoxicações, infecções ou doenças, fixando, também, o grau de insalubridade dentro dos critérios mínimo, médio ou máximo.

Art. 8.º Para os trabalhadores pagos por tarefa será considerada como cota básica do salário mínimo, por unidade-tarefa, o que se obtém dividindo a cota básica diária local pela produção normal de unidade de tarefa realizáveis em um dia de trabalho.

§ 1.º Considera-se produção normal a média de produção que forneça dois terços dos respectivos assalariados utilizando os mesmos elementos de trabalho e operando em igualdade de condições.

§ 2.º Anualmente será feita a revisão do cálculo, levando em consideração a produção obtida no estabelecimento nos 3 (três) meses anteriores ao cálculo, devendo a primeira revisão ser feita 30 (trinta) dias após a vigência desta lei.

Art. 9.º Quando o salário for ajustado por empreitada, ou conveniado por tarefa ou peça, será garantida ao trabalhador uma remuneração nunca inferior à cota básica da região.

Parágrafo único. Aplica-se a disposição deste artigo ao trabalhador contratado à comissão, desde que tenha trabalhado em todos os dias do mês em que houve serviço.

Art. 10. As tabelas aprovadas da cota de cada região especificarão as percentagens máximas permissíveis para efeito de desconto do valor das utilidades previstas no art. 1.º, quando fornecidas regular e efetivamente pelo empregador.

Parágrafo único. A cota básica paga em dinheiro, após o desconto dos fornecimentos realmente feitos das utilidades referidas neste artigo, não será nunca inferior a 30% (trinta por cento) da cota básica da região.

Art. 11. A cota básica do salário mínimo será fixada de modo geral, sem discriminação das peculiaridades profissionais do trabalhador e o ramo de atividade econômica a que esteja vinculado, respeitadas, porém, as condições econômicas e o padrão de vida dos trabalhadores de cada região.

Art. 12. Para efeito de aplicação do salário mínimo, região é a área territorial constituída de 2 (dois) ou mais municípios limítrofes e de idênticas condições econômicas e de padrão de vida na mesma unidade federada.

Parágrafo único. Excepcionalmente, a região poderá compreender um só município, desde que razões de ordem econômica ou geográfica o justifiquem.

Art. 13. A fixação da cota básica do salário mínimo e bem assim sua revisão trienal, será precedida de inquérito estatístico para conhecer as condições econômicas e o padrão de vida dos trabalhadores de cada região.

Parágrafo único. O inquérito estatístico a que se refere este artigo será realizado pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com a colaboração de técnicos e funcionários do Serviço Nacional do Salário, especialmente designados para esse fim.

Art. 14. Os resultados gerais do inquérito a que se refere o artigo anterior, bem assim dos estudos e pesquisas levados a efeito pelo Serviço Nacional do Salário, serão amplamente divulgados com antecedência de 120 (cento e vinte) dias, anteriores à data para a fixação do novo salário, a fim de que as classes interessadas deles tomem conhecimento para posterior pronunciamento.

Parágrafo único. Com os resultados gerais e no prazo de que trata este artigo, o Serviço Nacional do Salário elaborará parecer técnico, propondo o valor da cota básica aplicável a cada região, que será publicado durante 30 (trinta) dias no *Diário Oficial* da União e nos jornais de maior circulação das diversas regiões.

Art. 15. Até os 45 (quarenta e cinco) dias anteriores à data em que deva ser fixada a cota básica do salário mínimo, deverão os órgãos de classe interessados, encaminhar ao Serviço Nacional do Salário as observações que tiverem a fazer, as quais serão processadas, instruídas inclusive com parecer para discussão e julgamento da Assembleia Nacional do Salário Mínimo.

Art. 16. A Assembleia Nacional do Salário Mínimo reunir-se-á nos 30 (trinta) dias anteriores à data do escoamento do prazo de vigência do salário mínimo, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio juntamente com o Serviço Nacional do Salário, sob a presidência do respectivo Ministro, que terá como substituto o Diretor do Serviço Nacional do Salário.

Parágrafo único. A Assembleia Nacional do Salário Mínimo será composta dos delegados sindicais de todo o Brasil na proporção de dois por Estado, Território e Distrito Federal, representando um, os sindicatos de empregados, e outro, os sindicatos de empregadores, existindo um suplente para cada delegado.

Art. 17. Os delegados sindicais serão escolhidos por votação secreta em assembleia especial a ser realizada nas capitais das unidades federadas mencionadas no parágrafo do artigo anterior, reunião que será convocada nos 60 (sessenta) dias anteriores à data da fixação do salário mínimo para o novo triênio.

Parágrafo único. Os representantes sindicais que se reunirão nas capitais de que trata este artigo, serão escolhidos por votação secreta em Assembleia Geral de cada sindicato, convocada em todo o território nacional, nos 70 (setenta) dias anteriores ao término do prazo de vigência do salário mínimo, devendo cada representante levar uma cópia autenticada da ata da assembleia que o escolheu.

Art. 18. Aos delegados escolhidos pelas respectivas assembleias dos representantes dos sindicatos de empregadores, deverão ser fornecidas pelos sindicatos que apresentarem observações ao valor da cota básica proposta pelo Serviço Nacional do Salário, cópias de seu trabalho.

Art. 19. Até os 5 (cinco) últimos dias anteriores ao término da convocação da Assembleia Nacional do Salário Mínimo, deverão estar terminados os seus trabalhos que serão entregues ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, para elaboração do respectivo projeto de lei a ser submetido à apreciação do Presidente da República.

Art. 20. Fica criado no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, subordinado diretamente ao respectivo Ministro, o Serviço Nacional do Salário, tendo por objetivo:

I fixar, através da Assembleia Nacional do Salário Mínimo, a cota básica do salário mínimo em todo o território nacional, observado o disposto nos arts. 10 e 11 da presente lei;

II supervisionar o inquérito estatístico de que trata o art. 13 desta lei;

III realizar, permanentemente, estudos e pesquisas relacionadas com as condições econômicas e com o padrão de vida dos trabalhadores;

IV zelar pela observância dos dispositivos concernentes ao salário mínimo.

Art. 21. Além das atribuições especificadas no artigo anterior, incumbe ao Serviço Nacional do Salário:

I realizar estudos e pesquisas atinentes aos problemas de salário em geral, sugerindo ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio medidas que objetivem a sua racionalização;

II organizar e manter atualizada a documentação estatística e informativa atinente aos problemas de salário em geral;

III realizar estudos e pesquisas que objetivem a instituição do salário profissional;

IV emitir pareceres técnicos em processos que se relacionem com os problemas de salário em geral e com o padrão de vida dos trabalhadores.

Art. 22. O Serviço Nacional do Salário será dirigido por um diretor, nomeado pelo Presidente da República e constituído do seguinte órgão:

Órgão técnico-administrativo, de caráter permanente:

Seção técnica;

Seção de cadastro;

Seção de controle;

Seção de administração.

Parágrafo único. Opinando o Serviço Nacional de Salário através do seu órgão técnico-administrativo funcionará como órgão autônomo de deliberação, a Assembleia Nacional do Salário Mínimo.

Art. 23. O Serviço Nacional do Salário terá os ordenamentos de sua organização e as normas para o seu funcionamento estabelecidos no regimento, o qual será expedido por decreto do Presidente da República dentro em 60 (sessenta) dias contados da data da publicação da presente lei.

Art. 24. O pessoal do Serviço Nacional do Salário será o constante do quadro que for aprovado juntamente com o seu regimento.

Parágrafo único. O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio designará o pessoal para as funções de caráter técnico e administrativo que exigirem as atividades do Serviço Nacional do Salário dentre funcionários e extranumerários do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 25. A Assembleia Nacional do Salário Mínimo, a que se refere o inciso II do art. 21, compete fixar a cota básica de salário mínimo valendo-se da documentação estatística e estudos realizados pelos órgãos técnico-administrativos do Serviço Nacional do Salário.

Art. 26. Os mandatos dos delegados de empregados e empregadores na Comissão Nacional do Salário Mínimo terminarão na data do início da vigência do novo salário.

Art. 27. Não serão remunerados os trabalhadores dos delegados de empregados e empregadores que funcionarem na Assembleia Nacional do Salário Mínimo, sendo considerados, porém, como relevantes serviços prestados à causa pública.

Art. 28. O custeio das despesas de deslocamento dos delegados à Assembleia Nacional do Salário Mínimo e, bem assim as de estada na Capital da República correrão por conta da dotação própria do Serviço Nacional do Salário, a qual constará da lei de meios, no ano em que se deva realizar.

Parágrafo único. Também o custeio das despesas de deslocamento e estada dos delegados nas capitais das unidades federadas será atendido na forma deste artigo.

Art. 29. O decreto fixando a cota básica do salário mínimo após sua publicação no *Diário Oficial* da União e a partir da data que estabele-

cer, obrigará a todos que utilizem o trabalho de outrem mediante remuneração, desde que caracterizada a relação de emprego em caráter não eventual.

§ 1.º A cota básica, uma vez fixada, vigorará pelo prazo de 3 (três) anos,

§ 2.º Excepcionalmente, poderá a cota básica ser modificada antes de decorridos 3 (três) anos de sua vigência, sempre que o Serviço Nacional do Salário reconhecer que fatores de ordem econômica e financeira tenham alterado de maneira profunda a situação do país.

§ 3.º Verificada a circunstância excepcional de que trata o parágrafo anterior, o Diretor do Serviço Nacional do Salário, mediante expressa autorização do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, e depois de procedidos os estudos e cálculos prévios para a alteração julgada necessária, fará comunicação com remessa dos estudos e as tabelas fixando os novos salários e todos os Sindicatos, federação e confederação do Brasil, entidades que terão 40 (quarenta) dias para pronunciamento por escrito, enviados os respectivos documentos ao Serviço Nacional do Salário, que terá o prazo de 60 (sessenta) dias para verificação.

§ 4.º Feita a fixação dos novos níveis do salário mínimo pelo Serviço Nacional do Salário será o mesmo publicado durante 3 (três) dias consecutivos no *Diário Oficial*, cabendo recurso da deliberação do Serviço Nacional do Salário para o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, que decidirá dentro em dez dias, findos os quais encaminhará ao Presidente da República o respectivo decreto.

Art. 30. Ao trabalhador que responder, exclusiva e comprovadamente, pela efetiva manutenção de um ou mais dependentes, será devida a cota familiar correspondente a 10% (dez por cento) por dependente, calculada essa percentagem sobre o valor da cota básica da região.

§ 1.º Não será devida a cota familiar ao trabalhador cujo cônjuge exerça atividade remunerada.

§ 2.º Não será também devida a cota familiar ao trabalhador que deixar de fazer ministrar a seus dependentes, em idade escolar, ao menos, a instrução primária.

Art. 31. Fica excluído do benefício do abono familiar de que trata o decreto n.º 12.299, de 22 de abril de 1943, o trabalhador que, respondendo por encargo de família numerosa, conceituada na forma do que dispõe o art. 2.º alínea a, do referido decreto, estiver amparado pelo art. 29 desta lei.

Art. 32. Para as disposições da presente lei:

a) consideram-se dependentes do trabalhador, exclusivamente, os filhos menores de 14 (quatorze) anos e os filhos e cônjuge inválidos, que vivam em sua exclusiva dependência econômica;

b) equipara-se à esposa, a companheira do trabalhador solteiro, desquitado ou viúvo, e os filhos legítimos ou ilegítimos.

Art. 33. Ficam os empregadores obrigados ao pagamento da contribuição de 3% (três por cento), calculada sobre o montante da respectiva folha mensal do salário, para custeio da cota familiar a que se refere a alínea b do art. 2.º da presente lei.

§ 1.º A arrecadação da contribuição de que trata este artigo será feita pela instituição de previdência social a que esteja vinculado o estabelecimento empregador, ou a repartição, estabelecimento bancário ou entidade que estiver incumbida da arrecadação, pela respectiva instituição.

§ 2.º Os órgãos arrecadadores da contribuição a que se refere o parágrafo anterior deste artigo remeterão, mensalmente, ao Serviço Nacional do Salário, o extrato da arrecadação efetuada, segundo os modelos e especificações por ele aprovados.

§ 3.º Após 1 (um) ano da vigência desta lei, será reajustada a percentagem de que trata este artigo, elevando-a ou reduzindo-a a fim de atender exatamente aos encargos da lei.

§ 4.º A arrecadação prevista neste artigo será feita pelas instituições de previdência social sem quaisquer ônus para os respectivos contribuintes, salvo o disposto no art. 41.

Art. 34. A cota familiar do trabalhador que satisfizer as condições estabelecidas nesta lei, será paga direta e trimestralmente pelo órgão que recolher a contribuição do respectivo empregador.

Parágrafo único. A cota familiar poderá ser paga à esposa ou a qualquer filho maior de 18 (dezoito) anos, desde que expressamente autorizada pelo trabalhador.

Art. 35. A concessão da cota familiar far-se-á a requerimento do interessado ou do sindicato a que estiver filiado, com a prova documental do alegado. O requerimento e todos os documentos serão isentos de selo.

§ 1.º É devida a cota familiar a partir do mês em que tiver dado entrada no órgão concedente o requerimento de que trata este artigo.

§ 2.º Além dos meios habituais, constitui elemento de prova, para os efeitos deste artigo, a inscrição do trabalhador na respectiva instituição de previdência social.

Art. 36. Enquanto não for criado o Instituto de Previdência Social para os trabalhadores rurais ou instituição similar, a cota de família estabelecida na alínea b do art. 2.º será devida a todos os trabalhadores rurais, solteiros ou casados, na base de uma percentagem de 20% (vinte por cento), calculada sobre a cota básica, paga direta e mensalmente pelos respectivos empregadores:

§ 1.º A percentagem, estabelecida neste artigo, após a publicação desta lei, será paga pelos empregadores, a partir da data que nela for fixada.

§ 2.º Não será devida a cota familiar estabelecida neste artigo aos trabalhadores menores de 18 (dezoito) anos de idade.

§ 3.º Não será paga mais de uma cota familiar em cada família, desde que seus membros vivam sob o mesmo teto.

Art. 37. Sempre que forem majorados os níveis do salário mínimo, ficarão obrigados os empregadores a reajustar os salários dos trabalhadores que percebiam salários maiores que os beneficiários, até o limite do salário de benefício para a previdência social, de modo a ser observada a mesma proporção de diferença salarial entre o empregado beneficiado e o que tinha remuneração superior.

Parágrafo único. A majoração estabelecida neste artigo não será superior ao limite máximo permitido para o salário de benefício autorizado para a previdência social.

Art. 38. Todos os indivíduos, empresas, associações, sindicatos, companhias ou firmas que tenham a seu serviço empregados ficam obrigados a fornecer as informações para fins estatísticos, que lhes forem solicitados pelo Serviço Nacional do Salário.

Art. 39. Ficam os órgãos das administrações públicas federais estaduais, dos territórios, municípios, da Prefeitura do Distrito Federal e de entidades paraestatais de natureza autárquica, obrigados a prestar a maior

cooperação ao Serviço Nacional do Salário, quando por este solicitada.

Parágrafo único. O Serviço Nacional de Salário funcionará em estreita articulação com o Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho, com as instituições de previdência social e com a Divisão de Fiscalização do Departamento Nacional do Trabalho, especialmente no que disser respeito às apurações estatísticas dos dados obtidos, ao recolhimento e pagamento da cota familiar e à fiscalização dos dispositivos concernentes ao salário mínimo.

Art. 40. Será considerado crime de falsidade e, como tal, punido nos termos das leis penais em vigor, qualquer declaração falsa que objetive a percepção da cota familiar.

Art. 41. O empregador que não recolher a cota familiar dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que se tornar vencida, ficará obrigado a pagar os juros de 2% (dois por cento) ao mês, calculados sobre o valor do débito à repartição arrecadadora e a seu favor, além de sujeito à multa de que trata o art. 42.

Art. 42. Aquêle que infringir qualquer dispositivo concernente ao salário mínimo será passível de multa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), elevada ao dobro na reincidência, independente das sanções penais, se for o caso, de que tratam os artigos 39, 40 e 41.

Art. 43. As multas e os juros por infração dos arts. 37, 39, 40 e 41, serão impostos pelo Diretor do Serviço Nacional do Salário ou pelos fiscais do Departamento Nacional do Trabalho, com recurso, sem efeito suspensivo, dentro em 15 (quinze) dias, para o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 44. Ficam transferidos para o Serviço Nacional do Salário os saldos das dotações orçamentárias do corrente exercício, atinentes à execução dos dispositivos referentes ao salário mínimo.

Parágrafo único. As atribuições conferidas ao Diretor do Serviço Nacional do Salário não excluirão as iniciativas de fiscalização e multas aplicadas pelo órgão competente do Departamento Nacional do Trabalho, encarregado das leis do trabalho em geral.

Art. 45. O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio dentro de 60 (sessenta) dias a partir da vigência da presente lei, baixará as normas e instruções para fiel cumprimento.

Art. 46. Ficam extintas as Comissões de Salário Mínimo, cujas atribuições passam para o Serviço Nacional do Salário e para a Assembléia Nacional do Salário Mínimo.

Art. 47. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 85, de 1955, que modifica o art. 238 e seus parágrafos, título III, seção V; e revoga o art. 244 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), tendo Parecer favorável (n.º 674, de 1956) da Comissão de Legislação Social.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa um requerimento que vai ser lido.

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento n. 447, de 1956

Nos termos dos art. 126, letra i, e 155, letra a, do Regimento Interno, requereu adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara n.º 85, de 1955, a fim de que sobre ele seja ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1956. — *Filinto Müller.*

O SR. PRESIDENTE:

Em consequência, o projeto é retirado da Ordem do Dia para ir à Comissão de Constituição e Justiça.

Segunda discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 62, de 1954, que concede anistia fiscal aos devedores da Fazenda Nacional da taxa de ocupação de terrenos de marinha e seus acréscidos, desde o ano de 1921 até o corrente exercício, inclusive (aprovado em primeira discussão, com emendas, em 26-7-56), tendo Parecer da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em primeira discussão.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado em 2.ª discussão, que vai à Câmara dos Deputados:

PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 62, de 1954

Determina sejam cancelados, nos termos desta lei, os débitos dos ocupantes de terrenos de marinha e seus acréscidos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º São cancelados, nos termos desta lei, os débitos dos ocupantes de terrenos de marinha e seus acréscidos, desde o ano de 1921 até o corrente exercício, inclusive.

Art. 2.º Para a concessão do benefício desta lei deverão ser observadas as seguintes condições:

a) que o interessado requeira a medida;

b) que a área esteja aproveitada em uso agrícola ou industrial há mais de 5 (cinco) anos;

c) que, tratando-se de terreno apenas edificado, nele tenha o ocupante sua casa de residência, contanto que o valor desta e do terreno não ultrapasse a importância de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros).

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Discussão única do Requerimento n.º 446, de 1956, do Senhor Filinto Müller, solicitando a inserção nos Anais do discurso proferido pelo Senhor Presidente da República no dia 31 de julho findo.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão. (Pausa.)

Tem a palavra o nobre Senador Senhor João Villasboas.

O SR. JOÃO VILLASBOAS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, nem eu nem a bancada minoritária desta Casa negaríamos apoio ao pedido de inclusão nos Anais do Senado da oração proferida por S. Exa. o Sr. Presidente da Repúli-

ca, ao completar o primeiro semestre de exercício. Não o faria eu porque, em outras oportunidades, em oposição constante aos presidentes da República que se sucederam a partir de 1945, jamais me recusei a atender a requerimentos similares ao apresentado pelo nobre Líder da Maioria.

Sr. Presidente, pela atenção que devo, como representante do povo, à mais alta autoridade administrativa do país, entendo deve ficar nos Anais desta Casa documento dessa natureza, para que, no futuro, não haja diálogos de interpretação, quanto, apegando-se de apreciações, não surjam nas, temos o recurso da publicação dos jornais diários para colher informações sobre o que disse, em tal época, o mais alto Magistrado da Nação.

Repete o Sr. Juscelino Kubitschek em todos os seus discursos, queixas contra a atitude daqueles que combateram sua candidatura e, ainda hoje, não se conformaram em estar ao lado dos que apoiam e aplaudem a sua administração.

Na última oração, ao mesmo passo que declara procurar apagar todos os ressentimentos, esquecer todos os agravos recebidos, na época da disputa eleitoral, S. Exa. insiste, embora mais atenuadamente, naqueles por S. Exa. às vezes classificados de injúrios.

Alto-me, entretanto, ao Sr. Presidente da República, nesta hora, ao olhar, com otimismo a situação nacional. Procura S. Exa. atribuir sentimento de oposição aqueles que vêm, com amargura e até mesmo com certo terror, o futuro da nacionalidade.

Como o Chefe do Governo, penso que o Brasil, por mais que sofra todos os abalos da crise que o assoberta, nesta hora, tem condições e forças para resistir e vencer a todos eles.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Não demonstram o Brasil tamanha potencialidade, tanto vitalidade, e não teria resistido, até agora, aos esmandos e aos erros dos que o têm governado. E' firmado, exatamente, nessa potencialidade que seus governantes cometem todos os erros e abusos. Mas, ainda assim, não conseguiram liquidá-lo.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Agradeço o aparte com que me honra o eminente companheiro de bancada e ilustre representante do Ceará.

Com S. Exa. e como o nobre Sr. Presidente da República, tenho confiança nas forças da nacionalidade brasileira: creio e confio no poder material das riquezas do país; tenho esperança na orientação dos homens políticos da nossa terra. Estou certo de que, com esse potencial de energias e a diretriz patriótica conjugada entre os três Poderes da República, a Nação brasileira atravessará, vitoriosamente, o momento tenebroso por que passa e alcançará a esplendorosa luz do engrandecimento e do progresso.

Mas, para a composição das grandes forças que se concentram nesses três Poderes constitucionais, há necessidade da realização do entendimento geral proclamado pelo Sr. Juscelino Kubitschek, em seu discurso.

O movimento nesse sentido entretanto, deve partir daqueles que reúnem as forças necessárias a esse objetivo. Isto é, precisamente do Sr. Presidente da República, apoiado, como está, pela grande maioria do Congresso Nacional.

Por mais que S. Exa. apregoe, por mais que anuncie à Nação a presença desse ajuste a fim de salvar o Brasil das condições precárias em que se encontra e conduzi-lo à posição que deve ocupar no concerto dos

povos, nada ocorreu, até agora, a assinalar qualquer movimento originário da Suprema Magistratura do País.

O Sr. Ruy Carneiro — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Com muito prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — Estou acompanhando o discurso de V. Exa. com a velha simpatia, apreço e atenção de sempre.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Muito grato a V. Exa.

O Sr. Ruy Carneiro — Se o Sr. Presidente da República, como declarou V. Exa., anuncia seguidamente o desejo de concórdia, paz, harmonia no Brasil, conclamando para isso os homens de boa vontade, o faz revelando seus nobres propósitos. V. Exa. embora nosso adversário, é um homem ilustre e justo. Convirá, portanto, em que as intenções do Chefe do Executivo são louváveis e merecem todo o apoio.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Muito agradeço o aparte com que me honra o nobre amigo, ilustre representante da Paraíba.

Dizia eu ao Senado justamente da necessidade desse entendimento geral não só das forças políticas, mas dos três Poderes da República, no intuito de se conduzir o Brasil à posição que deve realmente ocupar em nosso hemisfério e no concerto das Nações. Assinalava que, ao mesmo tempo que o Sr. Juscelino Kubitschek proclamava a necessidade premente dessa compreensão, para realizar o governo prometida à Nação...

O Sr. Ruy Carneiro — Vai realizar pode V. Exa. estar certo.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — ...e avançar o progresso do país de cinquenta anos, nos cinco anos de gestão, tornava-se mister promovesse o Supremo Magistrado as medidas indispensáveis a esse objetivo, não se limitando apenas a a enunciação de bons e louváveis intuitos.

O Sr. Ruy Palmeira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Com muita satisfação.

O Sr. Ruy Palmeira — Se tudo tiver velocidade, idêntica a do projeto que beneficiou o General Denys, será possível realizar cinquenta anos de progresso dentro dos cinco anos de governo de S. Exa.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Sr. Presidente, há poucos dias votamos, com a velocidade que assinala o nobre colega de Alagoas, o projeto que beneficia o General Odílio Denys.

O Sr. Filinto Müller — Não apoiado. Provei que o projeto é de ordem geral e poderá favorecer, amanhã, inclusive o eminente brigadeiro Eduardo Gomes.

O Sr. Fernandes Távora — Não de assunto V. Exa. com semelhante possibilidade.

O Sr. Ruy Palmeira — Permite o nobre orador outro aparte?

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Com muita honra.

O Sr. Ruy Palmeira — Tive oportunidade de dizer, em certa ocasião, que não seria difícil ao nobre líder da Maioria provar que aquele projeto era uma perseguição ao General Odílio Denys. (Riso).

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Sr. Presidente, aquele projeto passou, nesta e na outra Casa do Congresso...

O Sr. Ruy Palmeira — E o Governo também passará.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — ...com a velocidade das urgências repetidas e de sucessivas sessões extraordinárias.

O Sr. Fernandes Távora — E das coisas indescritíveis.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Sr. Presidente, medidas de ordem econômica e financeira, no entanto, reformas de ordem administrativa que o Governo vem prometendo desde quando candidato à Presidência da República, providências pelas quais

anseia o País para sair da situação em que se encontra, ainda nem mesmo foram esquematizadas pelo Chefe do Executivo e muito menos vieram ao Congresso Nacional. Se aqui chegarem, porém, pode estar certo o Governo de que, visando satisfazer os interesses nacionais, todas aquelas proposições merecerão o apoio imediato e constante da Oposição do Senado Federal.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. mais um aparte?

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Com todo o prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Todos os projetos de magno interesse nacional ficam congelados nas gavetas da Câmara e do Senado, como acaba de acontecer com aquelas duas magníficas proposições para as quais, o Sr. Prado Kelly acaba de pedir urgência; e integralmente negada, embora se trata de assuntos de interesse nacional.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Muito agradeço o aparte de Vossa Excelência, mas devo assinalar que esses projetos não são obra do Governo atual.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Com prazer.

O Sr. Lima Teixeira — Revendo agora o discurso do Presidente da República, sobre o qual V. Exa. está tecendo comentários, encontro uma passagem que responde bem ao aparte do nobre Senador Fernandes Távora. O Presidente Juscelino Kubitschek está interessado em que a própria oposição apresente as sugestões que julgar prudente nesta hora, especialmente auxiliando o Governo a resolver os graves problemas existentes. Diz S. Exa.:

"Na hora em que os adversários políticos nada poupavam contra o candidato, já nesse momento não tinha eu objetivo maior que o de promover um entendimento geral, não para evitar a oposição, que considero indispensável a quem governa, mas para que se processasse um entendimento em torno da solução de alguns problemas vitais que devem ser logo atacados, a fim de que se torne possível o desenvolvimento do Brasil e a salvação de grande parte de nosso povo que vive — só Deus sabe como — condenado a uma pobreza que nos envergonha".

O Sr. Fernandes Távora — Tudo conversa fiada.

O Sr. Lima Teixeira — Por esse trecho, verifica-se estar o Presidente Juscelino Kubitschek animado dos melhores propósitos e necessitando da colaboração da oposição. S. Exa. dá, mesmo, ênfase a que essa compreensão, esse entendimento seja no mais alto sentido.

O Sr. Fernandes Távora — Tudo conversa fiada.

O Sr. Lima Teixeira — Não pretende S. Exa. evitar a oposição, no sentido de acompanhar e fiscalizar o governo, mas deseja que a mesma apresente sugestões que possam ser estudadas. São as palavras do Presidente da República, que o nobre Senador João Villasboas está apreciando.

O Sr. Fernandes Távora — Se o Sr. Juscelino Kubitschek pretendesse realmente ajudar os opositoristas a cumprirem seu dever para com a Nação, não se teria oposto a urgência requerida pelo Deputado Prado Kelly para projetos de interesse vital para o País. Havendo a Maioria, que representar o pensamento de S. Exa., rejeitando a urgência, depreendesse que os assuntos não interessam absolutamente ao Sr. Presidente da República. O mais é conversa fiada.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Muito agradeço o aparte com que

me honrou o nobre líder do PTB. Acentua o nobre Senador Lima Teixeira justamente o que eu vinha dizendo, citando esta passagem, sem a ler, do discurso do Sr. Juscelino Kubitschek. S. Exa. reiterou sua intenção — por várias vezes já manifestada — de um entendimento geral, mas não tomou, até hoje, a iniciativa desse entendimento. O nobre colega Lima Teixeira declara e louva as boas intenções do Presidente, mas sabe que entre a boa intenção e a boa obra vai a distância que medeia entre o sonho e a realidade.

O Sr. Rui Palmeira — Permite V. Exa. um aparte?

Com prazer.

O Sr. Rui Palmeira — O nobre Senador Lima Teixeira reclama sempre as sugestões da oposição. Tenho a impressão de quando o Presidente da República esperar contar com o patriotismo da Minoria para solução dos grandes problemas, deve ser com a intenção de não encontrar embaraços, tropeços, para os bons planos que tenha. A vida do Governo, entretanto, não pode depender das sugestões da oposição, porque se fossemos perversos, poderíamos dar más sugestões.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Como diz o nobre Senador Rui Palmeira, não pode o governo aguardar as sugestões da oposição para poder agir; e nem a oposição, neste momento, apresentar sugestões, quando este Governo se apresentou com um programa de realizações traçado, que publicou nos dias imediatos em que assumiu o Poder. Logo após a realização do primeiro encontro com seus Ministros, traçou S. Exa. as metas que deveria seguir para o engrandecimento do País.

Como representante da oposição, vim imediatamente a essa tribuna, para aplaudir a atitude do Sr. Presidente da República e manifestar as esperanças do povo e a expectativa em que se encontrava de que, desde logo, fosse realizado aquele programa.

Sr. Presidente, nós, da oposição, estamos aguardando que o Chefe da Nação nos envie, concretizando em projeto, para estudo e aprovação do Congresso Nacional, aquilo que Sua Excelência programou e esquematizou nas metas então divulgadas.

Não nos podemos adianar a Sua Excelência, e nos manter apresentando poucos projetos de interesse público, certos como estamos de que qualquer proposição de nossa autoria, no sentido das metas esquematizadas pelo Sr. Presidente da República, vai de encontro à sistematização da orientação administrativa de S. Exa. Aguardamos com ansiedade — como deve aguardar toda a Nação — que S. Exa. remeta ao Congresso os projetos que julgue necessários ao bem geral. Pode Sua Excelência ficar certo de que encontrará, da parte da Minoria desta Casa — que tenho a honra de representar nesse momento — todo o apoio para que, com a máxima rapidez, sejam os mesmos votados, desde que, realmente orientados no interesse do Brasil. (Muito bem).

O Sr. Coimbra Bueno — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Pois não, com prazer.

O Sr. Coimbra Bueno — Discordo um tanto da opinião de V. Exa. quando assevera que o Governo não deve receber sugestões deste ou daquele grupo, isto é, da oposição ou dos seus correligionários, porque essas metas não são estáticas: são dinâmicas. Por conseguinte, poderão e o devem melhorar. Admito mesmo que a oposição, como os correligionários do Governo, devem oferecer sugestões no sentido da melhor compreensão dos problemas nacionais. Cito o exemplo do meu Estado que, em poucos meses de governo, tem conseguido, à base de compreensão e colaboração, elevar-se a níveis jamais

atingidos. O próprio problema da mudança da Capital está sendo conduzido pelo meu Estado na fixação normal dos atos de desapropriação da área destinada ao Distrito Federal. Ainda recentemente, foi resolvida a construção de uma usina de cerca de quarenta mil H.P., primeira etapa de uma outra de trezentos mil H.P., tudo à base dessa proposição. Pedi o aparte ao nobre colega não exatamente para esta informação, mas para dizer que frequentemente o Palácio do Catete desde 1939 — sou, portanto, antigo na Casa — tenho conhecido todos os Presidentes e jamais arrependi-me dessa aproximação. E por que? Porque me coloquei, sempre, dentro de um único e exclusivo objetivo — a mudança da Capital. Senti em todos eles, sem exceção, profunda revolta contra seus correligionários e seus opositoristas que lá vão pedir empregos, para aumentar a enorme percentagem, que já vai a cerca de 70% para o funcionalismo federal, e a 95% para o do Distrito Federal. A grande colaboração que poderia receber o atual Presidente da República seria a de ninguém ir à Palácio pedir emprego, evitando, seja aumentado a já desastrosa percentagem que poderá atingir a 100% e, então, teríamos que marchar para o que preconiza o Ministro Etelvino Lins — uma revolução pré-fabricada...

O Sr. Rui Palmeira — Uma revolução pré-fabricada não é ideia original. Já o General Lott a fez.

O Sr. Coimbra Bueno — ... Uma revolução consentida, então. Chegaremos ao cúmulo de aplicar 100% das rendas, não só da União, como dos Estados e Municípios, que, necessariamente, vão seguir os bons exemplos de cima. Chegaremos ao absurdo de entregar aquilo que arrecadamos. É o nulismo absoluto. Perdoe-me o nobre orador se abusei um pouco da bondade de V. Ex.^a, mas desejava justamente fazer este apelo, que seria do próprio Presidente da República. Já ouvi solicitações de um por um dos que conheci, no sentido de que nós representantes do povo, não subamos as escadas do Catete para assobiar o Presidente da República com problemas de pessoal; para pedir empregos.

O Sr. Rui Palmeira — Como seria admirável se houvesse repectividade da Maioria para esse apelo.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — O apelo de V. Ex.^a, que diz é também do Presidente da República, esteja certo o nobre colega não se dirige a nós opositoristas.

O Sr. Juracy Magalhães — Muito bem.

O Sr. Coimbra Bueno — Esta manifestação não provém, apenas do atual Presidente da República. Eu a colhi de todos. É quase uma revolta.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Coincide embora com o desejo do Senhor Juscelino Kubitschek. A sugestão de V. Ex.^a não se pode dirigir a nós, opositoristas, que não subimos as escadarias do Catete. Se alguma vez o fizermos, será pelo interesse do Brasil e do povo, jamais para solicitar empregos.

O Sr. Fernandes Távora — Muito bem.

O Sr. Juracy Magalhães — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Com todo prazer.

O Sr. Juracy Magalhães — A meu ver há desvirtuamento do papel do político e do administrador. O político tem por dever solicitar empregos para seus correligionários, e o administrador, o de negá-los em benefício da administração pública, cada um cumprindo com seu dever. A administração será perfeita se o Senhor Presidente da República acha que seus correligionários estão pedindo demais, tenha a coragem de não os satisfazer, pelo menos naquilo que

considerar exagerado. Se todos procedessem como eu, o Chefe do Executivo não receberia solicitações que aprovassem a crise de empregos em que se está debatendo para atender a seus correligionários.

O Sr. Coimbra Bueno — Permite o nobre orador que eu conclua o meu pensamento: conheço perfeitamente a situação descrita há pouco, por V. Ex.^a não há muito tempo, mantivemos um veto do Sr. Prefeito municipal a projeto que levaria para os bolsos do funcionalismo 95%, quase cem, da renda da municipalidade. Não há dúvida, marchamos para uma situação calamitosa. O momento é de exceção. É dever patriótico de todos, nesta hora, não exercer o direito de pedir empregos ao Sr. Presidente da República. Devemos ao invés subir as escadarias do Palácio do Catete para sugerir a S. Ex.^a meios de vencer a difícil crise em que nos debatemos.

O Sr. Ruy Carneiro — Perfeitamente; devemos, não somente deixar de solicitar empregos, como ajudar o Chefe da Nação na obra que vem empreendendo, em benefício do país.

O Sr. Rui Palmeira — Não só não pedir como agir.

O Sr. Juracy Magalhães — Para nós da oposição não há muita nitidez nos propósitos do Sr. Presidente da República. Vemos seus atos contrariarem, frontalmente, suas palavras. Verificam-se, todos os dias, nomeações que não consultam ao interesse público, de pessoas inidôneas para o exercício dos cargos; no entanto, o Chefe do Executivo, fala, diariamente, contra o empirismo e provimento de cargos por incapazes.

O Sr. Ruy Carneiro — Não conheço qualquer nomeação de pessoa inidônea feita pelo Sr. Presidente da República.

O Sr. Juracy Magalhães — Não conhece?! Há há pouco tempo vimos uma delas desfeita; por se haver verificado que o nomeado era escroque, chanta que havia lesado instituição com o nome de ilustre ex-primeira dama do País.

O Sr. Ruy Carneiro — Desconhecia esse fato.

O Sr. Juracy Magalhães — Diz V. Ex.^a que o desconhecia, no entanto, todos os jornais dele trataram.

O Sr. Ruy Carneiro — Mas a nomeação foi logo desfeita. V. Ex.^a mesmo o declarou.

O Sr. Juracy Magalhães — O Senhor Presidente da República, tem destituído de seus cargos homens do melhor quilate, do maior valor, por simples questão de ordem político-partidária.

O Sr. Coimbra Bueno — Considero sabotagem ao Poder Público, solicitar empregos, no momento.

O Sr. Juracy Magalhães — Perdão! Considero perfeitamente legítimo Senadores e Deputados solicitarem a nomeação de seus correligionários para cargos vagos, de provimento por ato do Presidente da República.

O Sr. Coimbra Bueno — Não, em face da situação calamitosa que o país atravessa.

O Sr. Juracy Magalhães — ... O incorreto é pedir a nomeação de incompetentes, e até de incompetentes para cargos que devem ser providos através de concurso. Eu sou sempre coerente com o Senado, que, há pouco, derrubou projeto nesse sentido.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Repeto, Sr. Presidente, que as palavras do nobre e prezado companheiro de bancada, representante de Goiás, não se referem à oposição.

Não posso deixar de concordar com o nobre Senador Juracy Magalhães em que os representantes do povo, nesta e na outra Casa, os políticos militantes que para aqui vieram, têm compromissos com os seus partidos e seus partidários, vendo-se, assim, muitas vezes, obrigados a importunar o Sr. Presidente da República, no sentido de obter colocação para os seus

correligionários. O condenável é o excesso de empregos e as nomeações de pessoas incapazes. O serviço público tem de ser executado e, para tanto, é preciso que haja funcionários que, para serem nomeados recorrem aos políticos.

O Sr. Lima Teixeira — V. Ex.^a tem toda razão. Nada impede que aos Senhores Senadores e Deputados solicitem, do Sr. Presidente da República, o preenchimento de cargos vagos, sugerindo nomes. A condição é que os indicados sejam capazes, honestos e dignos. Vejo com satisfação que a oposição reconhece direito aos Senadores e Deputados, de solicitar do Sr. Presidente da República o preenchimento de cargos por pessoas habilitadas a tal investidura.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Muito agradeço o aparte do nobre representante da Bahia.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a mais um aparte? (Assentimento do orador) — Tudo isto seria razoável se o Presidente da República fosse capaz de nomear candidatos opositoristas, desde que fossem homens de bem e competentes. Infelizmente estas qualidades não bastam para que sejam atendidas. Devia ser condição precípua que o opositorista pudesse pedir ao Supremo Magistrado da República a nomeação de um homem de bem, capaz. Sabemos, entretanto, que se o tentar, não haverá idoneidade, moral, nem material, que faça o Senhor Presidente da República atender a tal solicitação.

O Sr. Lima Teixeira — A questão é experimental.

O Sr. Fernandes Távora — Não creio nisso. Não gosto de dar murro em faca de ponta.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Volta o Sr. Presidente da República a firmar, que a situação do Brasil é a herança pesada dos governos anteriores.

Sr. Presidente, o regime atual é partidário. Se há responsabilidade do Chefe da Nação, esta provém dos partidos que lhe deram todo o apoio...

O Sr. Juracy Magalhães — Muito bem! Se a Maioria tem força para votar qualquer providência, por que não a emprega em benefício do povo?

O SR. JOÃO VILLASBOAS — ... durante o período que vem de 1943 até hoje.

O Governo do General Dutra encontrou, no estrangeiro, quantidade razoável de divisas. A desorientação dos seus Ministros da Fazenda fez com que, dentro dos primeiros anos de seu governo, desaparecessem. O Executivo foi, então, obrigado a solicitar do Congresso a criação da CEXIM.

O Sr. Fernandes Távora — Mais de um milhão e setecentos mil dólares.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — E aquele governo era apoiado pelo Partido Social Democrático.

A responsabilidade não é somente daquela que ocupa a Presidência da República, mas dos partidos que lhe dão apoio, em todos os momentos, amparando-o, sem crítica, sem combate, nos atos mais desastrosos. Senhor Presidente, durante o período do Governo do General Dutra, quando meu Partido entregou a união interpartidária para o apoiar, em qualquer momento deixei de estar nesta tribuna, para combater o que me parecia errado. Divergi, muitas vezes, da orientação do meu Partido, mas não deixei sem crítica os atos de S. Ex.^a que julguei contrários aos interesses nacionais.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Ouço com muito prazer o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Filinto Müller — Folgo em ouvir V. Ex.^a dizer que, muitas vezes, divergi da orientação de seu Partido...

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Apesar do acordo inter-partidário.

O Sr. Filinto Müller — ... porque o Governo do General Dutra teve o apoio da União Democrática Nacional. Meu aparte tem unicamente o intuito de acentuar a fidelidade, neste ponto, da exposição do nobre colega.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Muito agradeço ao aparte de Vossa Excelência.

Sr. Presidente, o Sr. Juscelino Kubitschek frisa o seu interesse de combater a inflação e espera que o Congresso Nacional lhe dê Orçamento equilibrado para o ano vindouro.

Pergunto: onde tal propósito se a Proposta Orçamentária que remete ao Congresso Nacional consigna o déficit de vinte e três bilhões de cruzeiros? Dir-se-á que não teve S. Ex.^a o tempo necessário, durante o primeiro trimestre do seu governo, para a organizar dentro das condições financeiras e econômicas do País. O Chefe do Executivo, no entanto, teve oportunidade de baixar o Plano de Economia em relação ao Orçamento do corrente exercício. A orientação seguida por S. Ex.^a, na poda das rubricas orçamentárias deveria ter sido acentuada na do próximo ano.

Salienta o nobre Presidente da República o Convênio assinado com a América do Norte para a aquisição de um milhão e oitocentas mil toneladas de trigo por ano. Quisera elogiar nesse discurso os trabalhos realizados pelo Serviço de Expansão do Trigo, em benefício da nossa poupança de divisas no estrangeiro, em benefício dos triticultores brasileiros.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a u maparte?

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Com todo o prazer.

O Sr. Fernandes Távora — As providências em relação ao trigo nacional são aquelas que, ontem, o nosso ilustre colega pelo Rio Grande do Sul patenteou perante esta Casa. O trigo apodrece sem que qualquer providência seja tomada; ainda mais faz-se a pior das explorações com o produto importado, para ser vendido ao câmbio nacional.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Muito agradeço o aparte do nobre representante do Ceará.

Sr. Presidente, em 1946 ou 1947, ocupei a tribuna para tratar, justamente, da atuação ineficiente do Serviço de Expansão do Trigo. Demostrei, então, não ser possível incentivarmos o plantio do trigo no Brasil sem que cuidássemos, concomitantemente, da construção dos silos, dos transportes e da organização de mercados para aquisição do produto nacional.

O Sr. Fernandes Távora — E' assunto sobre o qual se fala há não sei quantos anos; mas nunca se realizou o prometido.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Desde 1946 ou 1947, quando o Ministro da Agricultura do então Presidente General Dutra anunciava ao País que no ano imediato a produção do trigo nacional cobriria metade da nossa importação, acentuava eu quais as medidas que se impunham para atingirmos aquele objetivo; caso contrário, o insucesso da produção do trigo seria fatal. Vimos assistindo a repetidos fracassos, que se acentuam no corrente ano. Por que plantar — perguntam os produtores de trigo, em declaração à imprensa do Rio Grande do Sul — se não temos silos, nem transporte, nem mercado consumidor?

O Sr. Mem de Sá — Nem crédito agrícola para o produtor.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Exatamente.

Sr. Presidente, todas as providências reclamadas são da competência do Serviço de Expansão do Trigo, que não cumpre seu dever e nos conduz a situação atual, de termos que fazer um convênio — classificado, no discurso do Sr. Presidente da República

como benéfico aos interesses nacionais — para a aquisição do produto americano.

O Sr. Mem de Sá — Permite V. Ex.^a mais um aparte?

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Com prazer recebo o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Mem de Sá — Torna-se indispensável enorme série de providências, que de há muito deviam ter sido tomadas, inclusive a respeito da fiscalização, para evitar as fraudes que atualmente se verificam. Imagine V. Ex.^a que a capacidade moageira dos moinhos nacionais é duas vezes superior a do consumo interno. Logicamente os moinhos nacionais, utilizando apenas a metade de sua capacidade de moagem, deviam estar em déficit. Ao contrário, nada em lucros cada vez maiores e novos moinhos estão sendo instalados. Acresce que o Governo brasileiro, apesar dessa situação, continua permitindo a importação de maquinismos para moinhos, embora cliente de que a capacidade dos já existentes é duas vezes superior à necessidade de moagem para o consumo interno.

O Sr. Novais Filho — O nobre orador permite um aparte?

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Com todo prazer.

O Sr. Novais Filho — Não é sem constrangimento que interrompo o brilhante discurso de V. Ex.^a que escuto com a mais alta admiração.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — V. Ex.^a muito me honra com seus apertes.

O Sr. Novais Filho — Aludiu V. Ex.^a ao Ministério da Agricultura ao tempo do Governo Dutra. Muito embora não me caiba qualquer glória quanto à cultura do trigo, realmente incentivada e que mereceu daquele Governo as medidas necessárias ao seu desenvolvimento, quero render justa homenagem ao Ministro, Daniel de Carvalho a quem a agricultura triticola no Brasil deve grandes benefícios e o trabalho incessante pelo seu incremento. Reconheço, que existem sementes e falhas; mas, essas falhas e sementes ainda não anularam os resultados obtidos na cultura do trigo. Aliás, neste ponto, sou ainda muito otimista; creio que dentro de dois ou três anos esta cultura estará bem situada no país se forem tomadas medidas complementares, como seja a construção de armazéns e silos para recebimento do trigo, na época da colheita.

O Sr. Fernandes Távora — Se as coisas continuarem como vão, dentro de dois ou três anos essa cultura estará arrasada. Ninguém plantará trigo para ver o fruto de seu trabalho apodrecer por falta de transporte e de comprador. Só se forem idiotas continuarão a exultar essa lavoura.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Muito agradeço os apertes com que me honraram os nobres colegas.

Ao prezado, amigo, ilustre representante de Pernambuco, Senador Novais Filho, declaro que, precisamente na oportunidade em que geria, com grande saber, elevação moral e competência a Pasta da Agricultura o nobre Deputado Daniel de Carvalho, tornou-se pública a afirmativa de que no ano imediato, talvez de 1947, a produção de trigo nacional atingiria à metade do nosso consumo, naquele momento de um milhão e duzentos mil toneladas. No ano seguinte, portanto a produção alcançará seiscentas mil toneladas. Creio, que até o presente momento a produção triticola não atingiu a essa cifra.

O Sr. Fernandes Távora — Aliás, nosso consumo é de cerca de três milhões de toneladas.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Hoje, O Sr. Rui Palmeira — Consumo contínuo.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Aquele tempo era de um milhão e duzentas mil toneladas. O Governo tomou medidas até mesmo proibitivas da importação de farinha que, no mo-

mento, representava um alto negócio de exploração interna no país.

As determinações oficiais, no entanto, não foram cumpridas. O mesmo sucedeu com o decreto-lei proibindo a exportação da carne. Os atos presidenciais foram desrespeitados pelo Ministro da Agricultura, pelo Banco do Brasil, e por todas as entidades das quais dependiam a importação e a exportação.

O Sr. Fernandes Távora — Infelizmente a sorte de quase todas as leis, neste País, é o desrespeito.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Senhor Presidente, tive oportunidade de estigmatizar, desta tribuna — e também o saudoso colega, representante do Distrito Federal, Senador Andrade Ramos — a ação do Ministério da Agricultura e do Banco do Brasil, que facilitavam a exportação da carne, embora um decreto-lei a proibisse.

Sr. Presidente, não desejo mais fatigar a atenção do Senado. (Não apoiados.)

O Sr. Mem de Sá — V. Ex.^a encanta-nos.

O Sr. Filinto Müller — Estamos ouvindo V. Ex.^a com toda atenção e prazer.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Agradeço a generosidade dos nobres colegas.

O Sr. Rui Carneiro — Embora diverjamos dos pontos de vista de Vossa Excelência ouvimos com satisfação o seu discurso.

O Sr. Lima Teixeira — V. Ex.^a analisa os fatos com objetividade.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Agradeço, repito, a gentileza dos meus ilustres pares.

Sr. Presidente, as ligeiras considerações que faço não vão nem mesmo uma crítica ao brilhante discurso do Sr. Presidente da República.

O Sr. Rui Palmeira — São comentários ilustrativos.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — São ligeiros comentários a lareira, a fim de pedir a atenção de S. Ex.^a para os pontos que focalizei — caso um dia lhe chegue ao conhecimento que tive oportunidade de discutir seu discurso, nesta Casa.

No início da sessão, tive ensejo de trocar idéias com o ilustre líder da Maioria, digno representante de Mato Grosso, Senador Filinto Müller, sobre a oração do Sr. Presidente da República. Informou-me S. Ex.^a, com a sinceridade que lhe é peculiar, que ao lê-la, e cada vez que repetia a leitura, mais se encantava e entusiasmava pelas declarações do Sr. Presidente da República.

Lamento, sinceramente, Sr. Presidente, não sentir a mesma emoção de S. Ex.^a.

O Sr. Juracy Magalhães — É que o coração, do Senador Filinto Müller, à proporção que envelhece, se torna mais feroz.

O Sr. Filinto Müller — Não é esta a razão.

O Sr. Mem de Sá — A interpretação é outra.

O Sr. Fernandes Távora — Voluntis pro facto reputatur. O Senador Filinto Müller deseja com, patriota, como todos somos, que seja isso uma realidade. E porque deseja, acredita que seja.

O Sr. Filinto Müller — Os meus concientes colegas, quando lerem, nos Anais do Senado o discurso de Sua Excelência, certamente se emocionarão.

O Sr. Rui Palmeira — Eu me tornei otimista depois que a li.

O Sr. Mem de Sá — O discurso do Presidente da República é uma "berceuse", e quem o lê torna-se um sonhador também.

O Sr. Rui Carneiro — Nutro a esperança de um dia ouvir, de V. Ex.^a e de toda a nobre bancada da Oposição, aplausos aos atos administrativos do Presidente Juscelino Kubitschek. Já tenho dito aqui várias vezes; e agora os cinco anos de Governo de S. Ex.^a.

O Sr. Mem de Sá — Já passaram cinco anos de governo de S. Ex.^a, a

judgarmos pela sua profecia. Assim, S. Ex.^a pode ser deposto, porque já completou seu mandato. (Riso.)

O Sr. Filinto Müller — Os cinco anos de Governo do Presidente Juscelino Kubitschek futuramente valerão por cinquenta.

O Sr. Juracy Magalhães — Até agora já temos o equivalente a seis anos de sofrimentos.

O Sr. Rui Carneiro — Vou esperar os aplausos de Vv. Ex.^{as}, pela ação administrativa do Sr. Presidente da República.

O Sr. Fernandes Távora — Se um dia S. Ex.^a fizer tal milagre, V. Ex.^a poderá contar com o nosso apoio. Mas os milagres são raros.

O Sr. Juracy Magalhães — Quando o nobre Senador Rui Carneiro quiser justificar o Presidente Juscelino Kubitschek, contará com o nosso apoio.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Tem toda razão o nobre representante da Paraíba quando diz nutrir a esperança de ver a Oposição, nesta Casa, apoiar e aplaudir.

O Sr. Rui Carneiro — Terei essa oportunidade mais adiante um pouco.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — ...atos da administração do Sr. Juscelino Kubitschek. E diz bem S. Ex.^a porque a norma que nos tracamos, nesta Casa — a Oposição que aqui tenho a honra de liderar —

O Sr. Daniel Krieger — É honrosa para nós a liderança de V. Ex.^a.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — ...coloca os interesses do Brasil acima de quaisquer paixões partidárias!

O Sr. Mem de Sá — Muito bem!

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Colocamos o bem da Pátria acima de quaisquer outros sentimentos que possam desfigurar os atos de nossos adversários.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar os timpanos) Lembro ao nobre orador que dispõe de apenas um minuto para o término de sua oração.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Sr. Presidente, muito agradeço a advertência de V. Ex.^a.

Podem estar certos o nobre representante da Paraíba, Senador Rui Carneiro, bem como a Maioria desta Casa e o próprio Sr. Juscelino Kubitschek, que os atos do Presidente da República praticados no interesse da Nação, as medidas que adotou no sentido de salvar o país da situação em que se encontra, as atitudes que assumiu na defesa do bem público, encontraram sempre, por parte da Oposição, no Senado, o maior apoio e o mais amplo aplauso. (Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão do requerimento.

O SR. FILINTO MÜLLER:

(Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando requeri ao Senado a transcrição, nos Anais desta Casa, do discurso pronunciado, a 31 de julho último, pelo Sr. Presidente Juscelino Kubitschek, não o fiz com a intenção de prestar homenagem ao Chefe do Executivo, mas tão somente para que ficassem registradas as afirmações de S. Ex.^a.

Dessa forma, futuramente, quando o historiador tiver que julgar a época presente e a nós, que nela atuamos encontrará, nos nossos Anais, elementos que lhe facilitarão o trabalho e lhe permitirão escrever com segurança e firmeza sobre os dias que estamos vivendo.

Foi bom Sr. Presidente, que o eminente e brilhante líder da União Democrática Nacional, nesta Casa, o nobre Senador João Villasboas, nobre representante de Mato Grosso, pedisse a palavra para fazer crítica a esse discurso; foi bom que S. Ex.^a usasse da palavra e nos deleitasse durante uma hora analisando-o. Poderá assim, o julgador do futuro, parar o pensamento do Sr. Presidente

da República com o dos homens da prol da Oposição.

Desde que o meu eminente colega, Senador Daniel Krieger, pediu a palavra, ontem, para fins regimentais, ocasionando a transferência, para hoje, da discussão do meu requerimento, entendi acertado, por precaução, reter o discurso do Sr. Presidente da República, a fim de vereficar por onde se desencadearia a crítica da Oposição.

Sr. Presidente, ao chegar, hoje, a esta Casa, confessei ao eminente Senador por Mato Grosso, Sr. João Villasboas, que, depois desta nova leitura do discurso de S. Ex.^a, feita naturalmente com o espírito de crítica apurado, mais me convenci de que o Sr. Juscelino Kubitschek está com a razão, está cumprindo o que prometeu, está realizando aquilo que o Brasil espera.

Anotei, Sr. Presidente, alguns pontos dessa oração, exatamente para comentá-los nas poucas palavras que pretendo dizer ao Senado, justificativas de meu requerimento.

Na primeira parte de seu discurso, acentuou S. Ex.^a o Sr. Presidente da República — e neste particular creio que se equivocou o eminente líder da Minoridade — que o Brasil está reagindo, está retomando forças; que se consolida cada vez mais o regime democrático, que se fortalece entre nós a democracia; e isso pela cessação das paixões, pelo desarmamento dos espíritos, pela proscrição do ódio.

Quem assim fala, Sr. Presidente — ao contrário do que afirmou o nobre Senador João Villasboas — não está apresentando queixas ou reclamações contra a atuação dos seus adversários políticos. Acentuou simplesmente S. Ex.^a, um fato inegável: é que, durante a campanha presidencial, no mais aceso daquela luta política que sacudiu o Brasil de sul a norte e que desencadeou paixões, S. Ex.^a nunca teve expressões de ódio ou ressentimento, mantendo-se em atitude nobre e elevada.

O Sr. Rui Carneiro — Grande verdade.

O SR. FILINTO MÜLLER — E depois de Presidente da República, não teve um gesto, ou sequer ato de vaidade pessoal.

Esta a primeira parte do discurso de S. Ex.^a o Sr. Presidente da República. É natural que S. Ex.^a usasse dessas palavras e expressões, porque estava conversando com o povo, cujo afirmou: estava expondo aos seus patriotas o que havia feito em seis meses de governo.

O Sr. João Villasboas — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Com muito prazer.

O Sr. João Villasboas — Apenas acentuei que S. Ex.^a, o Sr. Presidente da República, iniciara o discurso, como sempre o faz, repassando suas maguas pelas críticas sofridas durante a campanha presidencial. Disse eu ainda, que, desta vez, mais atenuadamente S. Ex.^a falara sobre o assunto.

O SR. FILINTO MÜLLER — Admitindo-se que tenha querido o eminente Sr. Presidente da República acentuar suas maguas — como reconhece o ilustre Senador João Villasboas desta vez destituído de paixões que desejo frizar, é que o Sr. Presidente — admitindo-se essa circunstância, o dente da República, durante a campanha política e depois dela, nunca manifestou qualquer sentimento de ódio.

O Sr. Rui Carneiro — V. Ex.^a dá licença para um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Com prazer.

O Sr. Rui Carneiro — Permito-me acrescentar que a campanha feita contra o Sr. Juscelino Kubitschek foi de crueldade sem precedente na história do Brasil. Mesmo assim, S. Ex.^a prega o desarmamento dos espí-

ritos, necessário para o bem do nosso país.

O Sr. Juracy Magalhães — Lembra a campanha contra o Marechal Hermes da Fonseca, muito pior que esta.

O Sr. FILINTO MULLER — Reconheço que a campanha contra o Sr. Juscelino Kubitschek foi aguda, violenta, desencadeou as paixões. Todos nós somos humanos, e não podemos esperar que da natureza humana advinham manifestações estemporaneamente isentas de ódio.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permita o nobre orador um aparte?

O Sr. FILINTO MULLER — Com licença.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Demosmos um pouco a margem as questões políticas. Os interesses do país deve sobrepujar as questões pessoais — essa a linguagem do Senhor Juscelino Kubitschek. Seus apelos são mais pela necessidade em que se encontra o país de resolver suas dificuldades do que, mesmo por uma questão sentimental. Pela primeira vez, Sua Ex.^a pronunciou discurso como devera ter feito. Sua oração causou realmente profunda impressão. Como o Senador Filinto Muller sabe, não fiz parte daqueles que votaram no Sr. Juscelino Kubitschek. Pertencio à maioria que apoiou o que entendia ser um movimento de salvação, da legalidade, mas tive candidato próprio — o Sr. Adhemar de Barros. Não recuso, entretanto, meu aplauso nem meu apoio ao requerimento de V. Ex.^a, porque o discurso do Sr. Presidente da República é uma página de sábio otimismo neste instante em que só se vem trevas e ameaças para o regime e bem-estar do povo brasileiro. V. Ex.^a tem, portanto, meu integral apoio, nesse sentido.

O Sr. FILINTO MULLER — Agradeço muito penhorado o honroso apoio dado pelo Senador Kerginaldo Cavalcanti no seu aparte ao meu discurso.

Para encerrar a apreciação que faço do preâmbulo do discurso do Senhor Presidente da República, acentuo que S. Excelência, com a dignidade dos homens de bem, declarou, nessa parte de sua oração, que tem recuado todas as vezes que comete qualquer erro; E nenhum de nós opde admitir a infalibilidade.

O Presidente Juscelino Kubitschek assim procede, porque subordina seus sentimentos pessoais aos supremos interesses da comunidade.

Neste passo, quando faz referências à Oposição, é para declarar que não deseja que ela desapareça, porque a considera indispensável para a boa marcha do governo.

Assim, não tem razão o nobre representante da União Democrática Nacional quando acentua que o Sr. Presidente da República está sempre a queixar-se da Oposição, alegando que ela não lhe dá os recursos de que necessita para bem administrar o país.

Convido o eminente Senador João Villasboas e seus dignos pares nesta Casa a que revejam em todas as declarações públicas do Sr. Juscelino Kubitschek, as referências por Sua Excelência feitas aos partidos da oposição. Creio que em nenhuma delas encontrarão qualquer restrição.

O Sr. Juracy Magalhães — Mesmo aquela sobre o caso dos estudantes que li na Bahia, na qual S. Ex.^a atribuiu à U.D.N. participação subversiva? E foi nota oficial, mais importante que um discurso.

O Sr. FILINTO MULLER — Eu não estava aqui, e V. Ex.^a se achava na Bahia.

Afirmo que nos discursos do Senhor Presidente da República não há a menor referência de estar a Oposição negando ao Governo elementos para execução de seu programa.

Eu não me encontrava, repito, no Rio de Janeiro naquelas horas angus-

tiosas da greve dos estudantes. É possível e até compreensível que alguma referência tenha sido feita à Oposição. Acentuo porém, que nos discursos de Sua Ex.^a não se encontra qualquer menção ao apoio que Sua Excelência desejasse obter das minorias parlamentares e que estas lhe estivessem negando. O apoio que S. Ex.^a espera é o da fiscalização rigorosa, permanente, constante e severa de todos os seus atos.

Prosseguindo, para não cansar demasiadamente o Senado... (Não aplaudos).

O Sr. Novaes Filho — V. Ex.^a é sempre ouvido com muito prazer.

O Sr. Mem de Sá — V. Ex.^a não cansa, deleita.

O Sr. FILINTO MULLER — Muito obrigado pela generosidade dos eminentes colegas.

Passarei a examinar alguns pontos aludidos no discurso em causa.

O primeiro deles, o mais importante talvez, é o referente às medidas anti-inflacionárias tomadas pelo Governo. Não estamos aqui para negar que continue a haver inflação, que tenha sido aumentada a emissão do papel moeda, nem o Sr. Presidente da República a mais o fez; aqui estamos para afirmar ao Senado, portanto à Nação, que o Governo está realmente tomando as medidas ao seu alcance para pôr um pára-cho à inflação.

Estas providências — falo a homens de cultura e alta inteligência — não podem ter efeito imediato. É preciso esperar algum tempo para que produzam salutaros efeitos.

O Sr. Juracy Magalhães — Permite V. Ex.^a um aparte?

O Sr. FILINTO MULLER — Com muito prazer e desvanecimento ouvirei o aparte do nobre Senador Juracy Magalhães.

O Sr. Juracy Magalhães — Parece que o ilustre Sr. Presidente da República não confia muito nas medidas que vem adotando contra a inflação, pois segundo publicou um dos seus comensais, S. Ex.^a há poucos dias, ao ter notícia de que estava no Catete, para visitá-lo, um inventor seu contrerrâneo, que teria descoberto algo para fazer baixar a temperatura indagou se não seria capaz de inventar também um aparelho para baixar o custo de vida. A Nação ouve, estarrecida, que o Presidente da República espera que alguém invente um aparelho para baixar o custo da vida, quando diferente era a palavra do candidato ao povo, em praça pública.

O Sr. FILINTO MULLER — Vossa Excelência não pode fazer tal afirmação.

O Sr. Rui Carneiro — S. Ex.^a tem apenas seis meses de governo.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Trata-se apenas de uma boutade.

O Sr. Juracy Magalhães — Acredito que seja boutade, exatamente para dizer a verdade sob outra forma.

O Sr. Rui Carneiro — E' pilh-ria de mau gosto.

Esta a verdade — a inflação — tem

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — mais de meio século. E' tão velha quanto a República.

O Sr. Mem de Sá — Reitero o que há poucos dias afirmei. Nos termos em que o nobre orador oloca a questão, ela está satisfatoriamente exposta; mas a verdade é que o Sr. Presidente da República não usa a mesma linguagem. S. Ex.^a há bem pouco, afirmou peremptoriamente que a adoção dos novos níveis do salário mínimo não determinaria elevação dos preços.

O Sr. FILINTO MULLER — Chegarei a esse ponto, nobre Senador. Agradeço o aparte de V. Ex.^a mas a

propósito da inflação e, antes de mencionar as notas que tomei, quero, como homenagem ao eminente Senador Mem de Sá, dar conhecimento dos dados que recebi do Ministério da Fazenda, referentes à inflação no primeiro semestre do corrente ano.

O Sr. Mem de Sá — Deveriam ser de fevereiro até julho.

O Sr. FILINTO MULLER — Chegamos a janeiro do corrente ano, garei lá, não tenha pressa V. Ex.^a, como ocorreu em janeiro de 1952, 1953, 1954 e 1955, houve a retirada de um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros da circulação. A norma, observada, é a de retirar-se da circulação, no mês de janeiro quantia substancial de papel moeda.

O Sr. Mem de Sá — E muitas vezes em fevereiro.

O Sr. Juracy Magalhães — Apesar do Governo do Sr. Presidente Juscelino Kubitschek, o fenômeno repetiu-se.

O Sr. Mem de Sá — Não; S. Ex.^a ainda não estava investido.

O Sr. FILINTO MULLER — Não era seu Governo. Não colhe o depoimento de V. Ex.^a. O Governo era exercido pelo Senador Neru Ramos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — O Sr. Juscelino Kubitschek não é mágico das finanças, par atirar da cartola um coelho salvador.

O Sr. Juracy Magalhães — Tanto não é, que precisava do inventor de um aparelho para baixar o custo da vida.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Foi uma boutade que, se existiu realmente, o foi na fantasiosa imaginação do jornalista.

O Sr. FILINTO MULLER — No mês de janeiro houve retirada de um bilhão; em fevereiro e março, de dois bilhões.

O Sr. Mem de Sá — O que é normal, nos três primeiros meses do ano.

O Sr. FILINTO MULLER — Em 1955 houve um aumento de seiscentos milhões.

O Sr. Mem de Sá — Se V. Ex.^a tomar um decênio, verá que, em geral, os três primeiros meses não exigem emissão. Em abril começam as dificuldades.

O Sr. Juracy Magalhães — As estatísticas não podem ser examinadas unilateralmente, como o faz o Senador Filinto Muller.

O Sr. FILINTO MULLER — Mas a constante é no mês de março.

No ano de 1955, foram emitidos 600 milhões de cruzeiros, no mês de março e, em abril, 1.284 milhões. Portanto, há alteração.

Em abril de 1956, tivemos Cr\$ 1.900; em maio, Cr\$ 2.099.000,00; em junho Cr\$ 1.498.000,00, com um total de semestre, porque descontaram os Cr\$ 1.800.000,00 do mês de janeiro, de Cr\$ 3.694.000,00.

Esta a emissão.

O Sr. Mem de Sá — Permite Vossa Excelência um aparte?

O Sr. FILINTO MULLER — Com prazer.

O Sr. Mem de Sá — No meu discurso nunca me referi a semestre.

O Sr. FILINTO MULLER — Vossa Excelência só aludiu aos cinco meses do ano.

O Sr. Mem de Sá — Reportei-me ao período compreendido entre fevereiro e julho, no qual a emissão deveria estar entre cinco e meio a seis bilhões de cruzeiros, pelos dados que V. Ex.^a trouxe.

O Sr. FILINTO MULLER — O total do primeiro semestre é de Cr\$ 3.694.000.000,00. Se a esta importância acrescentarmos os Cr\$ 1.800.000,00 do mês de janeiro, teremos mais ou menos Cr\$ 5.500.000.000,00, como emissão dos cinco primeiros meses do ano.

O Sr. Mem de Sá — Muito próximo do que afirmava o Diário de Notícias.

O Sr. FILINTO MULLER — Apresento estes dados em homenagem a V. Ex.^a.

O Sr. Mem de Sá — Folgo em verificar que as cifras por mim citadas,

hauridas, aliás, num dos melhores matutins desta cidade, estavam muito próximas da realidade.

O Sr. FILINTO MULLER — O aumento percentual sobre dezembro de 1955 é de 5,3%.

Esses dados referentes à emissão, entretanto, não podem ser examinados parceladamente.

O Sr. Mem de Sá — Claro.

O Sr. FILINTO MULLER — Tem que ser vistos no conjunto da execução orçamentária. É preciso que sejam examinados em comparação com as despesas e a arrecadação que vêm sendo feitas. Eis por que trago mais um elemento para dar a conhecer ao Senado, relativo somente à despesa do pessoal. Durante o exercício de 1955, a despesa orçamentária com o pessoal foi de vinte bilhões cento e nove milhões de cruzeiros. Acrescentando a esta soma os créditos adicionais, no montante de um bilhão e dezesseis milhões, temos um total de despesa, no ano de 1955, com o pessoal civil e militar de 21 bilhões e 125 milhões de cruzeiros. Estou arredondando os números para facilitar o cálculo.

Para 1956 foram autorizados, pelo Orçamento e Suplementação, uma despesa de 17 bilhões e 467 milhões de cruzeiros e créditos adicionais no montante de 16 bilhões 594 milhões, ambos totalizando 34 bilhões de cruzeiros. Isto equivale, arredondando-se, a 13 bilhões de cruzeiros mais do que no ano passado.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — A tese de V. Ex.^a está perfeita; demonstra o esforço do Governo para dominar a inflação, se é que isto é possível.

O Sr. FILINTO MULLER — Acredito que o alcancemos.

A despesa orçamentária, com pessoal, no primeiro semestre de 1956, é de dez bilhões, cento e cinquenta e um milhões, e a decorrente de créditos adicionais, de doze bilhões, quinhentos e trinta e oito milhões de cruzeiros. Atinge, portanto, o total de vinte e dois bilhões, seiscentos e noventa milhões de cruzeiros, o que vale dizer: mais do que a despesa total do ano de 1955.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — São impressionantes estes dados.

O Sr. Mem de Sá — Peço a V. Ex.^a mais um esclarecimento, porque estou em dúvida. Pelos dados apresentados, V. Ex.^a confirma uma previsão entre a despesa orçamentária e os créditos adicionais, para todo o ano, de trinta e quatro bilhões de cruzeiros. No primeiro semestre de 1956, já a despesa ascende a vinte e dois bilhões e seiscentos milhões de cruzeiros.

O Sr. FILINTO MULLER — São despesas de pessoal, que não se estenderão ao segundo semestre, pois se referem a pagamentos em atraso.

O Sr. Cunha Mello — Permite Vossa Excelência um aparte?

O Sr. FILINTO MULLER — Com muito prazer.

O Sr. Cunha Mello — Está V. Ex.^a trazendo ao conhecimento do Senado as cifras autorizadas ou as realizadas?

O Sr. FILINTO MULLER — Cifras autorizadas e realizadas. O montante de vinte e dois bilhões e seiscentos e noventa milhões de cruzeiros, poderia, se o dobrássemos, a quarenta e quatro bilhões. Teríamos, então, um déficit de onze bilhões.

O Sr. Cunha Mello — Que economia há entre a despesa autorizada e a despesa realizada?

O Sr. FILINTO MULLER — No pagamento do pessoal, a despesa realizada é maior do que a autorizada. De acordo com o Código de Contabilidade, sabe-o V. Ex.^a a despesa pode ser empenhada, ainda mesmo que não haja verba especial.

Estou lendo estes dados para confirmar que não podemos examinar o volume do papel moeda pôsto em circulação, no atual governo, em face, simplesmente dos gastos, das despesas a que foi forçado.

O Sr. Juracy Magalhães — Teria de ser computado, também, o aumen-

to da produção, se houvesse e considerado crescimento vegetativo da Receita, bem como o aumento da Arrecadação.

O SR. FILINTO MÜLLER — Evidentemente. Estou demonstrando que só me desse dados — o relativo ao pagamento do pessoal equivale ao dobro do ano passado.

Grças a Deus o Brasil está reagindo; tem capacidade portanto. E' justamente o que S. Ex.^a, o eminente Sr. Presidente da República, acentuou no seu brilhante discurso. A despesa com pessoal também foi maior que a prevista.

O Sr. Daniel Krieger — O Erário era sempre credor do Banco do Brasil; entretanto, no balancete do último mês, o dever e o haver estão equilibrados. Como se explica?

O SR. FILINTO MÜLLER — Ao contrário. A dívida do Tesouro para com o Banco do Brasil, é muito maior. Este, sabe V. Ex.^a, adianta ao Tesouro Nacional, as importâncias necessárias.

Pois bem: a pressão exercida pelos adiantamentos do Banco do Brasil, geralmente ocasiona emissões. O impacto é imenso, mas a emissão a ele não corresponde, em virtude de medidas de compressão tomadas pelo Governo para evitá-lo.

O Sr. Juracy Magalhães — No entanto o Sr. Juscelino Kubitschek declarou que havia cessado a emissão de papel moeda.

O SR. FILINTO MÜLLER — V. Ex.^a está equivocado. Declarou, isto sim, que havia tomado as providências cabíveis para pôr paradeiro a novas emissões. Dei conhecimento destes ao nobre Senador Mem de Sá, especialmente em homenagem a quem teve a honra de apartear, quando produzia, anteontem, sua brilhante oração. Declarai-lhe, então, que de posse desses elementos, que iria solicitar ao Ministério da Fazenda, estaria em condições de debater o assunto com S. Ex.^a. Devo declarar, que os alarmismos apresentados por S. Ex.^a aproximam-se da realidade; contudo, não temos por a ela fugir.

O Sr. Mem de Sá — Agradeço, mas uma vez, a elegância de V. Ex.^a para comigo, nem esperava eu outro procedimento do nobre colega. Desejaria, no entanto, que informasse quanto montam os adiantamentos do Banco do Brasil ao Tesouro Nacional, até 31 de julho do corrente ano. Em 31 de maio se que eram de dez bilhões de cruzeiros. Sabe V. Ex.^a, no momento atual, a quanto vão os adiantamentos?

O SR. FILINTO MÜLLER — Não solicitei dados a respeito. Louvei-me nas informações de V. Ex.^a, e não pedi confirmação do Sr. Ministro da Fazenda. Sei apenas que se trata de jogo de escritas. O Banco do Brasil adianta ao Tesouro Nacional o número de que necessita.

O Sr. Mem de Sá — Sim, mas determina emissões.

O SR. FILINTO MÜLLER — Exato. Desejo apenas acentuar que, apesar dos impactos a que V. Ex.^a se reporta, e de ser o adiantamento, até 31 de maio do corrente ano de dez bilhões de cruzeiros, a emissão total em cinco meses foi de cinco e meio bilhões de cruzeiros, em desacordo, portanto, com o impacto de adiantamentos feitos pelo Banco do Brasil.

Sabe V. Ex.^a que todos os Governos no encerramento do exercício financeiro, fazem o encontro de contas entre o Tesouro Nacional e o Banco do Brasil.

O Sr. Mem de Sá — E' quando surgem as grandes emissões.

O SR. FILINTO MÜLLER — No momento, porém, restringindo a emissão de papel moeda, procura o Governo equilibrar a situação financeira do País. Sabe-se, contudo, que as maiores emissões ocorrem no segundo semestre, em virtude do volume de adiantamento que o Banco do Brasil

é forçado a fazer ao Tesouro Nacional a fim de que este possa atender prontamente, aos compromissos do exercício que se encerra.

O Sr. Mem de Sá — Pode ser apenas protelatório tal expediente.

O Sr. Juracy Magalhães — Exatamente. Permite o nobre orador um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Com muito prazer.

O Sr. Juracy Magalhães — Na minha recente viagem pelo interior da Bahia, ouvi a grita generalizada de pobres funcionários que recebem pelas Verbas 3 e 4. Até julho apenas haviam recebido vencimentos de dois meses. E' essa a economia que o Governo faz: deixa de pagar o que deve.

O SR. FILINTO MÜLLER — A demora decorre da revisão dos vencimentos não da razão que V. Ex.^a apresenta. Falo com sinceridade. Examinei o problema e sei que não é por economia que o Governo não paga a meia dúzia de funcionário que recebeu pelas Verbas 3 e 4. Aliás, o pagamento já está sendo efetuado.

O Sr. Juracy Magalhães — Não são meia dúzia; são milhares. Digo a V. Ex.^a: em quase todos os municípios que visitei, ouvi clamores nesse sentido, de servidores que, até julho, apenas haviam recebido vencimentos de dois meses.

O SR. FILINTO MÜLLER — O que aconteceu foi o seguinte: as tabelas dos extranumerários que recebem pelas Verbas 1, 3 e 4 e das autarquias foram remetidas ao Dasp para que as examinasse. O atraso no pagamento decorre dos estudos que estão sendo feitos e não da economia que se alega, por parte do governo. Outro ponto ventilado pelo nobre Senador Mem de Sá e do qual tratarei agora, é o referente à Renda Interna, na parte relativa à arrecadação de imposto do selos. Realmente, o Diretor do Departamento competente, baixou circular, recomendando maior rigor na arrecadação do imposto do selo e do imposto de energia elétrica.

Tenho, aqui o apanhado da arrecadação, do primeiro semestre. Ao contrário do que deseja o ilustre Senador Mem de Sá, arrastar-me para o exame exclusivamente de cinco meses de Governo do Sr. Juscelino Kubitschek.

O Sr. Mem de Sá — Cinco, não; até julho são seis meses.

O SR. FILINTO MÜLLER — ... argumentarei com os dados do semestre, porque não é possível fazer separação entre dois Governos.

O Sr. Juracy Magalhães — Deixemos esses seis meses com o P.S.D.

O SR. FILINTO MÜLLER — A arrecadação foi a seguinte:

*Imposto de consumo, no primeiro semestre: Cr\$
10.450.281.160,70;

A quantia de ovrina atara to for de industrialização deviam de aparelhadas representava cerca de 70% do ogado abatido em meu Estado.

Imposto de renda: Cr\$
5.491.904.733,00;

Sabe V. Ex.^a que este é pago, principalmente, no segundo semestre).

*Imposto de selo: Cr\$
3.501.145.859,80.

Rendas de terra: Cr\$
2.012.068.361,90.

Imposto único sobre a energia elétrica: Cr\$ 474.541.187,0.

Total da Renda Interna arrecada: Cr\$ 21.929.941.342,40.

São aproximadamente 22 bilhões de cruzeiros, o que equivale, exatamente, ao que se pagou ao funcionalismo público no semestre passado.

O Sr. Mem de Sá — Só ao funcionalismo público?

O SR. FILINTO MÜLLER — Exatamente. A diferença do primeiro semestre de 1956 para o de 1955, foi a seguinte:

Para mais imposto de consumo — Cr\$ 2.573.374.149,70;

Para mais imposto de renda — Cr\$ 930.595.309,25;

Para mais imposto d selos e a fins: Cr\$ 622.83.286,90;

Para mais imposto único sobre energia elétrica: Cr\$ 56.284.044,00.

O total a mais da arrecadação em período equivalente ao ano de 1955, foi de Cr\$ 152.636.789,80.

O Sr. Mem de Sá — Era preciso verificar também, a previsão orçamentária para 1955 e 1956 a fim de saber em quanto a Estimativa para este ano foi maior, em virtude, precisamente, da inflação galopante.

O Sr. Rui Palmeira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Tendo recio de que o Sr. Presidente me comunique estar esgotado o tempo de que disponho, sem que eu conclua os esclarecimentos que faço questão de prestar.

O Sr. Rui Palmeira — V. Ex.^a pode ficar tranquilo, e é à base dessa tranquilidade que desejo apartear o nobre colega.

O SR. FILINTO MÜLLER — O nobre colega conhece a angústia do tempo limitado pelo Regimento, contra o qual tantas vezes reclamou naquelas sessões memoráveis em que votamos o Projeto dos Generais. Quando o Presidente comunica estar terminado o tempo, não há apelação.

O Sr. Mem de Sá — No atual regime, "regimento" vale mais que a Constituição, V. Ex.^a não o esqueça (Riso).

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Depende, se está armado, sim; desarmado, como está o nosso preceito a vontade do Presidente e do orador.

O SR. FILINTO MÜLLER — Concedo permissão para o aparte ao nobre Rui Palmeira.

O Sr. Rui Palmeira — Agradeceria ao nobre Líder me informasse se dos documentos que está lendo constam as medidas já tomadas pelo Governo para conter a inflação, se não constitui segredo.

O SR. FILINTO MÜLLER — Não há segredo. Os dados que estou citando sobre emissão de papel moeda são reais. Agora, enumerarei as medidas que estão sendo posts em prática.

Já disse, respondendo ao aparte do eminente Senador Juracy Magalhães, que estou falando com a franqueza, lealdade e sinceridade. De outra maneira não estaria na tribuna.

O Sr. Rui Palmeira — Outra coisa não esperamos de V. Ex.^a, que tem sido extremamente correto em suas atividades.

O Sr. Mem de Sá — Já declarei que o Senador Filinto Müller é que deveria estar na Presidência da República.

O SR. FILINTO MÜLLER — E' ironia de V. Ex.^a.

Sr. Presidente, desejo acentuar somente que as afirmações do Sr. Presidente da República são inegáveis. Uma delas é a contenção do emprego que se dicui aqui.

O nobre Senador Coimbra Bueno foi a ponto de dizer que ninguém deveria subir as escadas do Catete para pedir emprego. Na verdade, na vida republicana brasileira, nunca houve, como agora, tanta dificuldade para um político obter emprego para qualquer de seus correligionários.

O Sr. Rui Palmeira — A prova de fogo vai ser feita agora com o projeto apresentado pelo nobre Senador Novais Filho.

O SR. FILINTO MÜLLER — Há contenção de empreguismo.

O Sr. Mem de Sá — Mas têm sido admitidos extranumerários.

O SR. FILINTO MÜLLER — Posso, porém, informar ao Senado que são, paar vagas já existentes.

O Sr. Juracy Magalhães — Nem sempre. Encontrei fechadas várias agências postais-telegráficas na Bahia porque o Governo não nomeou novos funcionários para cargos antes

exercidos por pessoas que se mudaram do Estado ou que morreram.

O SR. FILINTO MÜLLER — O aparte de V. Ex.^a não destrói o que estou dizendo.

O Sr. Juracy Magalhães — Ao contrário, corroborar. O Governo só faz nomeações quando lhe convém.

O Sr. Rui Carneiro — Não é exato. Não apoiado.

O Sr. Francisco Gallotti — E' injustiça clamorosa.

O SR. FILINTO MÜLLER — Asseguro a V. Exas. que nenhuma nomeação foi feita. Citarei o caso de uma agência de Correio. Recebi cartas de amigos, da cidade de Dourados que o nobre Senador João Vilasbas, conhece bem — cidade de grande crescimento e com movimento extraordinário, transmitindo pedido angustioso para que fossem nomeados funcionários, porque vários dos que estavam ali lotados saíram. A agência estava na eminência de fechar as portas. Praticamente não está funcionando como agência postal telegráfica, pois só tem um funcionário.

O Sr. Juracy Magalhães — Acha V. Ex.^a justo que, só porque um funcionário se ausente do Estado, se demita ou mesmo morra, não seja substituído, mas fechada a agência? E' maneira de governar?

O SR. FILINTO MÜLLER — Espere V. Ex.^a o término da informação que es estava prestando. Refletia-me à contenção de empregos e o nobre Senador Mem de Sá alegou que nomeações têm sido feitas. Realmente, tem sido feitas, mas para preencher cargos vagos quando um chefe de repartição argumenta, através de documento da sua responsabilidade, com a necessidade premente de s epreencher determinada função.

O Sr. Rui Carneiro — E' uma verdade.

O SR. FILINTO MÜLLER — Desta maneira, o Presidente da República autoriza a nomeação.

O Sr. Mem de Sá — Permite V. Ex.^a mais um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Desta maneira, o Presidente da República autoriza a nomeação.

O Sr. Mem de Sá — Permite V. Ex.^a mais um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Pois não.

O Sr. Mem de Sá — Tive informação de preenchimento de vagas com extranumerários em coletorias e exatarias regionais.

O SR. FILINTO MÜLLER — Há coletorias que não podem funcionar por falta de auxiliares. A criação de cargos foi aprovada no ano passado e só agora se autorizaram as nomeações.

O Sr. Mem de Sá — E' este o momento de redistribuir a pleitora de funcionalismo por outros pontos.

O SR. FILINTO MÜLLER — Não é possível.

O Sr. Juracy Carneiro — V. Ex.^a não tem razão no que diz. Há até elementos da U.D.N.

O SR. FILINTO MÜLLER — Não se pode tirar um funcionário de determinada carreira e colocá-lo como auxiliar de coletoria ou extranumerário noutra carreira.

E' contra a lei. A propósito, em Mato Grosso, no quadro criado, há 14 vagas de auxiliares de coletorias a serem preenchidas. Pois bem, autorizou-me a nomeação de apenas quatro auxiliares para as respectivas coletorias, cujos servidores perditam pela falta de funcionários.

O Sr. Juracy Magalhães — Por que o Governo não abre concurso para preenchimento dessas vagas e nomeia pessoas capazes? Ao contrário, deixa a anarquia administrativa imperar em todo o país.

O SR. FILINTO MÜLLER — As vagas estão sendo preenchidas em escala reduzidíssima.

O Sr. Mem de Sá — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Com prazer.

O Sr. Mem de Sá — E o caso dos escritórios comerciais do Brasil cujos lugares estão sendo preenchidos com tanto carinho?

O SR. FILINTO MÜLLER — Nos escritórios comerciais, estão sendo preenchidos apenas os cargos vagos.

O Sr. Mem de Sá — Mas não preenchemos os.

O Sr. Ruy Carneiro — Precisavam, para que funcionem normalmente.

O SR. FILINTO MÜLLER — Aproveitamos então, o projeto do Senador Novaes Filho suprimindo os escritórios comerciais. Mas, não se argumente que foram nomeados elementos do nosso partido. É egano; VV. Exas. o saber muito bem. Houve nomeações para cargos existentes, esta a realidade.

O Sr. Mem de Sá — Se não foi do partido de V. Ex.^a muito menos do meu e tampouco da U.D.N. Neste caso, algum partido está tirando vantagem.

O SR. FILINTO MÜLLER — Acentuo que uma das medidas adotadas pelo Governo para obter o equilíbrio orçamentário foi a contenção do emprego. Jamais, repito, se adotou, na história republicana do Brasil, o cumprimento tão severo de tal providência, para pôr cõbo ao excesso de funcionários públicos.

Não concordo com o que sugerimos. Não concordo com o que sugeriram aqui alguns Senhores Senadores — retirar funcionários de um setor para outro — como o acordo de que se admitam funcionários, lançando na miséria e no sofrimento algumas famílias. A contenção do emprego, repito, está sendo feita. Foi a primeira medida adotada pelo Governo para deter a inflação.

O Sr. Juracy Magalhães — Permite V. Exa. outro aparte?

O Sr. Cunha Mello — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Ouvi os nobres Senadores Juracy Magalhães e Lima Teixeira e depois o ilustre Senador Cunha Mello. Os apartes de VV. Exas. me dão grande prazer.

O Sr. Juracy Magalhães — Desejava pedir a V. Exa. usasse aquela franqueza a que habituou este plenário. Qual o partido que se tem beneficiado com essas nomeações para os escritórios comerciais?

O SR. FILINTO MÜLLER — Nada há escondido. Reconhecemos que o Partido Trabalhista Brasileiro correu, com muita eficiência, para a vitória do nosso candidato.

O Sr. Juracy Magalhães — O P.T.B. está sendo acusado de contribuir para aumento da desgraça nacional através do empreguismo.

O SR. FILINTO MÜLLER — Peço-lhe colocar o assunto em terreno mais elevado. Reconhecemos, igualmente, que compete aquele Partido a indicação para as vagas nesses cargos. Assim, nada há de escondido.

O Sr. Juracy Magalhães — Realmente é feio; mas não está escondido.

O SR. FILINTO MÜLLER — Ouço agora, o aparte do nobre Senador Lima Teixeira.

O Sr. Lima Teixeira — O Governo do Sr. Juscelino Kubitschek tem-se caracterizado pela contenção ao empreguismo. Não raro — permita-me V. Exa. que também use de franqueza — embora seja eu contrário às solicitações de emprego, noto que elementos da maioria criticam o Presidente da República por S. Exa. chegar ao extremo de centralizar todas as nomeações, quer para os Institutos, quer para outras repartições, as quais são privativas do Catete.

O Sr. Juracy Magalhães — É má técnica administrativa. Devia S. Exa. nomear gente que pudesse cumprir seus ordens com o rigor necessário.

O SR. FILINTO MÜLLER — De acordo com V. Exa. Somos administradores. Temos responsabilidades.

O Sr. Juracy Magalhães — Havemos de nos encontrar muitas vezes de acordo.

O Sr. Mem de Sá — As nomeações para os escritórios comerciais pertencem ao Ministério do Trabalho.

O Sr. Juracy Magalhães — O Partido Trabalhista Brasileiro é acusado de contribuir para desgraças nacionais, através do empreguismo.

O SR. FILINTO MÜLLER — Não houve essa acusação.

O Sr. Juracy Magalhães — Como não houve, se V. Exa. declarou ser ele o beneficiário dessas nomeações, que todos reconhecem desnecessárias ao serviço público?

O SR. FILINTO MÜLLER — Houve apenas o preenchimento de vagas.

O Sr. Juracy Magalhães — Em cargos considerados não necessários. Se o Sr. Presidente da República deseja combater o empreguismo, que extinga o scarços desnecessários.

O SR. FILINTO MÜLLER — V. Exa., com a agilidade mental e a inteligência que Deus lhe deu está torcendo o sfatos. Não é bem assim.

O Sr. Juracy Magalhães — Perdoo-me o nobre colega, mas o Senador dos me o nobre colega, mas o Senador Novaes Filho considera tão desnecessários esses cargos que propõe a extinção dos escritórios comerciais do Brasil no exterior.

O SR. FILINTO MÜLLER — Não estou de acordo com o Senador Novaes Filho.

O Sr. Juracy Magalhães — Não vou tão longe quanto S. Exa. Mas, V. Exa. há de concordar em que esses escritórios têm excesso de funcionários. Ocorrendo uma vaga, um governo interessado em combater o empreguismo devia extinguir o lugar correspondente e não nomear outro beneficiário de sua munificência e bondade.

O Sr. Novaes Filho — Só o Brasil se dá ao luxo de manter escritórios comerciais.

O SR. FILINTO MÜLLER — O essencial é verificar se estão correspondendo às suas finalidades.

O Sr. Lima Lima Teixeira — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Com prazer.

O Sr. Lima Teixeira — O nobre Senador Novaes Filho apresentou um projeto, que justificou. Tive ensêjo de, apartando S. Exa., declarar que, antes de extinguir os escritórios comerciais, devia-se verificar se, realmente, existem êrros passíveis de serem sanados.

O Sr. Novaes Filho — O que existe é a desnecessidade desses escritórios.

O Sr. Lima Teixeira — O que não entendo, acertado é, de plano, extinguirmos os escritórios comerciais, sem exame mais detalhado.

O Sr. Rui Carneiro — Sem exame o assunto, feito pelo próprio Governo.

O Sr. Lima Teixeira — Estou convencido de que o Ministério do Trabalho, mais cedo do que espera o nobre representante de Pernambuco, apresentará sugestões, baseadas nas quais oferecerá substitutivo ao projeto encaminhado à Mesa.

O Sr. Novaes Filho — Mantendo aqueles postos destinados aos felizardos da Pátria.

O Sr. Lima Teixeira — Quanto às referências ao Partido Trabalhista Brasileiro, de que esses lugares lhe deveriam caber.

O Sr. Lima Teixeira — Sendo a Pasta do Trabalho ocupada por um trabalhista, é natural e lógico que essas indicações venham daquele partido.

O SR. FILINTO MÜLLER — Nobre Senador Cunha Mello, desejo ouvir o aparte com que V. Exa. me quer honrar.

O Sr. Cunha Mello — Meu aparte, agora, vem um pouco fora de oportunidade. Desejava colaborar com V. Exa., declarando que o que ocorreu com as coletorias em Mato Grosso, sucede também nas do Amazonas.

O Sr. Rui Carneiro — No Brasil inteiro.

O Sr. Cunha Mello — Com reais prejuízos para a arrecadação das rendas. Não se trata, entretanto, apenas

das coletorias. No Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos do Amazonas há trinta e tantas vagas não preenchidas, com nocivos efeitos para o Serviço.

O SR. FILINTO MÜLLER — Agradeço o aparte de V. Exa. que reforça meu discurso.

O Sr. Domingos Velasco — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Com prazer.

O Sr. Domingos Velasco — Julga V. Exa. que o empreguismo é um mil que corrol a administração pública. Não vou entrar nas razões por que existe o empreguismo no país. É preciso, porém, que o anti-empleguismo seja praticado não apenas pelo Governo Federal, mas, também, pelos Estados e Municípios, pois a praça é muito maior nos Estados. É preciso que os Governadores dos Estados dos Municípios sigam o exemplo do Governo Federal.

O Sr. Rui Carneiro — O exemplo do Sr. Juscelino Kubitschek.

O SR. FILINTO MÜLLER — O nobre Senador Domingos Velasco tem toda razão. Não podemos porém, ditar regras para os Estados e Municípios.

O Sr. Domingos Velasco — Podemos.

O Sr. Novaes Filho — Podemos obrigá-los, pelo menos, a cumprir a Constituição.

O SR. FILINTO MÜLLER — Estou citando a primeira medida restritiva da inflação tomada pelo Senhor Presidente da República.

O Sr. Domingos Velasco — Não estamos examinando a economia dos Estados, porém, estudando o mal nacional.

O SR. FILINTO MÜLLER — Exatamente.

O Sr. Domingos Velasco — O mal nacional não vem apenas do empreguismo federal; vem, sobretudo, do empreguismo estadual.

O SR. FILINTO MÜLLER — E do municipal.

O Sr. Domingos Velasco — Os Governadores dos Estados também empregam cidadãos à vontade. Isto é o que precisamos frisar.

O SR. FILINTO MÜLLER — Vossa Excelência tem razão. Infelizmente, porém, não podemos tomar providências em contrário.

O Sr. Domingos Velasco — Mas podemos e devemos criticar.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER — Pois não, com prazer.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Desejo acrescentar algumas palavras a respeito do assunto que está sendo discutido com grande interesse nesta Casa, isto é, a manutenção, remodelação ou extinção dos escritórios comerciais. Lembro-me de, ouvindo de quase todos os Senadores que já desempenharam missões no exterior, a informação de que nossos escritórios comerciais, com raras exceções, não estavam prestando os serviços à economia e aos interesses nacionais.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Assevero a V. Ex.^a que o escritório comercial da Itália serve com eficiência.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Aludi a exceções.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Devíamos comentar o que sucede às nossas embaixadas na Europa, que não exercem suas funções como lhes cabe.

O Sr. Ruy Palmeira — Uma coisa não exclui a outra.

O SR. FILINTO MÜLLER — Fico à margem desta discussão.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Aceito as palavras do nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti, mas desejaria obter, nesta oportunidade o pronunciamento do Líder do Governo, o ilustre Senador Filinto Müller. Ouvi há pouco de S. Ex.^a a declaração de que, na distribuição de cargos ou no encetro de contas...

O SR. FILINTO MÜLLER — Perdão! V. Ex.^a não ouviu de mim essas expressões.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Então, digamos que são palavras minhas. Nessa amável matemática de compensação eleitorais...

O Sr. Juracy Magalhães — Brilhante a classificação de V. Ex.^a!

O Sr. Freitas Cavalcanti — ...roube ao Partido Trabalhista Brasileiro a indicação de funcionários para os escritórios comerciais. A seguir, o ilustre e sereno Líder do Partido Trabalhista Brasileiro anunciou um substitutivo do próprio Ministro do Trabalho, que é trabalhista graduado.

O Sr. Lima Teixeira — V. Ex.^a está ouvindo de mais. Não dei tal informação.

O SR. FILINTO MÜLLER — Minhas considerações não têm por objetivo os escritórios comerciais. Além disso, o meu tempo está prestes a esgotar-se.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Neste caso, conviquemos o Senado para uma sessão extraordinária, a fim de continuarmos a ouvir a palavra de Vossa Excelência.

O Sr. Mem de Sá — Perfeitamente. Até porque o próprio Projeto Denys mereceu sessões extraordinárias.

O SR. FILINTO MÜLLER — Agradeço a V. Ex.^a porém não quero fatigar o Senado com as minhas macadadas.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Ouvi as palavras de V. Ex.^a, que constituem a exegese do discurso do Senhor Presidente da República. Não estamos perdendo tempo nem gastando inutilmente o dinheiro da Nação. O Presidente da República governou seis meses e diz à Nação o que fez e o que não fez; os representantes do povo, dos Estados examinam a fala do Presidente e indagam do seu líder, seu porta-voz nesta Casa, aquilo que julgam de seu direito indagar, para que a Nação fique suficientemente informada. Mas voltemos ao caso nevrálgico dos escritórios comerciais. Afirmam todos que são inúteis. O nobre líder do Partido Trabalhista Brasileiro anuncia que, dentro em pouco tempo, teremos, na Casa, um substitutivo manipulado pelo próprio Ministério do Trabalho.

O Sr. Lima Teixeira — Quem foi que disse isso? V. Ex.^a não poderia ter ouvido isso. Apenas afirmar que apresentaria um substitutivo.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Se o nobre orador permite, desejaria que o ilustre líder trabalhista reproduzisse seu aparte. É possível que eu não tenha ouvido bem, não há boa acústica nesta Casa. Estava na Mesa e dei ao plenário para participar humildemente do debate, que me parece de interesse nacional. Estimaria ouvir novamente o Senador Lima Teixeira.

O Sr. Lima Teixeira — Com muito prazer.

O SR. FILINTO MÜLLER — Certamente o Senador Freitas Cavalcanti ouviu mal. Ninguém nesta Casa imagina que S. Ex.^a está procurando debulhar os fatos.

O Sr. Freitas Cavalcanti — É claro, minha intenção não é essa.

O SR. FILINTO MÜLLER — Quero ouvir a interpelação, para depois responder.

O Sr. Freitas Cavalcanti — A interpelação é esta: há um projeto do Senador Novaes Filho, eminente representante de Pernambuco, propondo a extinção dos escritórios comerciais. O ilustre Líder trabalhista anuncia que lhe apresentará substitutivo no sentido de remodelar esses escritórios. V. Ex.^a afirmou que, naquela amável matemática de divisão de cargos a que aludiu, caberia ao Partido Trabalhista a indicação de funcionários para preencher as vagas respectivas. Então o Partido Trabalhista Brasileiro não estará, com o seu substitutivo, preservando o interesse público, mas mantendo uma máquina de empregos de sua conveniência.

O SR. FILINTO MÜLLER — E' conclusão que V. Ex.^a tira.

O Sr. Juracy Magalhães (Para o Sr. Freitas Cavalcanti) — Não deixe e acrescentar que a combinação é re-eleitoral.

O SR. FILINTO MULLER — Como houve em todos os Partidos, porque estou certo de que, se a União Democrática Nacional tivesse vencido o leito e eleito o Sr. Juarez Távora, naturalmente preencheria determinados cargos públicos com pessoas que apoiaram o seu candidato.

Não temos o que esconder. O Ministério do Trabalho foi entregue a um elemento trabalhista, e era natural que para lá fossem componentes desse Partido. A conclusão é lógica, compreensiva e humana.

O Sr. Juracy Magalhães — É uma conclusão que V. Ex.^a tira, mas sabe muito bem que o nosso candidato não tinha esse compromisso.

O SR. FILINTO MULLER — Conheço o General Juarez Távora e sendo-lhe as minhas homenagens, mas desafio quem quer que seja a provar-me que, se S. Ex.^a tivesse sido vitorioso nas eleições, nomearia, para os escritórios comerciais da Europa, elemento do P. T. B. ou do meu Partido.

O Sr. Juracy Magalhães — Repito que não existia esse compromisso; contudo, S. Ex.^a teria liberdade de fazer as nomeações.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Permite o nobre orador que conclua a interpelação.

O SR. FILINTO MULLER — Com maior prazer.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Ouvi também de V. Ex.^a que o Partido Social Democrático, de tão gloriosas tradições no país, não era responsável por qualquer dessas nomeações. Quero ser fiel, tanto quanto possível, às palavras do ilustre Líder da Maioria.

O SR. FILINTO MULLER — Exatamente. Meu Partido não pediu essas nomeações.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Faz V. Ex.^a uma afirmação categórica. Desejaria, agora, que o nobre colega prestasse outro esclarecimento ao Senado. Tenho notícia — não posso afirmar o fato — de que o ilustre brasileiro, Almirante Amaral Peixoto, ex-Presidente do Partido Social Democrático, ao ser nomeado nosso Embaixador na maior representação diplomática deste país, teria solicitado a nomeação de pessoa de sua confiança pessoal, para exercer determinada função, em um escritório comercial, nos Estados Unidos — creio que no de Nova-Iorque ou no de Washington. Como acentuei, não afirmo a veracidade desse fato. Solicito, porém, a V. Ex.^a Líder eficiente de sua bancada e da Maioria desta Casa, que com alta isenção vem sempre fornecendo, com fidelidade, as informações que lhe são pedidas, que oportunamente, traga ao conhecimento do Senado se é ou não verdade ter nosso atual Embaixador nos Estados Unidos sugerido a nomeação de pessoa muito ligada à sua estíria pessoal para um dos nossos escritórios comerciais, nos Estados Unidos.

O Sr. Cunha Mello — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. FILINTO MULLER — Com muito prazer.

O Sr. Cunha Mello — Em todos os países, nos diversos regimes políticos, os partidos vencedores nas urnas são beneficiados com empregos e colocações. Logo, não é de estranhar que tal se dê no Brasil. Mistém-se torna, porém, que os partidos indiquem para as diversas funções pessoas idôneas.

O SR. FILINTO MULLER — Gentil capaz.

O SR. PRESIDENTE: (Fazendo soar os timpanos) — Lembro ao nobre orador que dispõe de apenas três minutos para concluir sua oração.

O SR. FILINTO MULLER — Senhor Presidente, em face do lembrete de V. Ex.^a direi como o nobre Senador Rui Palmeira em um de seus discursos: com apenas três minutos, receio esbarrar numa vírgula e não chegar até o fim porque o que tenho que dizer exige muito mais de três minutos.

O SR. PRESIDENTE — Não sabe V. Ex.^a como o lamenta.

Piz a ponderação ao nobre colega, porque o Regimento assum o determina.

O SR. FILINTO MULLER — Agradeço a V. Ex.^a Sr. Presidente, ter-me lembrado o tempo, mesmo porque quero sobrecarregar o Senado com minhas considerações.

O Sr. Rui Palmeira — V. Ex.^a poderia ter armado uma proporção: Se seis meses são cinco anos; três minutos quantos minutos serão?

O SR. FILINTO MULLER — Cinco anos serão cinquenta de progresso para o Brasil. A frase foi usada pelo Sr. Presidente da República como figura de retórica, mas os atos que estão sendo praticados, e sua atuação incançável à frente da Administração Pública, não de fazer com que se reconheça, quer queiram ou não, que os cinco anos de seu governo corresponderão a cinquenta anos de progresso para uma Pátria.

Sr. Presidente, desejo aproveitar este final de três minutos para declarar que não vim debater assuntos referentes a escritórios comerciais. Não estou em condições de responder ao aparte do eminente Senador Freitas Cavalcanti. Ignoro se o Embaixador Amaral Peixoto nomeou ou não pessoas sua para escritório comercial.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Solicitei uma informação a V. Ex.^a

O SR. FILINTO MULLER — Se, porém, o conseguiu, não foi por meio de seu partido, mas, sim, em caráter pessoal como eu também poderia obter, em caráter pessoal.

O Sr. Rui Carneiro — E se o Senhor Amaral Peixoto assim procedeu, fez muito bem.

O SR. FILINTO MULLER — Pelo conhecimento que tenho do Embaixador brasileiro em Washington, posso afirmar que S. Ex.^a indicou alguém capaz de desempenhar suas funções.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Seria interessante que V. Ex.^a, oportunamente, também esclarecesse o Senado sobre fato divulgado por toda a imprensa, e que diz respeito a um funcionário do escritório comercial chefiado pelo Sr. Medaglia, por não haver comparecido à recepção oferecida ao Sr. Amaral Peixoto.

O SR. FILINTO MULLER — Não posso conhecer todos os fatos publicados pela Imprensa.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Estou citando a V. Ex.^a dois fatos.

O SR. FILINTO MULLER — Deles estou tomando conhecimento agora.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Se V. Ex.^a deseja realmente perseverar no estilo de liderança que vem implantando nesta Casa...

O SR. FILINTO MULLER — Dele não me afastarei.

O Sr. Freitas Cavalcanti — ... e, se não considera imperioso minha modesta solicitação, gostaria que oportunamente esclarecesse o Senado a respeito desses fatos. Houve ou não nomeação para um escritório comercial? Adiro inteiramente à tese do nobre Senador amazonense, Sr. Cunha Mello, de que os partidos nomeiam de acordo com seus próprios interesses e dos seus correligionários.

O Sr. Cunha Mello — É evidente: O Sr. Freitas Cavalcanti — É tradição que se verifica em vários outros países, inclusive nos Estados Unidos; Não adiro, entretanto, a te-

se das nomeações de funcionários ociosos e inúteis. Neste particular, peço a V. Ex.^a esclarecimento sobre a nomeação de pessoa da estíria pessoal do Embaixador em Washington e a demissão de um funcionário que não teria comparecido à recepção oferecida ao Embaixador Amaral Peixoto, enquanto o Sr. Medaglia, chefe daquele escritório, dispensava uma sua secretária particular, parecendo-me de nacionalidade chilena, da exigência de comparecer à referida recepção.

Sr. Presidente. Infelizmente V. Ex.^a não pode responder às minhas perguntas.

O SR. FILINTO MULLER — O Presidente, vim à tribuna para analisar o discurso do Sr. Presidente da República, e aenas me referi à timetria medida de contenção da inflação, adotada por S. Ex.^a Não vim aqui para discutir a questão de escritórios comerciais, com nomeações de funcionários, mas já respondi ao eminente Senador Freitas Cavalcanti que, se o Sr. Amaral Peixoto pediu, de fato, a nomeação do funcionário, deve tratar-se de pessoa capaz e cujos serviços seriam necessários nos escritórios comerciais do Brasil.

Não vou descer do meu mandato para indagar se o Embaixador Amaral Peixoto pediu a nomeação de funcionário incapaz ou porque faça-lhe a justiça de julgá-lo digno, incapaz de sobrecarregar o Tesouro Nacional com pagamentos a servidores ociosos. Do mesmo modo não irei indagar — desculpe-me o nobre Senador Freitas Cavalcanti — se foi demitido um funcionário do escritório comercial, chefiado pelo Senhor Medaglia, pelo fato de não ter comparecido ao desembarque do Senhor Amaral Peixoto. Não creio que esse Senhor chefe de serviço, nomeado pelo governo brasileiro, se tenha rebaixado ao ponto de fazer perseguições pessoais, porque algum não compareceu ao desembarque do Senhor Amaral Peixoto.

Vim à tribuna para tratar de assuntos mais sérios do que ventilar problemas dessa natureza. Perdoo-me o nobre Senador Freitas Cavalcanti, mas coloquei o debate num ponto elevado. Não estou aqui para fazer picuinhas ou averiguar a ida desse ou daquele funcionário. Recuso-me, pois, a fazer averiguações, porque S. Ex.^a mesmo poderia fazê-la e depois dela dar conhecimento ao Senado.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Permite V. Ex.^a um aparte? E, oaaCMF, à ...

O SR. PRESIDENTE: (Fazendo soar os timpanos) — Comunico ao nobre orador que está findo o tempo de que dispunha.

O SR. FILINTO MULLER — Sr. Presidente, se V. Ex.^a permite, gostaria de ouvir apenas o aparte do nobre Senador Freitas Cavalcanti.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Apenas um minuto, Sr. Presidente.

O SR. FILINTO MULLER — Antes, porém, perguntaria a V. Ex.^a, Sr. Presidente, se poderia ficar inscrito para continuar amanhã, minhas considerações, porque hoje apenas aflorei o assunto.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Ainda hoje se V. Ex.^a quiser, depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE: Infelizmente, o tempo do orador está esgotado, e o nobre Senador Filinto Muller não poderá inscrever-se novamente para discutir o requerimento.

O SR. FILINTO MULLER — Sr. Presidente, desejo ouvir o aparte do nobre Senador Freitas Cavalcanti de modo que pediria a V. Ex.^a me des-se mais dois minutos.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Preeminantemente, é de estranhar que Vossa Ex.^a, Senador Filinto Muller, que criou uma tradição de moderação... sobriedade nesta Casa, conduzindo a liderança, embora colida ela com uma outra tradição...

O SR. FILINTO MULLER — Pode dizer qual é.

O Sr. Freitas Cavalcanti — ... a do Chefe de Polícia...

O SR. FILINTO MULLER — Da violência do atrabiliarismo — pode V. Ex.^a dizer. Tenho a consciência tranquila e não fujo às minhas tradições porque, inclusive, sempre cumpro meu dever com desassombro.

O Sr. Rui Carneiro — Muito bem!

O Sr. Freitas Cavalcanti — Lamento por isso, nobre Senador Filinto Muller, que V. Ex.^a, que nesta Casa vem criando essa tradição de tanta sobriedade e moderação, tanto se tenha exaltado em torno das interpelações por mim feitas.

O SR. FILINTO MULLER — Vossa Ex.^a está enganado. Foi o entusiasmo e o calor.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Permite o nobre colega concluir, V. Ex.^a, declarava que estava findo o primeiro ponto do seu discurso com relação às medidas empregadas pelo Governo contra o empregismo, aquilo que V. Ex.^a denomina de contenção de empregos. São suas palavras, textuais.

O SR. FILINTO MULLER — Exatamente.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Fiz, então, interpelações a respeito de nomeações ou demissões ocorridas no atual Governo, e V. Ex.^a considera que elas deslustram, inclusive, o mandato de Senador. Por que? V. Ex.^a, aliudii, especificamente, às declarações do governo atual de evitar nomeações ou seja, da sua determinação de conter o empregismo. Solicitei, então, do nobre colega, informações sobre se era ou não verdade que se fizeram nomeações para Nova-Iorque. Aliás, estou informado de que naquela cidade há funcionalismo suficiente. Toda a Imprensa brasileira noticiou a demissão de um funcionário do nosso escritório comercial naquela cidade, por motivo de natureza política. V. Ex.^a, então, considerou que essas interpelações deslustram, inclusive, o seu mandato. Por que? Elas se relacionam com o exercício de atividades de um governo; dizem respeito à tese, que V. Ex.^a tão arduamente está defendendo, da contenção do empregismo. Espero, portanto, que V. Ex.^a reconsidere com mais serenidade o assunto, porque não é do meu interesse pessoal nem do de V. Ex.^a. Tem relação, repito somente com a tese tão arduamente defendida pelo nobre orador.

O SR. FILINTO MULLER — Senhor Presidente, peço venia a Vossa Excelência apenas para responder ao aparte do nobre Senador Freitas Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE:

(Fazendo soar os timpanos) — Peço licença aos nobres senadores para apresentar uma sugestão.

A fim de que o Regimento Interno seja respeitado, há uma solução: o nobre Senador Filinto Muller dar por terminado seu discurso e pedir a palavra para explicação pessoal.

O SR. FILINTO MULLER:

Sr. Presidente, acato a sugestão de V. Ex.^a e dou por terminado o meu discurso, solicitando a palavra para explicação pessoal. (Muito bem; muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Dou a palavra ao nobre Senador Filinto Muller, para explicação pessoal.

O SR. FILINTO MÜLLER:

(Para explicação pessoal) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, não desejo mais cansar o Senado.

O Sr. Mem de Sá — Ouvir V. Ex.^a é um prazer.

O SR. FILINTO MÜLLER. — Obrigado a V. Ex.^a.

Vim à tribuna para relatar as medidas, de fato tomadas pelo Presidente da República para conter a inflação, destinadas a incrementar o desenvolvimento do País, de forma que possamos ter, dentro de breve prazo, uma situação de equilíbrio e o povo brasileiro vivendo mais tranquilo e feliz.

Apenas citava o primeiro item de minhas anotações sobre o tema da inflação, quando o debate foi desviado para terreno que não desejava palmi-lhar, qual o das nomeações pleiteadas por determinados Partidos ou extinção de escritórios comerciais.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Desejo prestar um esclarecimento a V. Ex.^a. A nomeação feita foi para substituição de funcionário demitido.

O SR. FILINTO MÜLLER. — Agradeço o aparte com que me socorre o eminente Senador potiguar.

Não vim aqui debater se é conveniente ou não a extinção dos escritórios comerciais; se esta ou aquela nomeação, especificamente citada, corresponde ou não ao combate ao empreguismo. Este, a meu ver, não é a nomeação ou demissão de funcionário; mas, em seu conjunto, as medidas adotadas para evitar o afluxo de novos servidores nas funções públicas: a admissão, em sentido genérico.

A nomeação ou demissão de determinado funcionário é um incidente na administração pública, que não corresponde ao empreguismo.

O nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti acaba de me trazer sua valiosa contribuição, afirmando que foi realmente nomeado um funcionário para o nosso escritório comercial em Nova Iorque preenchendo vaga previamente existente.

Afirmei, de início, que havia nomeações e, respondendo ao aparte do nobre Senador Mem de Sá, que elas eram feitas para preenchimento de cargos vagos. Isto é uma coisa; empreguismo é outra.

O Sr. Coimbra Bueno — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER. — Pois não.

O Sr. Coimbra Bueno — A propósito da contenção ao empreguismo, folgamos muito em ouvir as palavras agora proferidas por V. Ex.^a, que, a nosso ver, traduzem a resolução do Governo de não consentir que a já absurda percentagem orçamentária gasta com o pessoal vá além. Muito ao contrário, estamos obtendo a certeza de que a mesma regressará a índices compatíveis com a boa condução da coisa pública. A respeito, peço permissão a V. Ex.^a para ler nota publicada, ontem, no "O Globo", que vem corroborar as palavras que acabamos de ouvir de V. Ex.^a.

"É indispensável, desde já, que evidencie, de público, a verdade sobre o Plano de Classificação de Cargos e Funções. Realmente, como julga a elite do funcionalismo, ele é um obstáculo à ingerência de políticos no setor do pessoal da nossa administração. Daí, a celeuma que se levanta em todos os quadrantes. Exemplificando, tal como foi concebido, devemos esclarecer que o Plano retrata a colocação do funcionário no seu devido lugar, com atribuições definidas, o que não existe no momento, considerados o mérito e a capacidade de cada um; a solução do problema da chefias, através da seleção dos mais capazes e dos mais experimentados, com o consequente restabelecimento do

prestígio perdido; a recondução dos técnicos aos seus verdadeiros misteres, que são os de assessoria, como aconselham as doutrinas internacionalmente aceitas, e não os de direção (diretor de repartição, p. exemplo), que cabem aos cidadãos de cultura geral; a readaptação dos incapazes para exercer os cargos ou funções em que estão investidos, muitos dos quais por força de pistoles políticos, com a devida redução de seus vencimentos ou salários; enfim, a proscrição da quantidade e o primado da qualidade de pessoal.

— Confundir o Plano de Pagamento, que foi erroneamente resolvido com um simples aumento de vencimentos, com o Plano de Classificação de Cargos, embora eles se interdependam, é má-fé ou propósito inconsciente. A que é real, o que é fato é que o Plano representa para o verdadeiro funcionalismo o seu "lado moral", e a sua execução dentro das forças da Verba Global do Orçamento vigente é indicada como o mais benéfico dos remédios para o setor de pessoal da administração e depende, apenas, da coragem moral dos nossos administradores em aplicá-lo.

Alvitamos, nesta oportunidade, que se interceda junto ao DASP no sentido de conseguir permissão, de nossas altas autoridades para que se realizem os concursos públicos que se congelaram há mais de dez anos; que também se realizem — e já — as provas de habilitação de extranumerários mensialistas admitidos em caráter provisório, inexplicavelmente sem andamento; que se façam as nomeações de candidatos habilitados em concursos e não de interinos; que se promova, o quanto antes, a relocação do pessoal".

O SR. FILINTO MÜLLER. — Agradeço a valiosa colaboração de V. Ex.^a.

A demissão de funcionários por motivo político não interfere absolutamente na tese que estava sustentando, de que o Governo está combatendo o empreguismo. Quanto ao nobre Senador Freitas Cavalcanti que estranhou o calor das minhas ponderações, peço a S. Ex.^a que veja nisso um pouco do meu temperamento, e não exaltação ou desconsideração para com o eminente colega, a quem rendo as homenagens do meu apreço e admiração.

Há poucos dias, o eminente Senador Rui Palmeira estranhou, quando me pedia um aparte, minha fisionomia fechada. Respondi-lhe com as palavras do nosso colega Nereu Ramos: tenho a cara que Deus me deu.

O Sr. Mem de Sá — Não se aplica ao caso.

O Sr. Juracy Magalhães — V. Ex.^a manifesta excessiva boa vontade para com o Sr. Nereu Ramos.

O SR. FILINTO MÜLLER. — Não havia no meu semblante qualquer desaprovação pelo aparte com que S. Ex.^a me queria honrar. Da mesma forma, espero que o nobre Senador Freitas Cavalcanti não veja, no calor com que respondi aos seus quesitos, não desaprovação, mas a exaltação natural do debate a que fui conduzido contra a minha vontade.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Aceito a explicação de V. Ex.^a, e, associando-me ao debate da tese suscitada, vou, lamentavelmente, mais uma vez, divergir do nobre colega.

Não considero empreguismo a nomeação de funcionários necessários ao serviço público. Ainda há pouco o eminente colega, Senador Juracy Magalhães, aludia à desorganização dos serviços administrativos do país, no

seu Estado, pela escassez de pessoal. Veja V. Ex.^a: não consideramos empreguismo a nomeação em massa em número suficiente, para prover cargos existentes no quadro geral da administração civil. Consideramos empreguismo, eminente colega Senador Filinto Müller, e empreguismo acintoso, a nomeação de um único funcionário, um funcionário apenas, para exercer função desnecessária.

O SR. FILINTO MÜLLER. — Afirmo-o V. Ex.^a com a sua autoridade e eu dirijo, porque, se existe o cargo está vago, a nomeação, não é desnecessária. Está o nobre colega, portanto, fazendo uma afirmativa que reputo, *dada venia*, graciosa. Prefiro estar com o nobre Senador Nereu Filho e defender a dissolução dos escritórios comerciais, a admitir filiotismo — não empreguismo — a nomeação de funcionário para cargo vago, para quem, portanto, não foi criado um lugar. Não há, nisso, empreguismo, nem filiotismo.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Permita-me V. Ex.^a mais um aparte; talvez quero excitá-lo ao debate.

O SR. FILINTO MÜLLER. — O debate não me altera embora não o deseje agora; meu objetivo é mais importante.

O SR. FILINTO MÜLLER. — Para mim, não é árdua.

O Sr. Freitas Cavalcanti — V. Ex.^a precisa desincumbir-se da sua função, que me parece importante, mas de certo árdua.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Terá o nobre colega que fixar os atos do Presidente; que justificar certas medidas tomadas, V. Ex.^a é o porta-voz do Governo. Esta tarde é sua.

O SR. FILINTO MÜLLER. — Foi muito mais do nobre Senador João Villasboas, que nos deleitou com seu discurso, tranquilizante.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Tive conhecimento — e aí o fato é absolutamente verídico — da exoneração de um jovem funcionário brasileiro, na Holanda, creio que em Amsterdam, de cujo nome não me recordo...

O SR. FILINTO MÜLLER. — É o Sr. Denys...

O Sr. Freitas Cavalcanti — ... bisneto de Floriano Peixoto, do velho Floriano Peixoto, de Itamaracá.

O Sr. Rui Palmeira — O nome não o salvou.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Afirmo a V. Ex.^a, Senador Filinto Müller, que também deve estar muito bem informado a esse respeito. Foi exonerado para abrir vaga para alguém que precisava ser nomeado; aí já se vê o filiotismo, nem é mais o empreguismo.

O SR. FILINTO MÜLLER. — Conheço bem o fato. Fui, aliás, procurado pela irmã do mencionado funcionário que me pediu para impedir a exoneração. Não sei, entretanto qual o motivo dessa dispensa; é o que afirmo a V. Ex.^a.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Foi o que sucedeu no nosso escritório comercial na Holanda; demitiu-se o jovem Denys Peixoto para nomear um protegido da atual administração da República.

O SR. FILINTO MÜLLER. — Naturalmente V. Ex.^a tem o direito de pensar como entender, de levar o debate para o terreno pessoal.

Para terminar esta explicação pessoal, quero, Sr. Presidente acentuar que o nobre Senador Freitas Cavalcanti faz referências ao que consta a meu respeito, quando exerci as funções de Chefe de Polícia. Afirmo que jamais pratiquei ou mandei praticar a violência que me irrogam; fui vítima uma campanha infame de intrigas, maledicências e injustiças. Assumo,

porém integral responsabilidade de meus atos. Eu os pratiquei na consciência de estar cumprindo um dever de estar defendendo a família brasileira, a minha pátria. Não pratiquei nem mandei praticar violências; manifestei a público para dizer que não era responsável pelas acusações a mim imputadas; para fugir às responsabilidades. Sempre desejei fosse examinados todos os atos da minha vida pública.

Assim, declaro ao nobre Senador Freitas Cavalcanti, que se fez referências vetadas a essa parte de minha vida pública, pode fazê-las manifestamente. Tenho a cabeça levantada nunca a curvei, nem jamais a curvei. Tenho, acima de tudo, a consciência tranquila. (Muito bem; muito bem! Palmas).

Durante o discurso do Senador Filinto Müller, o Sr. Apolônio Sales deira a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Kerginaldo Cavalcanti, reassumindo-a posteriormente.

O SR. JURACY MAGALHÃES:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, venho colaborar com a Mesa, pedindo a V. Ex.^a pequena providência, que terá, entretanto, grande alcance.

Nosso serviço de microfones funciona pessoalmente. Tive oportunidade de ouvir debates no interior do país, através de nossas estações de rádio. Os trabalhos da Câmara dos Deputados chegam com perfeição e todos sabemos que os debates são frequentemente mais tumultuados do que neste momento no qual raras vezes há pequenas marolas.

Sr. Presidente, solicitaria de Vossa Ex.^a dotasse o nosso plenário de microfones, em quantidade suficiente e de boa qualidade para que os apartes sejam ouvidos também no Brasil inteiro. Tal como acontece, neste momento, só a voz do orador é transmitida. Somente muito raramente, quando o apartante tem o cuidado de solicitar o microfone é a sua palavra transmitida pelo ether.

Digo-o, Sr. Presidente, com imensa satisfação, e como depoimento. No Brasil inteiro, as populações sertanejas interessam-se, neste instante, vivamente pelos trabalhos das Casas Legislativas. Prova de prestígio e força no coração daquela gente.

Espero, portanto, Sr. Presidente, providência enérgica, definitiva, mesmo que exija aumento de despesa, para que os trabalhos do Senado sejam conhecidos, na sua totalidade, pelas populações do interior do país. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

A sugestão do nobre Senador Juracy Magalhães é bem aceita pela Mesa do Senado. Tenho, aliás, a satisfação de comunicar a S. Ex.^a que já está sendo realizada concorrência pública para a instalação de microfones individuais e remodelação total do serviço de auto-falantes.

O SR. JURACY MAGALHÃES. — Agradeço a V. Ex.^a Sr. Presidente, a comunicação.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão do Requerimento n.º 446. (Pausa).

Não havendo quem queira usar da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o requerimento, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está aprovado.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO DIA 31 DE JULHO FINDO, A QUE SE REFERE O REQUERIMENTO N.º 446, DE 1956

"Desejo, no dia em que completo seis meses de governo, dirigir-me ao povo brasileiro para falar-lhe com toda sinceridade, sem procurar esconder nada do que penso sem recorrer a fórmulas desprovidas de conteúdo. Conversa simples, direta, não fantasiosa, despidida de qualquer demagogia. Con-

rsa de um homem do povo, eleito pelo povo, chefe de uma grande nação, onde é difícil e que se sente no dever de prestar contas ao povo, do que corre, dos acidentes do caminho percorrido nestes primeiros seis meses, de lá de uma administração.

Não farei um relatório. Não tomarei todo o tempo deste encontro com o povo do país citando números; limitar-me-ei a uma rápida recapitulação do que se verificou nestes primeiros meses, neste meio ano em que estive a Presidência da República, dando notícia principalmente do estado de saúde de nossa pátria.

Em primeiro lugar quero fazer-vos — meus patrícios, a afirmação clara, nitida, vigorosa, de que não têm razão as vozes pessimistas, o coro dos assentidos, que anunciam ter soado a hora da desgraça irremediável para a nação. Não só não chegou esta hora funebre do mal irremediável, mas o Brasil está francamente reagindo, retomando forças e já nos estão chegando sinais evidentes de que a nossa marcha para o destino de grande nação está retomando o seu ritmo regular, que em breve será acelerado. A realidade, examinada de maneira objetiva, contraria, renega e se inverte contra todo e qualquer vaticínio funebre, contra todo e qualquer vaticínio catastrófico. Não, muito ao contrário do que as imaginações dos arquitetos da desgraça possam querer informar e deixar prever, o Brasil está retomando suas forças, vai, numa palavra se reconstituindo.

CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA — Em primeiro lugar quero pedir e se proceda a um exame sereno da situação política de há seis meses passados e de hoje. Não é mais possível contestar a seguinte verdade: depois um grande passo, um passo certo e definitivo, no sentido de consolidar o regime, de tornar mais enraizada e mais segura a vida democrática em nossa terra. Já nos afastamos da crise aguda que nos atacou há poucos meses atrás, em que toda a nação se transformara numa imensa área bélica, num reino de desarmonia, da negação, da discórdia e do ódio em que o divisionismo ditava sua lei. O ambiente nacional estava então obscurecido por paixões funestas. A última campanha eleitoral se processou debaixo de uma tensão que não é possível esquecer e que não deve ser esquecida para escarmento, para que se evite daqui por diante a repetição do que ocorreu e que tanto poderia ter atentado contra a segurança da família brasileira, contra a unidade e a civilização de nosso país.

Não será preciso que eu vos diga que a situação, nesta hora em que estou, não é mais a mesma, felizmente. Que os mais graves perigos estão ultrapassados, que apesar dos pesares, já penetramos num clima de maior estabilidade, juízo e critério, que já nos sentimos mais tranquilos, que há na expectativa de desarmamento geral e que a exacerbação perdeu o seu caráter agudo e agressivo.

Não é possível que se desconheça ou se negue que não falhei, que não fui ao povo brasileiro, que não prometi em vão quando jurei lutar pela paz política com todos os meios ao meu alcance. Na hora em que adversários políticos nada poupavam contra o candidato, já nesse momento não fui eu objetivo maior que o de promover um entendimento geral, não fui eu evitar a oposição, que considero indispensável a quem governa, mas fui eu que se processasse um entendimento em torno de solução de alguns problemas vitais, que devem ser logo atacados a fim de que se torne possível o desenvolvimento do Brasil e a salvação de grande parte de nosso povo que vive — só Deus sabe como — condenado a uma pobreza que nos avergonha.

Ninguém poderá acusar o governo de ter desejado exacerbar os ânimos, prolongar a luta no país. Na verdade, o Presidente da República empenhou-se firmemente em respeitar os direitos, a dignidade e a paz de seus pais rancorosos adversários, dos seus inimigos mais ferrenhos. Toda a paciência que Deus me deu, empreguei-a numa obra, que ainda não está concluída inteiramente, e que consiste em desarmar os espíritos, criar uma trégua, promover a paz. Sei bem que assim fazendo defendia e defendo a possibilidade de executar a obra de governo que me propus, a obra de governo que ambicionei levar a efeito e que justificou a minha candidatura. Sei bem que sem paz, sem a diminuição da alta tensão reinante entre nós, naquela hora, nada de bom resultaria da melhor dos governos. Devo agradecer a Deus, que além da compreensão do problema, tenha eu encontrado elementos favoráveis que me permitiram trabalhar com afino pelo apaziguamento de todo o país. Ainda existem resistências tenazes, mas são poucas em relação ao dia de ontem e a idéia de que o Brasil não comporta esbarramentos bruscos ganhou vulto. As sementes da desordem mal começaram a sua maldita germinação e a própria terra as impediu de crescer.

NÃO HÁ CRIMA PARA A DESORDEM — Não há mais eco para a propaganda de desagregação e desordem. Insensivelmente se formou um novo espírito, um novo estado de alma e para isso concorreu a prudência, a paciência, a fé na tarefa que nos tocou os passos do governo a sua obediência às leis e seu respeito pelos direitos alheios e o empenho em respeitar a lei moral. Sem alardes, sem atitudes farisaicas, um regime de austeridade administrativa governa o país.

Os erros cometidos quando o foram, sempre receberam o corretivo necessário nesses seis meses. Nenhum amor próprio desmedido do governo, nenhum ato do Presidente da República é por ele considerado intangível, quando está em causa o interesse nacional. O culto da infalibilidade do poder está corrigido; o poder se sujeita a erros e Deus sabe quantas vezes em erro o poder em nosso país. Mais grave do que o erro, entretanto, é a obstinação, a perseverança, a insistência no desacerto como falsa homenagem à autoridade. Todas as vezes que me convenci de que não foi feliz ou justificado um ato meu de que uma escolha por mim feita não foi boa para o país, sempre a corrigi, sempre a reparei, sempre voltei atrás, assim agi nestes seis meses, assim agirei até o fim, para que prevaleça, o que é o meu empenho exclusivo, o interesse do país.

CONTIDO O EMPREGUISMO — Deteve o governo (e eis um dos seus méritos) a onda empreguista devoradora dos orçamentos, não nomeando ninguém, a não ser para os cargos de provimento obrigatório e indispensável. O mesmo exemplo foi seguido rigorosamente pela administração desta cidade onde o problema empreguista assumia caráter inusitado e grave, a ponto de ameaçar de paralização todas as atividades essenciais, uma vez que a Prefeitura empregava quase tudo o que recebia no pagamento do pessoal.

Não fiz milagres, não prometi fazer milagres. Mas não me pesa na consciência a culpa de não ter cuidado. Cuidei e cuidaram comigo os mem-

bros do governo. Tudo o que estava ao nosso alcance fazer para melhorar a situação do país, nos seus aspectos repressivos mais urgentes, não sofreu adiamento ou deixou de ser devidamente considerado.

Não quero repisar comentários sobre a herança recebida, sobre a situação em franco processo inflacionário que encontrei. Todo o país conhece o drama de aumentos de funcionalismo e a contingência de estabelecer novos salários mínimos que se apresentou à minha administração.

Disse, antes de partir, para a Conferência do Panamá, que da parte do Governo nenhuma só medida foi tomada de caráter inflacionário e que, muito ao contrário, todo esforço foi despendido a fim de enfrentar a crise e de repor o Brasil numa normalidade indispensável para alcançar o ideal de desenvolvimento necessário à colocação desta nação na categoria de grandeza que lhe é destinada.

O crédito especulativo está sendo contido, sem que se verifiquem grandes choques; conduz-se o esforço para o equilíbrio orçamentário com vigorosa exatidão; a luta contra as perturbações, os gastos superfluos, prossegue silenciosa discreta, mas implacável. Não há abuso de espécie alguma que chegue ao conhecimento do governo, sem que providências coercitivas sejam logo tomadas.

O balanço desses seis meses é favorável, embora a situação continue difícil; o que não há, realmente, é motivo de alarme e muito menos de desesperança.

DADOS CONCRETOS — Não desejo ficar, porém, apenas em palavras. Passarei a apresentar alguns dados gerais, a oferecer indicações, não direi ótimas, mas positivamente satisfatórias.

Vejamos o que ocorre no nosso comércio exterior, por exemplo, onde se verificou, no decurso do primeiro semestre desse ano, uma acentuada e sadia recuperação que, tudo indica, progredirá ao ponto de termos assegurado, até dezembro próximo, um total de vendas superior a um bilhão e meio de dólares, correspondendo a novo recorde, em volume físico, de mais de sete milhões de toneladas.

No setor do café, estamos nos aproveitando da situação estatisticamente favorável até ao máximo de suas possibilidades, mediante uma política de firmeza devidamente dosada pelo indispensável grau de realismo, encerrando-se o ano agrícola de 1955-56 com uma exportação das maiores de todos os tempos, beirando dezessete milhões de sacas.

O nosso segundo maior produto de exportação, o algodão, mercê das medidas oportunas e convenientemente entrosadas, interna e externamente, sobreviveu com galhardia, e que já é dizer muito, à ameaça da venda de grandes excedentes norte-americanos, sendo feita a colocação de nossos próprios excedentes, de cento e vinte mil toneladas, no decurso de abril e maio, a preços médios bastante satisfatórios dentro do que ocorre na conjuntura internacional. Maiores vendas não foram realizadas devido a condições climáticas anormais haverem diminuído a safra paulista de cerca de vinte e cinco por cento.

Nos demais setores da exportação, os produtos foram amparados segundo critérios econômicos, evitando-se estímulos excessivos à saída de produtos de importância para o consumo interno, pois convinha, antes de tudo, não suscitar ainda maiores aumentos no custo de vida.

No que se refere às manufaturas nota-se acentuada animação, ao lançar-se os fundamentos de crescentes exportações da maior variedade de produtos industrializados.

NO CAMPO DAS IMPORTAÇÕES — As importações correntes são contidas dentro dos limites exigidos pela movimentação de nosso parque industrial, no que este não pode ainda fornecer de vantagem ao consumidor nacional.

Dai a expectativa de um saldo, no intercâmbio de mercadorias, que deverá atingir perto de duzentos e cinquenta milhões de dólares até o fim do ano, um dos maiores da nossa história econômica.

Já estamos assim com o nosso crédito externo em plena recuperação, pois retomamos largamente o pagamento de nossos atrasados e começamos a agir com a pontualidade exigida pela necessidade de restaurar o conceito do Brasil e permitir que tenhamos novos créditos, que se efetuem novos investimentos estrangeiros.

Reconhecem quase todos, reclama-se com vigorosas afirmações a necessidade em que nos achamos de receber capitais de fora, em que o dinheiro existente em outros países e que procura aplicação rentável, venha ajudar o nosso desenvolvimento. Creio que ninguém de bom senso admite que possamos, sem graves inconvenientes para o Brasil, deixar de disputar o auxílio de fora, não só no que toca aos investimentos financeiros, como também aos investimentos de técnica.

Somos um grande país, devemos agir consequentemente conforme essa consciência e não nos restringirmos em doutrinas que importam no nosso isolamento, na restrição de nossa atividade, do nosso progresso, de nossa expansão harmoniosa. Não só realismo aqui o meu pensamento, que é encorajar quem estiver disposto a colaborar com o Brasil, aqui investindo capitais em empreendimentos agrícolas e industriais, como pretendo inaugurar uma política de segurança para o auxílio estrangeiro no campo da iniciativa privada.

Impeço-me, para isso, medidas que vão desde o esclarecimento da opinião pública até a adoção de uma série de providências que venham simplificar a vida dos que nos queiram trazer seus capitais e o inapreciável valor de sua experiência. Nesse sentido para atender à política de compreensão do alto valor ao auxílio de fora, o Governo está procedendo a um cuidadoso estudo sobre toda a legislação e regulamentos em vigor, relativos ao ingresso de capitais estrangeiros, quer sob a forma de investimentos, quer de empréstimos, créditos ou financiamentos.

Dentro em breve, será baixado decreto em que serão consolidados todos os dispositivos legais e regulamentares vigentes sobre a matéria, e que representará a orientação governamental com relação ao magno problema. Simplificando o processo de exame do assunto pelas repartições competentes do Governo e manifestando claramente o desejo de criar toda a facilidade para o ingresso de capitais estrangeiros, estaremos consolidando o clima de con-

fiança indispensável à imigração daqueles capitais. Ao mesmo tempo, procurar-se-á atender, dentro das possibilidades cambiais, os justos anseios das empresas brasileiras de se reaparelharem mediante aquisição de conjuntos de equipamentos financiados no exterior, o que já se torna mais possível graças à acentuada queda de ágios em todas as categorias. De outro lado, as medidas de combate à inflação, tanto no campo fiscal como no monetário e creditício, que estão sendo adotadas, constituem elemento básico para a estabilidade da economia, sem a qual dificilmente se cria o ambiente favorável à atração dos capitais estrangeiros.

CONSIDERÁVEL ECONOMIA — Assim é que posso anunciar que nesses seis meses houve uma economia de vinte e sete bilhões de cruzeiros, o que corresponde a vinte e nove por cento da despesa prevista para o primeiro semestre. Quanto à receita atingimos noventa e quatro por cento da prevista para o mesmo período, o que não é de subestimar-se, pois, como é sabido, o primeiro semestre é a época menos favorável para se alcançar um resultado na realização da receita.

Um grande fator que mantinha o clima psicológico de incerteza quanto ao nosso futuro imediato, era a expectativa em torno da fixação dos novos níveis de salários mínimos. Ninguém discutia a necessidade de dar-se ao trabalhador brasileiro uma remuneração compatível com os acréscimos anteriores de custo de vida, mas temia-se que uma ação demagógica elevasse tais salários a índices impossíveis de serem absorvidos pela expansão normal de nossa produção e comércio.

Estou convencido de que a ação do Governo na solução deste problema foi a mais equilibrada e correta, dando ao trabalhador o necessário a uma vida digna, sem criar situações insustentáveis para os empresários que construíram a grandeza de nossa economia.

É verdade que o custo de vida continuou a crescer, mas é absolutamente certo que foi a ação do Governo que impediu que ele crescesse muito mais em consequência das pressões inflacionárias que vinham do passado. Não há dúvida que ainda sofreremos por algum tempo as consequências da inflação, mas tenho a convicção de que, muito em breve começaremos a sentir um alívio. Os índices estatísticos que temos em mão já denotam sintomas favoráveis que, dentro em pouco, se refletirão no custo das mercadorias e serviços.

O Governo está atento e tem elementos fortes de ação para intervir mais profundamente se for necessário, porém espera e confia em que a colaboração dos homens de negócio e a confiança do povo o auxiliarão a eliminar o clima psicológico de instabilidade e inflação.

CONFIANÇA NO CONGRESSO — Confio também em que o Congresso dará ao Executivo um orçamento verdadeiramente equilibrado para o próximo ano, acreditando, que em seu patriotismo e discernimento encontrará apoio para as medidas que possibilitarão ao Governo intensificar a realização das metas que fixei como candidato.

Temos trabalhado intensamente para a execução do programa de metas e já conseguimos resultados animadores.

Faltava-nos, entretanto, assegurar recursos financeiros a longo prazo, em moeda estrangeira, para importação de equipamentos essenciais ao nosso progresso.

Hoje posso anunciar ao País que foram coroados de êxito as negociações iniciadas por mim, quando visitei os Estados Unidos visando a associação do Governo e do Povo Americano na tarefa de nosso desenvolvimento.

Uma nova fase de estreita colaboração dos Estados Unidos se concretiza agora, confirmando as intenções a mim transmitidas pelo Presidente Eisenhower em nosso encontro de Key West, realizado em janeiro, e reafirmadas por ocasião do nosso segundo encontro no Panamá.

Está sendo divulgado hoje um comunicado conjunto de autoridades brasileiras e americanas sobre as negociações recentemente concluídas em Washington.

FINANCIAMENTO PELO EXPORT-IMPORT BANK — Dentro os resultados atingidos desejo salientar desde já que o Export-Import Bank manifestou-se pronto a considerar o financiamento de bens e serviços norte-americanos para o programa de desenvolvimento do Brasil nos setores de energia elétrica, transportes, indústria e agricultura, quer em projetos de iniciativa governamental, quer em projetos de iniciativa particular.

Como passo inicial acaba de conceder financiamento que totalizam cento e cinquenta e um milhões e quatrocentos mil dólares, suficientes para concluir todos os projetos elaborados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, além dos 35 milhões já concedidos para Volta Redonda. Esses financiamentos se distribuem em: cem milhões de dólares, para o reaparelhamento das ferrovias federais e estaduais; vinte e cinco milhões para o reaparelhamento e dragagem dos portos; quinze milhões de dólares para uma nova expansão da Usina de Paulo Afonso e onze milhões e quatrocentos mil dólares para a segunda etapa da Usina de Camargos-Itutinga. O Banco concordou ainda em conceder créditos a prazo médio para atender ao financiamento de compras essenciais à satisfação das necessidades correntes de importação de equipamentos industriais e de outros tipos.

A fim de permitir que liquidemos as dívidas a curto prazo, contraídas pelos governos anteriores, sem sacrifícios das importações indispensáveis ao manter o ritmo de desenvolvimento já atingido, acordou-se um processo automático que permitirá a prorrogação do prazo desses pagamentos, sem aumentar as taxas de juros, sempre que contingências imprevistas diminuam as nossas disponibilidades em dólares, à quem de limites preestabelecidos. Este esquema prevê, em caso de força maior, a dilatação de cinco anos na liquidação dos empréstimos a longo prazo, o que equivale a uma consolidação da dívida a curto prazo sem os inconvenientes psicológicos de tal operação.

Foram discutidos com o Export-Import Bank vários outros planos de financiamento como os de energia elétrica, agricultura, obras contra as secas, rodovias, saneamento, etc. Dentro em breve, serão apresentadas àquele estabelecimento os projetos e pedidos formais de novos financiamentos.

TRIGO NORTE AMERICANO — O Governo Brasileiro encetou negociações com o Governo Norte-Americano para a compra de um milhão e oitocentas mil toneladas de trigo, durante o período de três anos, em

conformidade com o título I da Lei número quatrocentos e oitenta de Estados Unidos. Esta Lei faculta ao Governo Norte-Americano receber e cruzeiros o pagamento do trigo fornecido e emprestar a prazo de quarenta anos, uma parte dessa quantia, ao Governo Brasileiro. Já chegamos a um acordo, em princípio, no qual se prevê que oitenta e cinco por cento dos cruzeiros disponíveis serão emprestados ao Brasil para financiar projetos através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Outros aspectos do convênio estão sendo discutidos e estudados pelos dois governos visando a assegurar que as importações de trigo desse programa não prejudiquem a produção nacional nem interfiram com as transações comerciais normais deste cereal, que mantemos com outros países ou com os Estados Unidos. Considero oportuno informar aqui, que a produção tritícola de nosso país pela safra consumida nos primeiros meses de 1956 elevou-se a seiscentos cinquenta mil toneladas, o que equivale dizer que foi a de maior vulto a hoje conseguida em nosso solo.

A importância dessa operação está em que constitui um empréstimo em condições excepcionais, que nos permitirá mobilizar cerca de sete bilhões de cruzeiros adicionais para o financiamento dos grandes projetos do nosso programa de metas, sem sacrificar o orçamento e sem recorrer a emissões.

As novas e amplas perspectivas que se abrem ao desenvolvimento econômico do Brasil com as negociações de Washington e com a participação de capitais europeus e japoneses que temos nos esforçados por atrair são realmente de importância decisiva para o momento que vivemos.

Graças à nossa firme decisão de diminuir a tensão política e à nossa persistência em eliminar a inflação e equilibrar a economia do país, graças ao florescimento da consciência de que somos uma potência econômica que pesa no mundo e que pode tratar com outros povos de igual para igual, seremos capazes de trazer os capitais e a técnica, de agora em diante, que nos ajudarão a acelerar o nosso processo de desenvolvimento e melhorar o padrão de vida de sessenta milhões de brasileiros que somos hoje.

AMPARO-A INICIATIVA PRIVADA — Quero informar ainda à Nação que o Governo tomou providências práticas de auxílio à iniciativa privada para que esta possa colaborar, desde já, em diversas tarefas essenciais à vida do País.

Quero repetir nesta oportunidade as minhas afirmações anteriores de que o papel do Governo não é, nem deve ser, o de competir com a iniciativa privada, mas ao contrário, dar-lhe apoio e estímulo, em caráter supletivo sempre visando ao enriquecimento da Nação. Toda a vez que o empreendimento particular se dispuser a assumir a responsabilidade de setores básicos da produção, far-se-á sentir a presença do Governo, criando condições em que as atividades sejam rentáveis e produtivas.

O combate à inflação e o disciplinamento do crédito não impedirão que auxílios substanciais fossem prestados ou o estejam sendo incontinentemente para que o desenvolvimento do Brasil não sofra solução de continuidade.

No que diz respeito à alimentação, foi prestada ajuda financeira substancial à industrialização da soja, no Rio Grande do Sul, e o Governo está estudando uma série de providências para convocar a colaboração particular na batalha pela melhoria da distribuição e manufatura de produtos alimentícios, isso sem enfraquecer o amparo a fontes de produção agrícola.

Medidas concretas foram tomadas, de acordo com diversas empresas particulares, para o aumento da produção siderúrgica. Nesse particular, pode o Governo anunciar que iniciou plenamente a marcha para atingir as etapas previstas.

Além da duplicação do que produz Volta Redonda, foram tomadas providências para um acréscimo de duzentas mil toneladas na produção dessa grande Usina Siderúrgica, que virão crescer mais cem mil toneladas de aço finos de acesita; duzentas mil toneladas de aço da Belgo-Mineira; duzentas mil toneladas da Mannesmann, cinquenta mil toneladas da Ferro e Aço de Vitória, sem contar outras indústrias menores, que se estão aparelhando para aumentar a sua produção. Outrossim, o Governo se vem interessando no estado dos projetos das grandes siderúrgicas de Minas e São Paulo.

INDÚSTRIAS AUTOMOBILÍSTICAS — As indústrias automobilísticas estão em marcha. Posso proclamar que, dentro de quatorze meses "jeeps" fabricados no Brasil estarão desbravando o nosso "hinterland". A Willys-Overland, cujo projeto aguardava há vários anos condições propícias à sua concretização, vem de assumir o compromisso de nacionalizar esse veículo em pelo menos oitenta e cinco por cento do seu peso, em trinta e seis meses e noventa e cinco por cento em quarenta e sete meses.

Com a execução do projeto, já aprovado, para fabricação de caminhões e furgões leves da marca D.K.W. da Vermaag. S.A., ter-se-á, dentro de trinta meses, uma nacionalização de setenta e cinco por cento desses veículos, incluindo o seu motor.

Por outro lado, a Mercedes Benz S. A., produzirá no país o seu caminhão de porte médio movido a óleo Diesel.

Ainda no mês de agosto serão recebidos vários projetos para fabricação de caminhões e automóveis, de grandes firmas estrangeiras, em virtude das medidas adotadas pela administração.

Estabelecer-se-á, também, em níveis capazes de atender às nossas necessidades, a produção nacional de tratores e locomotivas.

CONSTRUÇÃO NAVAL — Simultaneamente, o Governo incentivou o aumento da produção de alumínio, no sentido de atingir as etapas prometidas e bem assim; anunciará, em breve, as medidas, ora em estudo, para o estabelecimento da indústria de construção naval. Com o objetivo de atender às necessidades imediatas de transportes marítimos e reaparelhar a nossa frota de cabotagem, em regime de plena deterioração, o Governo adquiriu doze navios nos Estados Unidos, que em breve molharão em nossos portos.

No setor de estrada de rodagem, é-me possível afirmar que o ritmo de trabalho se agigantou. O incremento de construção observado nesses últimos três meses foi de duzentos por cento superior ao primeiro trimestre; quando tivemos de nos reaparelhar para a aceleração dos trabalhos. Como um exemplo, o Governo pode apresentar os seguintes números, que falam por si mais do que quaisquer palavras: seiscentos e três quilômetros

de estradas construídas, cento e sessenta e dois quilômetros de pavimentação. Tivemos, só na estrada Rio-Belo Horizonte, setenta e seis quilômetros de pavimentação e pretendemos, a primeiro de fevereiro, inaugurar essa Rodovia, que está tardando demais.

Não pretendo alongar-me nestes comentários. Mas posso assegurar que, longe de conhecer o Brasil a estagnação, estamos numa hora de dinamização, e digo isso obedecendo à verdade exclusivamente, não havendo da parte do Governo nenhuma intenção de fazer propaganda, de exhibir-se.

Ao povo desta cidade, quero informar particularmente que vou atender aos reclamos do Prefeito Negrão de Lima, no sentido de facilitar-lhe o financiamento para a realização de obras fundamentais para a população desta Capital, tais como grandes avenidas de inter-penetração, ligando a zona norte e a zona sul, a fim de descongestionar o tráfego urbano. Como é evidente, não se trata de obra suntuária, mas de medida urgente em socorro da Capital da República, ameaçada de estrangulamento pelo aumento sempre crescente do tráfego.

Teria de falar infindavelmente, se quisesse fazer relato minucioso de tudo o que foi realizado nestes últimos seis meses decorridos. Quis, todavia, apresentar ao País um quadro geral, uma impressão rápida do que vai por nossa casa. Entramos, depois de enfermidade grave, numa convalescença positiva, visível. Não me atribuo grandes méritos. O Brasil cuida de si próprio; o Brasil esforça-se, luta, recupera-se de maneira imprevisível. Posso, porém, estar tranqüilo com a minha consciência, pois não só suportei graves momentos sem perder a esperança, como velei constantemente, não me deixando jamais envolver pelo desânimo. Trabalhei com afinco; não conheço os meus auxiliares mais diretos horários para servir ao País. Se mais não foi feito, deve-se às nossas próprias limitações e ao excesso de dificuldades acumuladas.

Visitei em seis meses dezoito países, a toda parte levando o nome do Brasil, manifestando o nosso desejo de cordialidade, de intercâmbio, de cooperação afirmando o nosso propósito obstinado de crescer.

FATO INEDITO — Pela primeira vez um Chefe de Estado Brasileiro atravessou a Cordilheira dos Andes para levar aos países do Pacífico a mensagem do Brasil. Essa viagem foi o complemento de nossa presença na Conferência do Panamá, onde se encontraram dezenove Presidentes americanos. Ali senti que a compreensão que reinou entre todos os Chefes de Estado aconselha um novo impulso nessa política, que produzirá os melhores frutos na convivência internacional. Os americanos já se conhecem pessoalmente e podem portanto discutir assuntos de palpantes interesses recíprocos, como acabo de fazer com os ilustres Presidentes do Uruguai, da Argentina e da Bolívia.

Fiz questão de ir não apenas aos Estados Unidos e à Europa, mas de manter um contacto mais íntimo com as demais nações americanas. Essa política de aproximação e de estreitamento de laços entre os países irmãos do Continente, procurando criar um clima que nos possibilite uma efetiva colaboração, pois estamos vivendo os mesmos problemas, constitui preocupação constante do Governo. Necessitamos de uma ação conjunta dos países latino-americanos, tanto no terreno político, na defesa de nosso patrimônio comum e de nossas tradições, como no terreno econômico. Necessitamos, os países americanos, atuar numa só direção, pois temos destinos semelhantes e essa atuação tem de ser organizada, tem de obedecer a um plano. É esse o sentido que empresto à aproximação que venho fazendo com os outros países da América.

Verifiquei, nessas visitas pela Europa e pela América, que as demais nações nos julgam com um sentido de perfeita realidade. Sabem o que nos falta para uma definitiva arrancada, ou seja, transportes e energia, indústria de base e melhoria urgente dos nossos índices de produtividade, e crescente racionalização dos processos agrícolas. Mas ao mesmo tempo que lá fora se examina o que é urgente e indispensável seja realizado no Brasil, vão também verificando os nossos observadores que tomamos consciência dos problemas brasileiros, que nos vamos deixando penetrar pelo sentimento de que nos falta e do muito que temos a realizar para engrandecer este País e proceder à recuperação do seu elemento humano. E isso é muito. Não há país que sobreviva desconhecendo o seu próprio drama. Já sabemos o de que carecemos para nos transformarmos na nação que devemos ser. A tarefa do Brasil para o encontro consigo mesmo é grande demais, dirão os pessimistas; maior, porém, do que o que nos falta, é o que foi realizado até hoje. Somos uma realidade importante e empreendemos, em condições extremamente difíceis, grandes coisas, algumas mesmo com o caráter de epopéia. Somos uma pátria, uma unidade. Realizamos não só uma democracia política, como também uma democracia racial, superando preconceitos e discriminações aviltantes para a civilização.

Ao terminar estas palavras, quero dizer ao povo do Brasil a este povo que conheço por tê-lo visitado em todos os quadrantes do País ao povo das grandes cidades e ao dos pequenos núcleos de vida heróica, quero falar aos meus patrióticos, particularmente aos que necessitam de esperança para efeito de resistirem aos sofrimentos que suportam, quero afirmar que longe de estarmos perdidos ou parados, viajamos de novo ao encontro do nosso alto destino. Os ventos começam a ser propícios. Brasil é uma nação que nasceu para ser poderosa. Nada deterá a nossa marcha.

Tem a palavra o nobre Senador do salário-mínimo, quando declarei Kerginaldo Cavalcanti, orador inscrito para esta oportunidade.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, nesta altura dos nossos trabalhos em que os debates prenderam a atenção do plenário pelo fulgor da oração e esplendor dos conceitos serei o mais breve possível.

Reporto-me, portanto, a discurso que proferi neste recinto a propósito

que, ao revés do que se supunha, não despertara a celeuma apregoada. Fora, aliás, bem recebido, tanto que os protestos eram mais platônicos do que reais, e os apregoados movimentos junto aos Tribunais de Justiça do País revelavam mais propósitos obstinados do que justificados, por outras razões verdadeiramente procedentes.

Que o salário mínimo tenha sido bem recebido e, realmente, adequado às nossas necessidades, já não há

mais dúvidas. A própria indústria que se apregoara como reclamadora, bem vista a espécie, manifesta-se hoje em dia aceitando o salário-mínimo, porque, como homens práticos e de consciência verificaram, afinal que era uma necessidade, verdadeira imposição econômica, que não poderíamos protelar por mais tempo.

O Sr. João Villasbôas — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com muito prazer.

O Sr. João Villasbôas — A fixação de novos níveis de salário mínimo, sem medidas correlatas visando à estabilização do preço das utilidades, resultara como bem acentuou o Senhor Presidente da República, na anulação completa desse aumento.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — O nobre Senador João Villasbôas é velho político, de larga experiência, traquejado em dois ambientes — no regional, do Estado que tão brilhantemente representa — Mato Grosso; e no cenário nacional, onde tem exercido, por diversas vezes, nesta Casa, a representação da União Democrática Nacional e a liderança desse Partido.

O Sr. João Villasbôas — Obrigado a V. Exa.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Vê-se, portanto, que Sua Excelência, com a finura um tanto florentina que o caracteriza, em seu aparte usou um pouquinho de veneno, que deixarei "a latere".

O Sr. João Villasbôas — Absolutamente. Repetir verdade proclamada pelo Sr. Presidente da República, no dia em que assinou o Decreto fixando os novos níveis de salário mínimo.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Registro, porém, o aparte de V. Exa. com muita satisfação e o amável protesto, que é o mesmo significativo.

O Sr. João Villasbôas — Desejo, ainda, acentuar que, nesta Casa, tive oportunidade de pedir, diversas vezes, medidas tendentes à estabilização dos preços.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Perfeitamente.

O Sr. João Villasbôas — No mesmo sentido, aliás, já se tinha manifestado, em discurso, o ilustre Vice-Presidente desta Casa Sr. João Goulart.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, eu não esperava justamente o que acontece, neste momento — o aparte honroso do velho, nobre e eminente amigo. Senador João Villasbôas. Estava certo de que esta minha obscura oração caminharia "sur des roulettes".

O Sr. João Villasbôas — Vossa Excelência, é sempre brilhante.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Muito obrigado a Vossa Excelência. Desejava salientar que minhas palavras estão corroboradas pelos fatos.

Há poucos dias, o Sr. Vice-Presidente da República, Dr. João Goulart, foi convidado pela Companhia Usinas Nacionais, sediada no Rio de Janeiro para assistir ao primeiro pagamento do novo salário mínimo, neste país.

E gesto bem significativo. E, nessa ocasião, o Sr. Tadeu de Lima Neto, figura exponencial da empresa, declarou, alto e a bom som, de maneira irredutível, que pagava o salário e continuaria pagando fosse qual fosse a decisão da Justiça, a propósito.

O Sr. Rui Palmeira — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Pois não.

O Sr. Rui Palmeira — Não sei se é do conhecimento de que a Companhia Usinas Nacionais é, praticamente, de propriedade do Instituto do Açúcar e do Alcool, portanto, não está fazendo nada de mais.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Não é "praticamente"; é

"realmente", acionista do Instituto do Açúcar e do Alcool.

O Sr. Rui Palmeira — O maior acionista. Ainda há pouco, tive oportunidade de denunciar, ao Senado, o fato de haver essa empresa se dado ao luxo de, para atender injunções políticas, criar três novos lugares de diretor, largamente remunerados. Quem pode fazer isto, pode fazer muito mais.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — V. Exa. há de convir que este é outro aspecto de crítica.

Digo que essa Companhia, ainda que tenha um órgão de Estado como principal acionista, não deixa de ser entidade de natureza privada.

Em segundo lugar, fosse a situação ou a circunstância da usina, resolveu ela, através do seu órgão diretor, pagar o salário mínimo em qualquer hipótese.

O Sr. Rui Palmeira — V. Exa. me permite mais um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com prazer.

O Sr. Rui Palmeira — Houve um caso de entidade particular, o Moimbo Salvador, na Bahia, que, logo após decretado o salário mínimo, resolveu pagá-lo, imediatamente, e deu divulgação ao fato.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — V. Exa. está justamente auxiliando minha oração, trazendo outros exemplos que demonstram a verdade do que proclamei, do alto desta tribuna. Declarei que os industriais acabariam por se converter — aqueles que fossem recalcitrantes, os pouco recalcitrantes, os alguns recalcitrantes — da necessidade de aplaudir o salário mínimo decretado.

Sr. Presidente, a "Gazeta de Notícias" — jornal de pequeno formato porém de grande conteúdo, que se publica nesta metrópole — descreve o que ocorreu por ocasião da presença do Sr. Vice-Presidente da República na Companhia Usinas Nacionais.

O artigo está assim redigido:

"A Companhia Usinas Nacionais recebeu, ontem a visita do Sr. João Goulart, que ali compareceu, a convite da direção daquela poderosa refinaria de açúcar, para assistir ao primeiro pagamento do novo salário-mínimo que se efetua no País.

A visita do Vice-Presidente da República, conforme salientou o diretor da Companhia Usinas Nacionais, Dr. Tadeu de Lima Neto, na saudação que lhe dirigiu, assume relevo especial, por duas razões. Pela primeira vez, em 45 anos, um Chefe de Estado foi encontrar, em seu local de trabalho, os operários da empresa, num total de 1.700. Ao mesmo tempo o acontecimento assinalou uma data histórica para os trabalhadores brasileiros: o primeiro pagamento do novo salário-mínimo recentemente decretado pelo Governo.

Além do Sr. Tadeu de Lima Neto, cujo nome está incorporado ao patrimônio da Companhia Usinas Nacionais através de uma longa e eficaz administração, usou da palavra o Dr. Epaminondas do Vale, Presidente em exercício do Instituto do Açúcar e do Alcool e, nesta qualidade, Presidente da empresa. Levou o Dr. Epaminondas do Vale ao conhecimento do Vice-Presidente da República, a decisão da Companhia de pagar o novo salário-mínimo aos seus trabalhadores, independentemente dos resultados da medida judiciária pleiteada por órgãos da indústria, esclarecendo ainda que este era o propósito de todos os refinadores de açúcar do País.

Falou também o Sr. Angelo Manzela que, na qualidade de

membro da Comissão de Salário-Mínimo do Distrito Federal, se congratulava com os dirigentes da indústria açucareira por aquela patriótica iniciativa do Sr. Tadeu de Lima Neto, que testemunhava o acerto com que se conduzia a referida Comissão, na fixação dos novos níveis de remuneração dos trabalhadores.

Em nome do funcionalismo da Companhia, que constitui uma grande família dedicada ao trabalho, discursou o Sr. Abel Menezes.

Saudando os dirigentes da Usina, o Vice-Presidente João Goulart e os trabalhadores, usou ainda da palavra o Sr. Hugo Costa, Presidente do Sindicato dos Empregados na Indústria Açucareira.

Finalmente, o Sr. João Goulart, salientando o seu entusiasmo pela medida tomada pela Companhia Usinas Nacionais, apresentou os mais calorosos aplausos à iniciativa humana e justa do Sr. Tadeu de Lima monstração viva da colaboração em que se empenha a classe patronal para a solução pacífica dos problemas sociais no Brasil. Reafirmou o Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro sua decisão de continuar lutando pela causa dos trabalhadores, com os olhos voltados para Deus e o pensamento fixo no exemplo do Presidente Getúlio Vargas, para que cenas como esta se repetissem sempre, nas relações dos patrões com os empregados em nosso País.

Sr. Presidente, congratulo-me com os industriais do Brasil, com aqueles que aceitam e admitem como fato consumado o salário mínimo. Não trouxe ele desastrosas repercussões desgraciadamente apregoadas e, sob outro aspecto, está contribuindo para o desenvolvimento econômico do país e para a felicidade das famílias beneficiadas através das suas disposições.

O Sr. Lima Teixeira — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCAN-
TI — Com muito prazer.

O Sr. Lima Teixeira — Essa solução harmoniosa foi encontrada pelo Sr. Presidente da República que, recebendo representações de empregados e empregadores, solucionou o assunto de maneira satisfatória. Hoje ninguém mais reclama; nem empregados nem empregadores. Todos estão satisfeitos.

O Sr. Rui Palmeira — Permite o nobre orador mais um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCAN-
TI — Ouvirei V. Ex.^a. Antes, porém, devo dizer que, usando da mesma lealdade com que fiz reparo à natureza política do aparte do Senador João Villaboa, responderei ao aparte com que me honrou o velho, prezado e querido colega, Senador Lima Teixeira.

O Sr. Rui Palmeira — Desejo esclarecer a V. Ex.^a que, quando o apartei, não quis condenar o salário mínimo.

O SR. KERGINALDO CAVALCAN-
TI — Nem eu deparei isso do seu aparte.

O Sr. Rui Palmeira — Já tive oportunidade de dar esse esclarecimento a V. Ex.^a. Não desejo que paira dúvida a esse respeito. Salientei apenas que o gesto da Companhia Usinas Nacionais, era quase...

O SR. KERGINALDO CAVALCAN-
TI — Um gesto estatal.

O Sr. Rui Palmeira — ...o de uma entidade estatal. Valia a focalização que V. Ex.^a estava fazendo pela intenção de apontar um exemplo. Entretanto, essa entidade é mais de caráter estatal do que privado. Vimos a solidariedade de se cercou o ato evidentemente num sentido não apenas

de exemplo, mas e sobretudo num sentido acentuou o nobre Senador Novais Filho.

O SR. KERGINALDO CAVALCAN-
TI — Não tinha eu nenhum intuito político; estava apenas registrando um fato.

O Sr. Rui Palmeira — Sei que V. Ex.^a não tinha. Entendo, porém, que há caráter político no gesto da Companhia Usinas Nacionais. Aliás, o Diretor que V. Ex.^a citou é até alagoano...

O Sr. Novais Filho — Um bom administrador.

O Sr. Rui Palmeira — ...e um bom administrador da Companhia Usina Nacionais. Quis frisar apenas, repito, que não se tratava simplesmente de uma empresa privada.

O SR. KERGINALDO CAVALCAN-
TI — Agradeço o aparte de V. Ex.^a, sobretudo quando proclama a alta circunspeção do diretor dessa companhia. Demonstra ser ele um homem que se coloca, na gestão daquilo que lhe foi confiado, acima de quaisquer injunções ou interesses de ordem secundária. Onde não se admitir que o gesto de um cidadão com essas qualidades possa prender-se a quaisquer motivos de ordem subalterna.

O Sr. Rui Palmeira — Permita-me V. Ex.^a interromper-lhe a dedução, que não é cento por cento exata.

O SR. KERGINALDO CAVALCAN-
TI — Se não é cento por cento deve ser noventa e nove por cento.

O Sr. Rui Palmeira — Eu não o consideraria um ato de fundo subalterno, mas até revelador de acurada sensibilidade política.

O SR. KERGINALDO CAVALCAN-
TI — Sr. Presidente, vemos como as palavras se tornam pegajosas, tanto que um intelectual como o nobre Senador Rui Palmeira para definir seu pensamento precisou fazê-lo com as pontas dos dedos.

O Sr. Rui Palmeira — É natural. Reconhecendo a deficiência das minhas palavras...

O SR. KERGINALDO CAVALCAN-
TI — Não é isso.

O Sr. Rui Palmeira — ...precisei aliá-las ao gesto.

O SR. KERGINALDO CAVALCAN-
TI — É a sutileza nas maneiras de colocar o problema. Agora estou com mais receio das bombadas bahianas do que do açúcar pernambucoano.

Sr. Presidente, escapando dos trechos temporais nos quais ia naufragando o meu velho amigo e nobre líder da Maioria, Senador Filinto Müller, encerro minhas considerações. Era o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Lembro ao prezado Senador Coimbra Bueno, inscrito em segundo lugar, que restam apenas dois minutos para término da sessão.

A menos que seja requerida prorrogação, será ela encerrada às dezoito horas e trinta minutos.

O SR. JURACY MAGALHÃES:

(Pela ordem) Sr. Presidente, pediria a V. Ex.^a aguardasse um momento, para enviar à Mesa o requerimento de prorrogação.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento pode ser oral.

O SR. JURACY MAGALHÃES:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro a prorrogação da sessão, por dez minutos, a fim de que o nobre Senador Coimbra Bueno profira seu discurso.

O SR. PRESIDENTE:

— O Senado acaba de ouvir o requerimento do nobre Senador Juracy Magalhães.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Está aprovado.
Tem a palavra o nobre Senador Coimbra Bueno.

O SR. COIMBRA BUENO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, desde 1939, ao iniciarmos a campanha pela mudança da Capital, vimos-nos batendo, como medida preliminar e vital, pela desapropriação total, até o último palmo, das áreas do novo Distrito Federal, bem como pela proteção das suas vizinhanças contra as abusivas especulações imobiliárias, que já abrangeram as áreas circundantes das atuais cidades importantes do país, condenando-as à improdutividade, com reais prejuízos para os seus habitantes, especialmente os menos bafejados pela fortuna.

Assim, há dezoito anos vimos nós, os pioneiros da Nova Capital, lutando, no limite de nossas forças, para que o Planalto Central não seja transformado num campo aberto para um desenfreado encilhamento imobiliário.

Felizmente em Goiás, os que estão, como nós, empenhados à fundo na mudança da Capital, não possuem um único palmo de terra, ou interesse, de qualquer ordem, na Região do Novo Distrito Federal; — na luta — contra toda e qualquer especulação imobiliária, é justamente tal fato, que nos dá, não só força moral, mas sobretudo eficiência, porque não precisamos perder tempo com justificações de interesses pessoais, nem mesmo legítimos, porque não os temos de nenhuma ordem.

Felizmente, graças a uma nova e elevada compreensão dos homens públicos de Goiás, de todos os Partidos, do Executivo, Legislativo e até do Judiciário, em face dos grandes problemas do Estado e País (Nova Capital, Cachoeira Dourada e outros), é que já podemos anunciar, que boa parte da área de 120.000 alqueires geométricos do Novo Distrito Federal, já está na posse e domínio do poder público e dentro de poucos meses — estamos certos — poderemos anunciar à Nação que Goiás cumpriu seu dever para com a coletividade brasileira, ao terminar a aquisição para o País, da totalidade da área do Novo Distrito Federal.

Cumpra agora aos Poderes Constituídos, defenderá contra quaisquer especulações, as áreas vizinhas do novo próprio da União, que é o Novo Distrito Federal, com 120.000 alqueires geométricos de terras públicas.

É uma segunda etapa, também vital. É a propósito da mesma, tal a sua importância, peço venia, para trazer ao conhecimento do Senado, o tão brilhante quanto vibrante discurso, do nobre Deputado Fonseca e Silva, da Representação Federal de meu Estado, que por uma deferência, pela qual lhe sou muito grato, houve por bem, transcrever um discurso e carta, por mim produzidos, há mais de um ano — sempre no sentido de prevenir quaisquer especulações na Região do Novo Distrito Federal.

Sr. Presidente, vou ler, para que conste dos Anais, o discurso do nobre Deputado Fonseca e Silva, realmente da maior importância, porquanto relata longamente os assuntos aqui debatidos, relativos ao magnífico problema da desapropriação total da área destinada ao futuro Distrito Federal.

O SR. FONSECA E SILVA:

(Para explicação pessoal, lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente: Senhores Deputados! Uma de nossas obrigações como representante do povo brasileiro, aqui neste poder legislativo é advertir a nação, é advertir as autoridades, pedindo-lhes atenção para esse ou aquele fato, essa ou aquela ocorrência.

Estamos atravessando uma fase das mais suspensivas possíveis na vida do país, quanto à carência da vida. O padrão de sobrevivência está subindo assustadoramente, criando para esse povo sofrido um clima de desespero, de descontentamento, o que poderá proporcionar a essa massa sofrida algo de reação. E antes que o povo reaja devem reagir as autoridades.

A realidade é bem esta. Falemos apresentando fatos. O caso do açúcar, enquanto o produtor dessa mercadoria de primeira necessidade vende uma saca a razão de 431,00, preço oficial o povo consome este gênero de primeira necessidade, repito, aqui nesta cidade maravilhosa, a razão de 570,00. No interior do país o assunto é muito mais grave, esta saca de açúcar é vendida pelo seu produtor a razão de 450,00, em S. Paulo; em Goiânia ou seja no interior do Brasil esta saca é vendida a razão de 850,00 a 950,00. O gado ainda sem preço e o fazendeiro, o invernista terá pagar, só em aluguel de pasto para esse gado destinado ao abastecimento público, nada menos de 20,00 "per capita" mensalmente. Há poucos dias escrevia-me um fazendeiro do município de Porangatu, no Estado de Goiás, dizendo-me que até aquele momento já havia perdido duas mil sacas de arroz em casca, por faltar-lhe o transporte. E quando aparece este transporte, em geral feito por caminhão, o frete eleva até ao centro consumidor de 300 % o preço deste gênero de primeira necessidade. Mesmo assim, de quando em vez, noticiam os jornais um possível aumento no preço de gasolina. Ainda há pouco o "Correio da Manhã" através de um admirável inquérito feito "in loco" em Goiás, demonstrou a veracidade desta minha afirmativa. Não vamos, longe, não busquemos exemplo no interior do Brasil, onde tudo é difícil, aqui mesmo, nesta cidade maravilhosa: uma caixa de tomate sai das mãos daquele que planta, por 135,0 e o intermediário vende este produto a razão de 240,00. Uma caixa de xuxu por 25,0 o povo consome esta mercadoria a razão de 150,00. Assim o feijão, o arroz, a carne, a banha e tudo que a terra dá. Está aos nossos olhos, o quadro real e intercedor do trigo de Bagé. Aqui no Rio desaparece o pão quando não seja rationada esta mercadoria que mata a fome da pobreza, em aquela importante cidade gaúcha. 30 mil toneladas abandonadas ou seja 219 mil sacas sem comprador. Desta safra já 50 mil sacas se apoderearam devoradas pelas legiões de coleopteros. De um lado o desamino quase total dos que produzem, de outro, um povo que se queixa e sente necessidade, uma onda de famintos. Porque tudo isso Senhor Presidente e Senhores Deputados!!!! Qual a causa de tudo isso!!!!

A minha resposta, a resposta da realidade dos fatos se concretiza no "slogan", como outrora, preconizando o perigo da salvação no Brasil, o naturalista francês, Auguste de Saint-Hilaire; paraodiando este grande botânico: ou o Brasil ponha termo na ganância dos intermediários ou vamos assistir dias sombrios... Já um jornal do interior do Brasil, o "Correio Católico" da importante cidade triangulina de Uberaba, jornal insuspeito na órbita de política partidária, conclamava em artigo de fundo, que o elevado preço nos gêneros de primeira necessidade, frizando o caso do açúcar, sobretudo, já não era uma função meramente comercial, era um caso de polícia, ao ponto de o zeloso Bispo Diocesano vir pelas colunas de seu jornal e levantar o brado de alarme contra essa injustiça social.

Entre o trabalho que deve dignificar o homem, no objetivo de engrandecer a nossa Pátria e o povo que consome os frutos desse trabalho, coloca-se o polvo destruidor e semeador da harmonia social, estereotipada na ganância dos intermediários, os responsáveis imediatos a quem deve recair os efeitos de toda e possível confusão na órbita de um povo desesperado.

O Sr. Frota Aguiar — Aproveitando as palavras de V. Ex.^a quando salienta a ação nociva dos intermediários, agora mesmo, Senhores Deputados, estão eles defendendo com unhas e dentes o aumento do preço do leite. Atualmente, o preço produzido, por litro, é de Cr\$ 7,10, e querem aumentar Cr\$ 10,30. Estou informado de que o leite é comprado ao produtor por dois

que se fizeram necessárias e não de uns 2.500 alqueires geométricos — como imaginaram alguns — destinados para uso e gozo dos especuladores, que iriam embolsar a valorização resultante, das inversões do Governo.

Temos o exemplo vivo de Belo Horizonte, e mais recentemente de Goiânia, onde o Poder Público, ao invés de desapropriar as áreas totais dos respectivos distritos, deixou-as cair nas mãos de particulares na sua maioria lementes, que em nada contribuíram para a criação da nova Cidade — muitos residentes fora e que nunca sequer a visitaram — e que no interesse de apenas buscarem valorizações têm deixado essas áreas baldias ou nelas projetando bairros incompatíveis com uma Capital moderna.

Oje tanto Belo Horizonte como Goiânia, lutam com problemas insolúveis de urbanização, cada uma com número de lotes dezenas de vezes superiores aos necessários, e em completa desproporção com as respectivas populações. Daí a carência de água, luz, esgotos, calçamentos e demais serviços públicos dificultados por tão vasta extensão da área urbana.

Desde os primeiros passos por Brasília — à base de nossa própria experiência em Goiânia — vimos clamando pela desapropriação prévia e total da área do novo Distrito Federal e de outras que se fizeram necessárias à Interiorização. Sem isto a obra que autofinanciável — isto é: de custo zero para a Nação, — iria tornar-se onerosíssima e na prática inexequível, em face dos preços artificiais das terras, e do desvio das valorizações, — do erário público — para os especuladores. Não foi viável nas conjunturas passadas e não vemos como será nas futuras, uma dotação de verbas substanciais para Brasília — em face dos eternos problemas que absorvem as atuais e desgastadas administrações Federais e Estaduais. A Nova Capital deverá contar com seu auto-financiamento. Para isto toda a valorização terá de ser drenada para os cofres públicos. É portanto, indispensável a total desapropriação de toda a área do novo Distrito Federal, além de severa regulamentação da taxa de melhoria e de outras medidas constitucionais aplicáveis às áreas vizinhas do Planalto Central.

Ao aceitarmos a Direção Técnica da Comissão de Localização, e no que se refere à desapropriação, promovemos a alteração do Decreto n.º 32.876, de 8 de junho de 1952, no seu art. 2.º, letra d, para a seguinte redação:

"Art. 2.º A Comissão Especial de que trata o art. 1.º deste Decreto também compete realizar ou mandar realizar:

.....
d) "plano de desapropriação da área do Distrito Federal e de outras necessárias".

Esta alteração foi proposta ao Excelentíssimo Senhor Presidente Getúlio Vargas pelo então Presidente da atual e 3.ª Comissão de Localização, General Caiado de Castro, que já a havia aprovado e obtido o imediato beneplácito Presidencial, — tal a sua relevância.

Condenamos como vendilhões do Templo, como traidores da Pátria, como hiennas do esforço perseverante de muitos voluntários, todos aqueles renegados argentários, que, visando a pura e simples satisfação de seus interesses imediatistas, não se pejam de se locupletarem das áreas potencialmente destinadas à Nova Capital Federal, buscando subtrair à Nação a posse e domínio da matéria prima de que tanto necessita: — os terrenos virgens, para neles edificar sua Capital financiada à custa da valorização, que irá provocar.

Vimos reiterar desta Tribuna, urgentes e enérgicas medidas do Governo, para conter a especulação de terrenos da Nova Capital que já se iniciou, essa repugnante especulação imobiliária.

Vimos encarecer as razões e as medidas solicitadas em nossa carta de 28 de Março do corrente ano, aos Senhores Chefes da Casa Militar da Presidência da República e Presidente da 3.ª Comissão de Localização, que, dada a importância fundamental que encerram, passamos a ler.

Rio de Janeiro, 28 de março de 1955.
Excelentíssimo Senhor Marechal José Pessoa Cavalcante de Albuquerque. DD. Presidente da Comissão de Localização da Nova Capital Federal — Nesta.

Excelentíssimo Senhor: — Se o Brasil, op. objeztívo op soureque, sop epuredoxí esuquy e wsmia V. trito Federal que há anos vêm sendo executados, aliada à recente visita de Vossa Excelência e novos membros e técnicos dessa Comissão tomaram contacto com o Planalto, bem como as declarações feitas à Imprensa, encarecidas pelo prestígio pessoal de Vossa Excelência e pela projeção do posto de Marechal do Exército Nacional, — provocaram em Goiás, uma corrida imobiliária, que tende a proporcione uma catástrofe para efeito da concretização da mudança, uma vez que criará uma valorização artificial das terras, exatamente na fase em que o Governo tem de adquiri-las.

Repetidas vezes, durante o Governo do Presidente Cárlos Filho, na Presidência de Vossa Excelência, assim como em trabalhos publicados, chamamos a atenção para o perigo da especulação imobiliária decorrente da divulgação da escolha do local, encarecendo as precauções necessárias para se evitar que o público fosse tomado de delírio do lucro, com a valorização dos terrenos de Goiás, decorrentes da mudança. Delírio particularmente perigoso, porque para ele convergem as tendências psicológicas do povo brasileiro, vivamente estimuladas para o comércio de imóveis pelas atuais condições econômicas do País.

De uns dias para cá, entretanto, estamos vendo uma intensa divulgação da escolha do local para os próximos 60 dias: de declarações de que a transferência se fará em poucos anos, enfim, de tudo o que pode formar, no espírito público, a ideia de que a mudança se dará dentro em breve e nada sobre desapropriação dos terrenos, que deveria anteceder a essa propaganda: — o silêncio foi completo quanto à desapropriação. Isto corresponde, na prática a estar, esta Comissão, — provocando valorizações astronômicas de terras que terá de adquirir.

Desconhecemos se essa Comissão estudou algum plano da opinião pública, ou se as notícias vêm sendo publicadas conforme circunstâncias ocasionais, mas permita-nos, Vossa Excelência, a ousadia de declarar que, na nossa opinião, pelo que conhecemos do assunto, se os especuladores tivessem traçado um plano para preparar o público para uma especulação em longa escala, este haveria de coincidir com o que está ocorrendo.

Figuremos o exemplo de alguém que tivesse necessidade de fazer uma construção; imaginemos que esse alguém escolhesse o terreno, anunciasse a toda gente que o tinha escolhido depois de exaustivos estudos porque ele tinha tais vantagens, que mandasse arquitetos ao terreno para projetarem a construção, que anunciasse que dentro em breve a construção estaria pronta, que fizesse tudo isso antes de procurar o proprietário do terreno para adquiri-lo. É

fácil de se prever o que iria suceder a esse alguém. Essa Comissão está colocando o Governo na posição desse exemplo.

Creia, Vossa Excelência, que é com sobressalto e amargura que temos que reconhecer as viagens da honesta figura de Vossa Excelência e de alguns honestos membros da Comissão à Goiás não podem deixar de comparar-se às dos não menos honestos oficiais que, há cerca de 30 anos, em 1922, foram também a Goiás lançar o marco fundamental do Novo Distrito Federal e, sem que o soubessem no ardor patriótico de suas boas intenções, foram os inocentes úteis que prepararam terreno para a maior "chantagem" imobiliária do Brasil, que foi a venda, em todo o País, de terrenos da Nova Capital Federal em Planaltina e outros municípios, envolvendo na teia das calúnias pessoas que delas só vieram a se redimir pela pobreza em que morreram.

Tal foi o escândalo que então se propagou no Brasil, que a ideia da Nova Capital ficou relegada ao maior descrédito, rebaixada a assunto de crônicas criminais.

A repetição de semelhante fato já se iniciou com as vendas e revendas loteamentos, enfim todo um "ensilamento" de terras no Planalto, numa especulação que se vem alastrando para o Triângulo Mineiro, para São Paulo e dentro em poucas semanas, terá tornado inexequível a ideia, por muitos anos, como previmos, porquanto subdivisão das atuais faixas de vendas e revendas fictícias ou reais, a preços desespeculação, criarão tais dificuldades para as desapropriações, que o Governo Federal, asoberbado pelas crônicas crises econômicas e financeiras, não disporá de recursos para vencê-las.

Não nos iludamos: — é o início da derrocada da Nova Capital. Se não for atalhada imediatamente — (se ainda for possível) — especuladores de todo o Brasil e do estrangeiro irão convergir para Goiás, adquirir terras para lotear e revender no País e até fora dele — e o Governo não terá meios práticos para conter o mal, depois de propagado.

O Sr. Fernando Távora — V. Ex.ª, permite um aparte (Assentimento do orador) — Devo dizer a V. Ex.ª, que fui um dos lesados, pois compreendi também uma quadrilha daqueles terrenos.

O SR. COIMBRA BEUNO — Muito agradeço o aparte do nobre Senador Fernandes Távora. S. Ex.ª vem, justamente, nos informar que foi uma das vítimas da especulação de 1922, a qual, esperamos, não terá possibilidade de repetição se o Governo tomar providências imediatas no sentido de desapropriar não parte, mas a totalidade do novo Distrito Federal.

Peço, ainda, a atenção do Senado para o seguinte fato: esta desapropriação deve realizar-se dentro dos próximos meses e, não nas "calendas gregas".

(Lendo) Agora, a que começa a se consumir o perigo que tantas vezes apontamos, pedimos vênica a Vossa Excelência para solicitar o estudo e aplicação de medidas imediatas, intensas e enérgicas, capazes de refrear a corrida imobiliária no Planalto Goiano e de alcançar a desapropriação aos preços baixos vigentes e justos das terras destinadas ao futuro Distrito Federal e outras áreas necessárias à Interiorização de modo a se atingir o elevado objetivo de drenar para o erário público a valorização das terras decorrentes da mudança.

Fazemo-lo com o direito e a autoridade moral de quem desde 1930, há 16 anos, teve a coragem de dar os primeiros passos para a atual campanha, quando a ideia estava excluída da Constituição fora da orientação do

Governo e no mais completo descrédito;

de quem, tendo construído Goiânia, — verdadeira obra piloto da futura Capital Federal, — e tendo lutado, debalde, durante as obras, pela desapropriação para o Poder Público, das áreas em torno da Cidade, pode demonstrar o acerto de suas gestões, em face do atual descalabro urbanístico de Goiânia;

de quem, desde então, vem mandando, não só pregando, mas fazendo sacrifícios de toda ordem por esse ideal;

de quem, sendo proprietário de numerosos terrenos em Goiânia, não exilou em combater na ideia do Presidente Eurico Dutra de transferir a Capital inicialmente para Goiânia, renunciando a todos os benefícios que assim lhe adviriam;

de quem, tendo interesses imobiliários em várias regiões do País, se alheou e fez com que todas as suas organizações se alheassem, como alheadas estão, de qualquer interesse nas regiões prováveis da Nova Capital;

de quem, sendo membro de família de numerosos pecuaristas proprietários de grandes fazendas de criação em Goiás e de extensas invernadas em São Paulo, se sube enfrentar os interesses de todos, para combater, até afastar, o plano de localização da Capital no Triângulo Mineiro, o que poria o Distrito Federal vizinho, de um lado das suas fazendas em Goiás, do outro, das suas invernadas em São Paulo.

Citamos estes fatos para pôr bem à mostra os fundamentos de falta moral e do lastro de nossa experiência que servem de base para o nosso protesto, muito embora alguns interessados procurem soterrá-los com a lama da calúnia, e da intriga, pelo fato de possuírem numerosos terrenos em Goiânia, que, entretanto, foram adquiridos de particulares, depois de concluída a construção da Cidade, já parcialmente valorizados, quando do nosso total desligamento da administração, e nas mesmas condições de centenas de outros proprietários atuais de Goiânia, muito dos quais nem sequer conhecem a cidade.

Esses terrenos, repetimos, como todos os demais em torno do núcleo urbano, deveriam ter sido desapropriados pelo Estado a preços irrisórios antes ou durante a construção da cidade, conforme debalde lutamos.

Muitos outros também têm lutado pelos ideais amalgamados na Reforma de Basecom Base na Mudança, sem nenhuma outra recompensação senão a dever esses ideais avançarem, como têm avançado, desde o mais completo descrédito, até a posição de hoje.

E' assim que estão exaustivamente estudados, por equipes de técnicos nacionais, as ligações rodoviárias, ferroviárias, aeroviárias e aquaviárias, os problemas genéricos, hidrográficos, climáticos, os potenciais e algumas bacias e usinas hidroelétricas, os mosaicos aerofotogramétricos na escala de 1:25.000 o mapeamento básico na escala de 1:250.000, as amarrações com a região do São Francisco problemas econômicos, sociais e numerosos outros elementos para a Interiorização.

Tais serviços, foram, na maioria, conservados inéditos — aguardando a escolha do Novo Distrito e a essencial desapropriação das terras, avós a entrega dos serviços de foto-análise e foto-interpretção, a cargo de empresa especializada.

Após a desapropriação — quando o Governo já tiver a posse e domínio completados e ajustados ao sítio das áreas; tais assuntos, poderão ser flintivo, dando coramento aos esforços ingentes e despretenciosos de muitos brasileiros, em relação ao seu Planalto Central, que por alguns meses a fio, durante vários anos,

A não divulgação de tais trabalhos, suas plantas e estudos, — cuidadosamente guardados em Repartições Públicas, muitos deles sem fazer sequer referência à Nova Capital, enquadrados como estão nos planejamentos gerais do País, — constitui uma precaução capaz de tornar a desapropriação exequível e acessível. Outra forma poderiam servir de subsídio para intermináveis ações judiciais, de especuladores contra o Governo.

Não vimos fazer críticas destrutivas, que não caberiam na admiração despertada pela honestidade de propósitos de Vossa Excelência. Cumprimos o dever de apontar estes fatos que tanto poderão vir a pesar na responsabilidade das Autoridades atuais, e pedimos vênias para sugerir as medidas seguintes, que talvez ainda possam conjurar o escândalo:

a) silenciar todas as notícias sobre a escolha do local e de projetos de urbanismo — mesmo porque estas, sobretudo, são no momento desatadas, uma vez que o Governo ainda não possui as terras;

b) fazer a mais insistente e sistemática difusão possível de medidas de desapropriação, taxa de melhoria, revisão de impostos, a serem tomadas pelo Governo com base na legislação atual e em novas leis especiais;

c) promover pronunciamento e divulgar opiniões autorizadas sobre a matéria;

d) solicitar ao próprio Presidente da República que nas suas próximas palestras ao Povo, faça as mais enérgicas e incisivas declarações sobre desapropriação e taxas de melhoria atuais e futuras;

e) tomar todas as medidas que contribuam para afastar do espírito do público a idéia de lucro com a valorização dos terrenos, de modo a dificultar a venda de terras psicologicamente valorizadas com a mudança, desencorajando os especuladores;

f) coordenar as leis existentes e tomar imediatamente as medidas nelas cabíveis para a desapropriação, taxa de melhoria e impostos;

g) ultimar os entendimentos com os Estados de Goiás e de Minas Gerais e com os Municípios da Região para um perfeita coordenação das Administração Federal Estadual e Municipal, no interesse da Mudança;

h) prosseguir e completar um plano que garanta definitivamente a drenagem da valorização das terras para o erário público, assegurando ao Governo uma sólida cobertura para todas as despesas da Mudança;

i) estudar as leis especiais e complementares necessárias para a criação do Novo Distrito Federal e tornar os atos competentes para salvaguardar os interesses do País com a realização da Mudança;

Queremos que Vossa Excelência se digne compreender a nossa lealdade a causa, ao apontarmos fatos tão incômodos, num descargo de consciência, sem que em nada diminua a nossa admiração pelas boas intenções e pela honradez de propósitos de Vossa Excelência, nem tampouco o reconhecimento pelo apoio moral e pelas palavras de estímulo que recebemos de Vossa Excelência, pela nossa luta por esta causa.

Com a mais elevada consideração, as mais cordiais saudações — *Jeronimo Coimbra Bueno?*

A seguinte carta foi também por mim dirigida ao Chefe da Casa Militar da Presidência da República, que, no momento, controla a Comissão:

Tenho a honra de encaminhar a V. Ex.^a tal a gravidade que atribuo ao assunto, uma cópia de minha carta,

desta data, dirigida ao Presidente da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, Marechal José Pastore.

Nela cumpro o dever de dar um brado de alerta contra a especulação de terras, que ora se inicia em Goiás, com perigo de se transformar em um escândalo capaz de frustrar a idéia da mudança e me refiro às medidas essenciais a serem executadas, que se resumem em:

1) escolha de um dos cinco sítios indicados por empresa especializada contratada; concomitante estudo a aplicação de todas as medidas legais cabíveis, e preparatórias para a desapropriação total;

2) desapropriação da área do novo Distrito Federal e de outras que se fizerem necessárias à interiorização;

3) criação do Novo Distrito Federal, com legislação capaz de salvaguardar os interesses do País na realização da mudança.

Com os votos de felicidade pessoal de Vossa Excelência, apresento as mais cordiais saudações.

São estas, Sr. Presidente, as palavras com que desejo alertar o Parlamento e as autoridades nacionais, agora que chegou o momento de fazermos a desapropriação total das áreas para que o Governo Federal, de posse da matéria prima essencial, se capacite para realizar a interiorização — única coisa que se pode fazer com base na atual situação de tragédia que o país atravessa, em que todos os assuntos nacionais são relegados a plano secundário.

Talvez seja esta a base de todo o planejamento e enquadramento do país em uma linha de seriedade e honestidade que, realmente, sirva aos altos interesses da nação.

Fora da nova capital, não existe nenhum outra coisa séria a existir o país, a unificá-lo para a futura grandeza da nossa Pátria. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

Comunicado distribuído pela C. P. C. M. C. F., condenando a realização de qualquer negócio — Uma firma comercial queria o endosso oficial às suas transações — Desapropriação aos preços comuns na região de Planaltina

— "Correio da Manhã" — De 28 de julho de 1956:

O NOVO ENCILHAMENTO

O que já se falava e comentava durante meses, embora sem possibilidade de oferecer provas exatas, está agora oficialmente confirmado: a Comissão encarregada do planejamento da nova Capital revela suas conversas com uma firma imobiliária que solicitou, de maneira indireta, fomento das suas atividades; ou, pelo menos, que essas atividades não fossem prejudicadas por declarações oficiais, correspondentes à verdade dos fatos. Ao mesmo tempo, a referida Comissão fala sobre vendas de lotes em terrenos absolutamente não desbravados, em parte ainda cobertos de florestas.

Passa-se tudo de maneira legal. De maneira legal também se processou em 1891, o famoso Encilhamento, a venda de ações de empresas inexistentes ou fantasiosas, das quais uma já então prometia a exploração agropecuária e industrial (!) dos mais remotos sertões de Goiás e Mato Grosso. Foi sintoma de grande inflação que, então, devorou muitas fortunas e empobrecer muitos pobres. E uma pena que a atual atmosfera inflacionária também possa ser aproveitada para explorar a fé dos ingênuos nos benefícios da transformação da Capital.

Mas quem é o responsável? Depois de estourar o escândalo, todos negarão. Quando terrenos, lotes e ações ficarem reduzidos a valor zero, ninguém será culpado. Ou ninguém admitirá sua culpa no momento, de negócios meio fraudulentos ou mais que estabelecer as responsabilidades antes meio fraudulentos. Por isso, será bom de a confusão geral se estabelecer.

A responsabilidade pela furiosa especulação imobiliária no planalto goiano é do presidente da República; suas diversas manifestações sobre a transferência, em breve, da Capital da República tinham efeito seguro, embora fossem menos seguras as previsões.

O governo atual faz, sem dúvida, questão de figurar na história do Brasil como resultado de uma vitória da democracia. E' preciso tomar cuidado para que não entre na mesma história como produtor de um novo encilhamento".

— "Correio da Manhã" — De 27 de julho de 1956:

MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL

A "Imobiliária Paula" comunica aos seus clientes de todo o Brasil, que manteve uma entrevista com o Exm^o. Sr. Dr. Ernesto Silva, M.D. Presidente da Comissão de Planejamento da Construção e Mudança da Capital Federal, por intermédio dos seus Diretor-Gerente Leopoldo Brandt e Consultor Jurídico Dr. Wenceslau Gomes da Silva, sobre o comentado comunicado da referida Comissão que declarou: "Não há Lotes à Venda na Área da Futura Capital Federal".

S. Exa. teve a oportunidade de esclarecer que jamais autorizou a imprensa a publicar o comunicado em questão sob aquele título, pois está bem ciente de não poder nem afirmar que não há lotes à venda na área da futura Capital Federal, nem impedir que a "Imobiliária Paula" continue vendendo os terrenos do Loteamento denominado Bairro Nossa Senhora de Fátima situado em Planaltina, Estado de Goiás, dentro da Nova Capital Federal. Irmãos Brandt Ltda., Rua da Seminário, 173 — 2.º andar, São Paulo.

— "O Jornal" de 27 de julho de 1956:

"INCONVENIENTE COMPRAR LOTES NA ÁREA DA FUTURA CAPITAL FEDERAL"

Comunicado distribuído pela C. P. C. M. C. F., condenando a realização de qualquer negócio — Uma firma comercial queria o endosso oficial às suas transações — Desapropriação aos preços comuns na região de Planaltina.

A Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal solicita-nos a divulgação da seguinte nota oficial:

"Face a um comunicado divulgado por uma das empresas vendedoras de terrenos, denominada Imobiliária Paula, e subscrito por Irmãos Brandt Ltda., esta Comissão esclarece:

I — que, de fato, foi procurada pelos senhores Leopoldo Brandt e Wenceslau Gomes da Silva, que dizendo falar em nome daquela Sociedade, desejavam obter da Comissão um comunicado declarando não ser de sua autoria o título — "Não há lotes à venda na área da futura Capital Federal" — após por jornais desta e de outras cidades brasileiras a uma nota anterior por ela expedida;

II — que o comunicado pleiteado a esta Comissão e a ela trazido já redigido pelos citados senhores ainda aduzia comentários favoráveis à ven-

da de lotes na área do futuro Distrito Federal;

III — que, evidentemente, não poderia a Comissão dar o seu endosso a esses propósitos, os quais, visando interesses comerciais de ordem particular, contrapõem-se, frontalmente, aos objetivos do Governo federal, de realizar, sem maior tardança, a aquisição de toda a área do futuro Distrito Federal, levando-o a efetivar a desapropriação, amigável ou judicialmente, de um número muito maior de proprietários, cada um possuindo parcela insignificante de terras rurais ali situadas;

IV — que, diante de publicação agora feita pela Imobiliária Paula, não deve, contudo, esta Comissão, silenciar quanto aos inconvenientes a que se estão sujeitando os comandados de lotes situados na referida área, já declarada de utilidade pública, e que está sendo paulatinamente desapropriada aos preços comuns na região de Planaltina, unanimemente aceitos pelos proprietários de cerca de 20 mil alqueires geométricos (11/6 da área) já adquiridos, preços estes fixados em Cr\$ 800.00 por alqueire (48.400 metros quadrados);

V — que, dando conhecimento aos interessados desses preços vigentes na região, a Comissão deixa ao público concluir o quanto caberá, efetivada a desapropriação ao proprietário de 300 ou 500 metros quadrados dos chamados loteamentos da zona rural dos municípios de Planaltina, Luziania e Formosa até hoje desprovidos de quaisquer benefícios, nem mesmo se tendo feito, ainda, simples desmatamento".

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem; muito bem.*)

O SR. PRESIDENTE

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Designo para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1 — Discussão única da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 225, de 1952, que torna inalienáveis, durante 10 anos, os lotes para colonização concedidos pelo Governo Federal (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 703, de 1956).

2 — Discussão única da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 57, de 1955, que aprova a Convenção para a Proteção de Bens Culturais em caso de conflito armado, assinada na Conferência Internacional reunida em Haia de 21 de abril a 12 de maio de 1954 (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 704, de 1956).

3 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 104, de 1955, que acrescenta parágrafo ao art. 102 do Decreto-Lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944 (reforma a Lei de Acidentes do Trabalho), tendo pareceres favoráveis (ns. 426, 627 e de 1956) das Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

4 — Primeiro discussão (com apreciação da preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 133 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado n.º 4, de 1956, que modifica dispositivos da Lei n.º 1.900, de 13 de junho de 1953, sobre competência dos tribunais para julgamento das ações dos empregados diaristas e mensais da União, dos Estados e das entidades autárquicas, tendo Parecer n.º 586, de 1956, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 18 horas e 35 minutos.